



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XII — N.º 67

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 25 DE MAIO DE 1957

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.
1.º Secretário — Senador Lima Teixeira.
2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.
3.º Secretário — Senador Vitorino Freire.
4.º Secretário — Senador Kerginaldo Cavalcanti.
1.º Suplente — Senador Mourão Vieira.
2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.
Lima Teixeira.
Freitas Cavalcanti.
Vitorino Freire.
Kerginaldo Cavalcanti.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Secretário: Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição e Justiça

Cunha Mello — Presidente.
Argemiro de Figueiredo — Vice-Presidente.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Gaspar Veloso.
Ruy Carneiro.
Lourival Fontes.
Lima Guimarães.
Daniel Krieger.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Secretário — Miécio dos Santos Andrade.
Reuniões — Terças-feiras, às 10 hs.

Comissão de Economia

Juracy Magalhães — Presidente.
Fernandes Tavora — Vice-Presidente.
Alô Guimarães.
Carlos Lindemberg.
Gomes de Oliveira.
Lineu Prestes.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões às terças-feiras às 16 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Lourival Fontes — Presidente.
Ezechias da Rocha — Vice-Presidente.
Nelson Firmo.
Gilberto Marinho.
Mourão Vieira.
Alencastro Guimarães.
Reginaldo Fernandes.
Mem de Sá.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolfo — Presidente.
Vivaldo Lima — Vice-Presidente.
Lameira Bittencourt.
Ary Vianna.
Onofre Gomes.
Paulo Fernandes.
Carlos Lindemberg.
João Mendes.
Lima Guimarães.
Fausto Cabral.
Daniel Krieger.
Juracy Magalhães.
Othon Mäder.
Julio Leite.
Lino de Mattos.
Novaes Filho.
Domingos Velasco.
Suplentes:
Mendonça Clark.
Mourão Vieira.
Otacílio Jurema.
Atílio Vivacqua.
Lineu Prestes.
Mem de Sá.
1) Substituído temporariamente pelo Sr. Lutterbach Nunes.
2) Substituído temporariamente pelo Sr. Costa Paranhos.
Secretário — Renato Chermont.
Reuniões às sextas-feiras, às 10,30 horas.

Comissão de Redação

1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
2 — Gaspar Veloso (2) — Vice-Presidente.
3 — Argemiro de Figueiredo.
4 — Saulo Ramos (1).
5 — Sebastião Archer.
(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Rodrigo Lobo.
(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Ruy Carneiro.
Secretária — Cecília de Rezende Martins.
Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

Georgino Avelino — Presidente.
João Villasboas — Vice-Presidente.
Lourival Fontes.
Bernardes Filho.
Gilberto Marinho.
Auro Moura Andrade.
Gomes de Oliveira.
Ruy Palmeira.
Secretário: J. B. Castejon Branco.
Reuniões: — Quarta-Feiras às 16 Horas.

Comissão de Saúde Pública

1 — Reginaldo Fernandes — Presidente.
2 — Alô Guimarães — Vice-Presidente.
3 — Ludovico.
4 — Ezechias da Rocha.
5 — Vivaldo Lima.
Secretária — Diva Gallotti.
Reuniões — Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

Neves da Rocha — Presidente.
Ruy Carneiro — Vice-Presidente.
Mendonça Clark.
Otacílio Jurema.
Sylvio Curvo.
Domingos Velasco.
Fausto Cabral.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 hs.

Comissão de Segurança Nacional

Onofre Gomes — Presidente.
Caetano de Castro — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Maynard Gomes.
Francisco Gallotti.
Sá Tinoco.
Sylvio Curvo.
Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas.
Secretária: Romilda Duarte.

Comissão de Serviço Público Civil

Prisco dos Santos — Presidente.
Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
Ary Vianna.
Sá Tinoco.
Caetano de Castro.
João Mendes.
Mem de Sá.

Secretaria: Julietta Ribetto dos Santos.
Reuniões. — Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

1 — Novaes Filho — Presidente
2 — Neves da Rocha — Vice-Presidente
3 — Francisco Gallotti
4 — Nelson Firmo
5 — Coimbra Bueno
Secretária: Ily Rodrigues Alves
Reuniões: Quarta-Feiras, às 15 horas.

Comissões Especiais

De Revisão do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente
Georgino Avelino — Vice-Presidente
Atílio Vivacqua — Relator
Filinto Müller
Secretário — José da Silva Lisboa
Reuniões — Quinta-feiras.

Comissão Especial de Estudos da Valorização dos Rios Tocantins e Parnaíba.

Mathias Olympio — Presidente.
Domingos Velasco — Vice-Presidente.
Mendonça Clark — Relator.
Parsifal Barroso.
Coimbra Bueno.
Ezechias da Rocha.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões — Sextas-feiras, às 15 horas.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

João Villasboas — Presidente
Mem de Sá — Vice-Presidente
Gaspar Veloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral
Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário
Paulo Fernandes
Francisco Arruda — Secretário

De Mudança da Capital

Comuna Bueno — Presidente
 Paulo Fernandes — Vice-Presidente
 Atílio Viveacqua — Relator
 Alberto Pasqualini
 Lino de Mattos
 Secretário — Sebastião Vega
 Reuniões — Quintas-feira.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

Atílio Viveacqua — Presidente
 Lima Guimarães — Vice-Presidente
 Gilberto Marinho
 Gaspar Velloso
 Ruy Carneiro
 Saulo Ramos
 Lourival Fontes
 Caiado de Castro
 Argemiro Figueiredo
 Daniel Krieger
 Mem de Sá
 Alvaro Adolpho
 Alo Guimarães
 João Villasboas
 Lino de Mattos
 Sá Tinoco
 Reuniões às-feiras às horas
 Secretário — J. B. Castejon Branco

Comissão Mista de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Senadores

Lima Teixeira — Presidente
 Ruy Carneiro
 Filinto Müller
 Francisco Gallotti
 Saulo Ramos
 Argemiro de Figueiredo
 Othon Mäder
 Kerginaldo Cavalcanti
 Júlio Leite.

Deputados

Ernani Sátiro — Vice-Presidente
 Aarão Steinbruch — Relator Geral
 Tarso Dutra
 Jefferson Aguiar
 Cunha Mello — Presidente
 Moura Fernandes
 Licurgo Leite
 Silvio Sanson
 Lourival de Almeida
 Raimundo Brito.

Comissão Especial de Estudos sobre a reforma das Tarifas Alfandegárias

Juracy Magalhães — Presidente.
 Julio Leite — Vice-Presidente.
 Alencastro Guimarães — Relator.
 Gaspar Velloso — Relator.
 Carlos Lindenberg.

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE ERITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURLO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 29,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Cunha Mello.
 Daniel Krieger.
 Mem de Sá.
 Lineu Prestes.
 Secretário — Renato Chermont.

Atas das Comissões**Comissão de Redação**

8.ª REUNIAO, EM 21 DE MAIO DE 1957

As dezesseis horas e dez minutos, do dia vinte e um de maio, do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na Sala das Comissões, reúne-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Ezequias da Rocha, achando-se presentes os Senhores Senador Gaspar Velloso, Argemiro de Figueiredo e Rodrigo Lobo. Deixam de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Sebastião Archer.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Rodrigo Lobo apresentando a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1952, que aprova o texto da Convenção Ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, a 29 de dezembro de 1943.

As dezesseis horas e vinte minutos, nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

9.ª REUNIAO, EM 23 DE MAIO DE 1957

(Extraordinária)

As quinze horas e trinta minutos, do dia vinte e três de maio, do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, na Sala das Comissões, reúne-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Sr. Senador Ezequias da Rocha achando-se presentes os Senhores Senadores Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, designado para substituir, interinamente, o Sr. Senador Gaspar Velloso.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Rodrigo Lobo e Sebastião Archer.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Sr. Argemiro de Figueiredo oferece a redação final.

— do Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1952, Substitutivo daquela Casa do Congresso ao Projeto de Lei do Senado n.º 5, de 1949, que autoriza o Poder Executivo a promover a incorporação da Estrada de Ferro Maricá e da Estrada de Ferro Terezópolis à Estrada de Ferro Leopoldina;

— do Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1956, que, modificando parcialmente as Leis ns. 86, de 1947 e 1.184, de 1950, reestrutura a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, e dá outras providências.

As dezesseis horas e quinze minutos, esgotada a matéria constante de pauta, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 45.ª SESSÃO DA 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 24 DE MAIO DE 1957.

PRESIDENCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Mourão Viera — Cunha Mello — Prisco dos Santos — Sebastião Archer — Victorino Freire — João Mendes — Mendonça Clark — Onofre Gomes — Fausto Cabral — Fernandes Távora — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Reginaldo Fernandes — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Apolônio Salles — Novaes Filho — Nelson Firmo — Ezequias da Rocha — Freitas Cavalcanti — Rui Palmeira — Júlio Leite — Lourival Fontes — Neves da Rocha — Juracy Magalhães — Lima Teixeira — Ari Viana — Sá Tinoco — Lutherbach Nunes Arlindo Rodrigues — Alencastro Guimarães — Caiado de Castro — Gilberto Marinho — Lineu Prestes — Costa Paes — Frederico Nunes — Pedro Ludovico — Silvío Curvo — João Vilasboas — Filinto Müller — Othon Mäder — Gaspar Velloso — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Rodrigo Lobo — Daniel Krieger — Mem de Sá — Lameira Bittencourt — (49).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 49 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 4.º Secretário, servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 2.º Secretário, servindo de 1.º, lê o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO: — Do Sr. Ministro da Educação e Obras Públicas, n.º 179, nos seguintes termos:

AVISO n.º 179-G.M.:

Em 20 de maio de 1957.

Senhor Secretário:

Em atenção ao ofício de V. Exa., solicitando informações que se prendem ao projeto de lei em trâmite nesta Casa do Congresso, tratando de um Código Brasileiro de Radiodifusão, tenho a honra de transmitir a V. Exa., a seguir, o ponto de vista deste Ministério, sobre o assunto.

A Constituição Federal, ao definir a competência da União, em matéria de telecomunicações (alínea XII do art. 5.º), estabeleceu a exploração direta, ou mediante concessão ou autorização dos serviços que, daquela espécie, são da competência do Governo Federal.

Em consequência, é evidente e imperiosa a necessidade de lei especial regulamentando tal dispositivo constitucional, a qual fixando a política adequada do Governo sobre a matéria, defina os princípios que deverão nortear aquelas concessões e autorizações, fixando ainda os casos em que as mesmas poderão ocorrer e como deverão ocorrer.

A essa conclusão chegar-se-á ainda, se atentarmos à legislação vigente sobre a matéria, tal como a de radiocomunicações (Decreto n.º 20.047, de 27 de maio de 1931, seguida de seu regulamento, baixado pelo Decreto n.º 21.111, de 1.º de março de 1932); a que regula a exploração dos serviços telegráficos no território nacional (Decreto n.º 19.881, de 17 de abril de 1931, seguida do Decreto n.º 21.701, de 3 de agosto de 1932, que aprova o regulamento para execução do primeiro citado); finalmente, a que regula a exploração dos serviços telefônicos interestaduais e internacionais (Decreto n.º 19.883, de 17 de abril de 1931).

Foi em obediência a tal raciocínio e reconhecimento como indispensável a nova lei citada, que este Ministério houve por bem solicitar do Exm.º Sr. Presidente da República a designação de uma Comissão Especial para in-

cumbr-se da tarefa, a seguir especificada:

a) Exame, para revisão e consolidação, da legislação regulamentar existente sobre telecomunicações;

b) Elaboração do ante-projeto da lei básica de telecomunicações, face ao dispositivo constitucional sobre a matéria;

c) Preparo do ante-projeto da criação de órgão superior nacional, tendo como incumbência:

I) a orientação da política de telecomunicações, segundo a lei básica acima aludida;

II) a coordenação e preparo da legislação complementar a ser expedida sobre a matéria;

III) a supervisão, orientação e fiscalização da execução dos serviços de telecomunicações no país.

O ante-projeto a que se refere o requerimento, objeto do ofício de V. Exa., que constitui uma parte da tarefa de que foi incumbida aquela Comissão, não teve ainda a aprovação do Executivo; daí não haver sido encaminhado ao Legislativo o projeto de Lei básica de telecomunicações, como objetivo final deste Ministério, ao proferir ao Presidente da República a designação da referida Comissão.

Do exame, agora realizado pelos órgãos competentes deste Ministério, do projeto em trâmite no Congresso e referente ao "Código Brasileiro de Radiodifusão", chega-se à conclusão, face ao que foi exposto anteriormente, que dito projeto procura dar solução a uma determinada espécie de serviço de telecomunicação, qual o de radiodifusão, importante com dúvida e região atualmente pelos dois primeiros decretos acima enumerados, que tratam das radiocomunicações, em geral.

Como Código, o projeto de que se trata entra em minúcias e detalhes que constituem, fora de dúvida, matéria de regulamentação, e ao mesmo tempo firma diretrizes e princípios básicos de que só a lei especial a que acima nos referimos poderá cogitar.

A forma e condições das autorizações e concessões, por exemplo, devem obedecer a regras genéricas que a citada lei estabelecerá.

Não parece acertado, portanto, que o Código ora em projeto preceda à expedição da lei básica a que nos referimos e que consubstanciará o ponto de vista do Governo no que respeita a matéria de tanta relevância, como se ser a de telecomunicações, cuja política interessa, inclusive, à segurança nacional.

Firmadas que sejam tais diretrizes, a regulamentação especial de cada uma das diversas modalidades dos serviços de telecomunicações, entre os quais se inclui o de radiodifusão, advirá conseqüentemente, ou mesmo paralelamente, segundo o que ficar disposto na lei básica que regulamentará o dispositivo constitucional sobre a matéria.

Este Ministério espera poder concluir, dentro de quatro semanas, no mais tardar, os estudos a que acima nos referimos, de modo a que, nesse prazo, seja apresentado o projeto de lei que atenderá aos objetivos do requerimento referido por V. Exa. e quando, então, será também expendida, ainda em tempo, a opinião dos órgãos competentes deste Ministério, relativamente à parte regulamentar de que cogita o Projeto de Lei número 36-053.

Nesta oportunidade, renovamos a V. Exa. a expressão de muito elevada estima e da mais distinta consideração. — *Lúcio Meira*.

Junta-se ao Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1953.

Pareceres ns. 366 e 367. de 1957

N.º 366, DE 1957

Da Comissão de Serviço Público Civil, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1957, que cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região e dá outras providências.

Relator: Sr. João Mendes.

Pelo Projeto de Lei em exame, ficam criados, no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região, vários cargos para lotação na Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Estado do Pará. Os cargos a que se refere o Projeto, em seu art. 1.º decorrem da necessidade de por em funcionamento a 2.ª Junta de Conciliação e Julgamento criada pela Lei n.º 2.392, de 8 de janeiro de 1955.

Entretanto, o art. 3.º do Projeto não pode ser mantido em face de terem perdido o vigor as dotações orçamentárias próprias, Anexo 5.º, sub-anexo 05.02.08 — 8.ª Região, da Lei n.º 2.065, de 6 de dezembro de 1955.

Assim, opinamos pela aprovação do Projeto com a emenda supressiva número 1-C.

EMENDA N.º 1-C

Suprima-se o art. 3.º do Projeto. Sala das Comissões, em 3 de maio de 1957. — *Gilberto Marinho*, Presidente. — *João Mendes*, Relator. — *Caetano de Castro*. — *Mem de Sá*.

N.º 367, DE 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1957.

Relator: Sr. João Mendes.

De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, o projeto em exame cria vários cargos na Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, sediada em Belém, Capital do Estado do Pará.

Os cargos que serão criados, cuja relação consta no art. 1.º, decorrem da Lei n.º 2.392, de 8 de janeiro de 1955, que criou a referida Junta na Justiça do Trabalho da 8.ª Região e que ainda não foi instalada por falta de pessoal.

Nestas condições, a Comissão opina favoravelmente ao Projeto em tela e à emenda da Comissão de Serviço Público, supressor do art. 3.º.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1957. — *Othon Mäder*, Presidente em exercício. — *João Mendes*, Relator. — *Fausto Cabral*. — *Juracy Magalhães*. — *Lutembach Nunes*. — *Daniel Krieger*. — *Mendonça Clark*. — *Júlio Leite*. — *Novais Filho*. — *Costa Paranhos*. — *Lameira Bittencourt*.

Parecer n. 368, de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre a emenda de plenário ao Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1957, que abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento à Fundação Getúlio Vargas pela prestação de assistência técnica à Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Relator: Sr. Daniel Krieger.

Volta a esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1957, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 à Câmara dos Deputados, em virtude de emenda, apresentada, em plenário, mandando abrir, também, ao Senado Federal, o crédito especial de Cr\$ 723.400,00, para pagamento de diferença de subsídios a que têm direito os Srs. Senadores.

A Comissão de Finanças opina favoravelmente à emenda

Sala das Comissões, 24 de maio de 1957. — *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. — *Daniel Krieger*, Relator. — *Juracy Magalhães*. — *Costa Paranhos*. — *João Mendes*. — *Lutembach Nunes*. — *Fausto Cabral*. — *Othon Mäder*. — *Novais Filho*. — *Júlio Leite*. — *Mendonça Clark*. — *Lameira Bittencourt*.

EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER SUPRA

EMENDA N.º 1

ao Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1957.

Apresenta-se o seguinte artigo:

Art. — É, também, aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal, o crédito especial de Cr\$ 723.400,00 (setecentos e vinte e três mil e quatrocentos cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença de subsídios devida em face do disposto no art. 48, n.º I, b, da Constituição Federal e do art. 10, § 1.º do Regimento Interno.

Justificação

Trata-se de crédito necessário ao pagamento de diferença de subsídios a que têm direito os membros do Senado e que deixou de ser paga na ocasião oportuna.

Sala das Comissões, 23 de maio de 1957. — *Gaspar Veloso*.

Pareceres ns. 369, 370 e 371, de 1957

N.º 369, de 1957

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1957, que cria a Escola Agrícola de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Relator Sr. Lima Guimarães

O ilustre Senador Novais Filho, profundo conhecedor dos nossos problemas agrícolas, grande fazendeiro que é e que sempre invoca orgulhosamente a sua qualidade de plantador de cana, oferece substitutivo ao Projeto n.º 2, de 1957, oriundo do Poder Executivo, já aprovado, pela Câmara dos Deputados, projeto que cria a Escola Agrícola de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, com parecer favorável desta Comissão.

O substitutivo mantém integralmente o Projeto n.º 2, mas pleiteia a criação de novo estabelecimento de ensino — Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, também no Estado do Rio Grande do Sul.

Na justificação, afirma o nobre representante de Pernambuco que criada a Escola de Passo Fundo, impõem-se a instalação da de Frederico Westphalen, porque "são instituições complementares uma da outra, com níveis sucessivos de ensino agrícola".

Cumprir, portanto, o disposto no art. 1.º do substitutivo, os dois estabelecimentos de ensino são escolas irmãs, idênticas na sua finalidade, isto é, "ministrar os cursos previstos no Decreto-lei n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola".

Assinala ainda o nobre autor do substitutivo que a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen "já está sendo instalada em regime de acordo entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, tendo aquela contribuído com quase dois milhões de cruzeiros, em orçamentos sucessivos..."

Não só conhecidos, no processo, os termos do acordo, não se sabendo as obrigações assumidas pela União para a instalação da Escola, já iniciada, nem em que pese encontram as obras.

Acresce que o substitutivo pede uma verba de sete milhões de cruzeiros que somados aos dois milhões já confessados, realizam a importância de nove milhões de cruzeiros, quantia superior à prevista para a Escola Agrícola de Passo Fundo.

Outro aspecto que se deve fixar é o fa o aproveitamento de um projeto de iniciativa do Poder Executivo para nele se adicionar outro projeto com objetivo diferente, o que nos parece inteligente fraude do dispositivo constitucional que veda ao Senado, a iniciativa de leis que encerram matéria financeira.

Considerando, porém, que o objetivo principal do substitutivo é de caráter educacional e não financeiro, e a despesa se classifica como acessório, não duvidamos em aceitar a sua constitucionalidade.

Achamos que vem perturbar um acordo já firmado entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul. Além do mais, o substitutivo manda criar uma escola já criada, iniciada e mantida pelo acordo. Embora estas considerações, deixamos o pronunciamento de sua conveniência para as demais comissões técnicas.

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1957. — *Carvalho Melo*, Presidente. — *Lima Guimarães*, Relator. — *Arnanção de Figueiredo*. — *Lincoln Prates*. — *Gilberto Marinho*. — *Lourival Fontes*. — *Daniel Krieger*.

N.º 370, de 1957

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1957.

Relator: Sr. Mem de Sá.

Depois de haver tramitado pelas Comissões desta Casa, volta este projeto para que elas se manifestem sobre a emenda substitutiva, apresentada em plenário, pelo eminente senador Novais Filho.

A emenda, formalmente substitutiva, consiste, em essência, em determinar que, além da Escola Agrícola de Passo Fundo, cuja criação fora pedida pelo Poder Executivo, seja também instalada uma outra, esta de Iniciação Agrícola, no município de Frederico Westphalen, no mesmo Estado do Rio Grande do Sul.

Justifica o autor a proposição dizendo que se trata de "instituições complementares uma da outra com níveis sucessivos de ensino agrícola, destinadas a proporcionar um prodigioso desenvolvimento, com seus serviços e programas devidamente articulados, à economia agrária do Rio Grande do Sul".

Acresce ponderar que o estabelecimento de Frederico Westphalen já está em vias de realização, graças ao acordo celebrado entre a União e o Estado sulino, em 12 de dezembro de 1956, como se vê do Diário Oficial do dia 13 daquele mês e ano, pág. 24.739, mediante o qual foram fixadas as responsabilidades de uma e outra para o elevado objetivo. O Governo do Rio Grande, aliás, já oferece a gleba de 200 hectares a que se obrigou, afim de nela ser instalada a Escola de Iniciação.

Assim, sendo, a emenda se afigura lógica e conveniente, levando-se ainda em conta que Passo Fundo e Frederico Westphalen são municípios próximos um do outro, da mesma região geoeconômica do Rio Grande, apresentando o último índices excepcionais de prosperidade e figurando como um dos centros de maior desenvolvimento agrícola do Sul. O plano, que a emenda consubstancia, só pode, portanto, merecer aplauso desta Comissão, como todo e qualquer outro que, em qualquer região brasileira, tenha por meta incrementar o ensino agrícola, cuja significação entre nós não carece comentários.

Como dissemos, a emenda Novais Filho mantém integralmente os dispositivos e providências constantes do projeto originário, limitando-se a nele incluir os referentes à instalação da Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen. Como consequência, o crédito de oito milhões de cruzeiros, autorizado pelo art. 3.º do

projeto, é ampliado para 15 milhões, sendo sete destinados ao novo estabelecimento de ensino.

Sobre este ângulo da emenda, falarei, porém, a d.ª Comissão de Finanças. Propõe, entretanto, a Comissão a subemenda n.º 1-C anexa, supressiva do art. 5.º da emenda substitutiva do Senador Novaes Filho:

Sala das Comissões, 10 de maio de 1957. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Mem de Sá*, Relator. — *Mourão Vieira*. — *Gilberto Marinho*. — *Reginaldo Fernandes*. — *Nelson Fermo*.

SUBEMENDA N.º 1C

Ao art. 5.º da emenda substitutiva do Senador Novaes Filho, a que se refere o parecer anexo da Comissão de Educação e Cultura:

"Suprima-se o art. 5.º da Emenda substitutiva ao Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1957".

Justificação

Entendemos serem inconvenientes as providências consubstanciadas no art. 5.º da Emenda Substitutiva do nobre Senador Novaes Filho, visto como, no caso em apreço é desaconselhável a não aplicação dos dispostos na Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954 e no Decreto n.º 36.209, de 20 de setembro de 1954.

Efetivamente, para que as Escolas Agrícolas, a que se refere o Projeto, passem a funcionar dentro de curto prazo, não há necessidade da dispensa de aplicação dos dispositivos citados, uma vez que a situação privilegiada das Escolas bem como os recursos que foram previstos serão suficientes para a sua imediata instalação e funcionamento.

Sala das Comissões, 10 de maio de 1957. — *Lourival Fontes*, Presidente. — *Mem de Sá*, Relator. — *Mourão Vieira*. — *Gilberto Marinho*. — *Ezequias da Rocha*. — *Nelson Fermo*.

N.º 371, de 1957

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara N.º 2, de 1957.

Relator: Sr. Daniel Krieger

Ao presente projeto, já examinado por esta Comissão e que cria a Escola Agrícola de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, o nobre Senador Novaes Filho apresentou, em plenário, emenda substitutiva, com o objetivo de criar, também, a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no mesmo Estado. Em consequência, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, previsto no projeto, é aumentado para Cr\$ 15.000.000,00, no substitutivo.

Conforme esclarece o ilustre autor da emenda, trata-se de instituições complementares uma da outra, destinadas a proporcionar maior desenvolvimento à economia agrária do Rio Grande do Sul.

Ao pronunciar-se sobre a emenda, a d.ª Comissão de Educação e Cultura concluiu seu parecer com a apresentação de subemenda supressiva do artigo 5.º, que dispõe:

"A fim de que sejam imediatamente iniciados os serviços de instalação e o funcionamento das Escolas de que trata a presente lei, não prevalecerão, em relação a elas, as vedações e restrições a que se referem a Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, e do Decreto n.º 36.209, de 20 de setembro de 1954".

A lei citada dispõe que só poderá ser admitido extranumerário, para função, de natureza reconhecida, transitória como contratado, quando as atividades forem técnico-científicas, e como tarefeiro, para atividades de natureza subalterna ou braçal (art. 2.º). O Decreto número 36.209 suspende a admissão de pessoal extranumerário, salvo necessidade urgente e comprovada de

serviço que não possa ser atendida pela redistribuição de servidores, de acordo com a legislação em vigor (art. 1.º).

A subemenda parece-nos procedente, porque, uma vez criadas as escolas de que trata a emenda, o Executivo tomará as providências necessárias para o seu funcionamento.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à emenda n.º 1 e à subemenda da Comissão de Educação e Cultura.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1957. — *Vicente Lima*, Presidente. — *Daniel Krieger*, Relator. — *Luterbach Nunes*. — *João Mendes Costa Paranhos*. — *Fausto Cabral*. — *Othon Müder*. — *Juracy Magalhães*. — *Lameira Bittencourt*. — *Júlio Leite*. — *Mendonça Clark*. — *Novaes Filho*.

EMENDA A QUE SE REFEREM OS PARECERES SUPRA

Emenda n.º 1

(EMENDA SUBSTITUTIVA TOTAL)

Cria Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Art. 1.º São criadas, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Passo Fundo e a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul subordinadas à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei número 9.613, de 20 de agosto de 1946 — Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 2.º A construção e instalação da Escola Agrícola de Passo Fundo será feita em cooperação com a Estação Experimental de Passo Fundo, do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, mantida pelo Ministério da Agricultura, naquele Município, utilizando-se, para isso, das benfeitorias que se fizerem necessárias, e as da Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, na área de terras oferecidas em doação pelo Estado do Rio Grande do Sul, com localização nas proximidades da referida cidade.

Art. 3.º Para atender às despesas com o início dos seus trabalhos, fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), sendo Cr\$ 8.000.000,00 para a Escola Agrícola e Cr\$ 7.000.000,00 para a Escola de Iniciação Agrícola, importâncias a incorporar-se às dotações destinadas à instalação ou manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 4.º Ficam transferidos para a Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen, os saldos de dotações orçamentárias a ela destinadas, para instalação em regime de acordo com o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 5.º A fim de sejam imediatamente iniciados os serviços de instalação e o funcionamento das Escolas de que trata a presente lei, não prevalecerão, em relação a elas, as vedações e restrições a que se referem a Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954, e do Decreto n.º 36.209, de 20 de setembro de 1954.

Art. 6.º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor à data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, primeiro orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, retorno, hoje a ação iniciada na última sessão legislativa

do Congresso Nacional, em prol de medidas de combate à inflação. No decorrer, porém da oração, entrei em outra ordem de considerações.

Como estamos vivendo momento todo especial de nossa vida política, rouxe, contra meus hábitos, escrito discurso. Dessa forma, mais ainda ligarei minha responsabilidade aos conceitos e palavras que terei de emitir, e para evitar falsas interpretações, declaro, de logo, que falarei em tom exclusivamente pessoal. Os comentários, os conceitos, as idéias que expenderei pertencem unicamente a mim. Não terão ligações de nenhuma espécie, nem próximas nem remotas, com o Partido que tenho a honra de representar. (Lendo).

Sr. Presidente, da crise política que se estoçou, a Câmara saiu prestigiada, com o seu gesto, muito luterou o regime, pelo fortalecimento do Congresso na opinião pública.

A UDN teve a sua primeira prova sob o comando desse General do exército e da política, que é o Senador Juracy Magalhães, e acredito que muito haja contribuído para a solução acertada e tranquilizadora da Câmara a atuação patriótica e conciliadora que já vinha exercendo o eminente Governador Bias Fortes, com a colaboração dos Governadores de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Sul.

O Sr. Cunha Melo — E a boa vontade do Sr. Presidente da República.

O SR. NOVAES FILHO — Muito grato pela opinião de V. Exa.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com satisfação.

O Sr. Juracy Magalhães — Retoma V. Exa., hoje como disse, o fio de notáveis intervenções em proveito da vida política nacional. Não sei porque V. Exa. com sua generosidade, se lembrou do meu humilde nome no início do seu discurso. Perdoe-me, portanto, que o interrompa, para testemunhar meu profundo agradecimento. Quanto mais injustas e mais generosas são suas palavras, tanto mais tocantes para minha sensibilidade de amigo.

O SR. NOVAES FILHO — Apenas fiz justiça ao nobre colega que é, sem favor, uma das figuras mais preclaras da vida pública brasileira.

O Sr. Nelson Fermo — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Agradecendo o aparte do eminente Senador Cunha Melo, devo dizer que, ao salientar a cooperação de figuras das mais destacadas da maioria governamental não tive a intenção de ocultar o ponto a que aludiu S. Exa.

E' de justiça, porém, salientar que a figura culminante dessa conjuntura, inextinguível na cultura jurídica, na elevação dos debates, no brilho e no gênio oratório, foi o líder Afonso Arinos, artífice mór da vitória da Câmara na defesa do artigo 44 da Constituição.

O Sr. Juracy Magalhães — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Passada essa refrega, o Governador Bias Fortes exteriorizou seus pontos de vista favoráveis a um clima de calma, de prudência, para o exame e a solução dos mais importantes problemas nacionais.

Negar simpatia a essa alta e louável iniciativa do Governador mineiro é o mesmo que negar a grave hora que atravessamos, com essa inflação devoradora que aí está. Recusar-se a apoiar a um clima construtivo para a conjugação de todas as energias no combate à inflação é pretender-se que o país mergulhe no caos e na desordem econômica mais profunda numa aventura cujas consequências ninguém poderá prever, mas que po-

derão, sem dúvida alguma, ser irreparavelmente prejudiciais à democracia e à liberdade, conquistas pelas quais os brasileiros se batem desde os tempos coloniais.

O Sr. Ezequias da Rocha — Dá V. Exa. licença para um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Ezequias da Rocha — Estou ouvindo com a maior atenção o discurso do nobre colega; através da palavra de V. Exa. fala o homem de boa vontade do Brasil. V. Exa. afirma verdade que está à vista de todos. Neste momento crucial da nossa vida faz-se necessário a colaboração dos brasileiros no sentido da salvação nacional.

O SR. NOVAES FILHO — Muito agradecido pelo conforto da solidariedade que me trouxe o eminente representante de Alagoas, Senador Ezequias da Rocha.

A meu ver, a espiral inflacionária impõe a todos os homens responsáveis muita meditação. Cada qual deve dar nesta hora, o melhor do seu sacrifício pessoal e de sua contribuição política. Mesmo aqueles que exaltadamente se bateram contra a eleição do honrado Sr. Presidente da República e ainda se esquivam ao reconhecimento da legitimidade de seu mandato, mesmo aqueles que se fixaram nessa linha radical, atendendo à crise econômica que precisa ser debelada, devem dispor-se a uma trégua para o exame e o debate em conjunto dos problemas que reclamam urgente solução.

Sou um homem sem ódios, reconhecendo a verdade mesmo que contrariando interesses políticos ou partidários. Sempre agi assim. Meu sentimento de justiça nunca foi perturbado por motivos pessoais ou políticos, por separações ou incompatibilidades de qualquer ordem. Daí a declaração que hoje repito: o Ministro Alkmin, não sendo especializado em finanças, como alguns de seus antecessores, mas apenas, como nós outros da vida pública brasileira, técnico em idéias gerais, vem realizando uma boa gestão e fazendo esforços supremos para vencer a crise que não criou mas que tanto tem desejado extinguir.

Mas isso, não é obra para um só homem, nem apenas para o governo, se não se criar um ambiente de unânime interesse, de convergência de opiniões e de colaboração geral para enfrentar-se no esforço comum o combate cerrado, com o sacrifício e a renúncia de que toda a nação compartilhe.

Falo assim porque o ano passado tanto me preocupei com o problema inflacionário que, depois de estudos, colheita de dados, pesquisas, confrontos, apresentei a esta casa do Congresso os projetos ns. 32, 34, 37, 39, 40 e 41, todos visando a combater a inflação. E cheguei até a propor o congelamento dos preços, dos vencimentos e dos salários, medida afoita, porém capaz de estabelecer, no prazo que previ, um período de comedimento e restrições para o saneamento financeiro e a recuperação econômica do país.

Infelizmente, nenhuma das minhas proposições mereceu exame, estudo, emendas alterando-as para que melhor atingissem o objetivo em mira. Talvez pela desvalia do seu autor (não apoiado) ou pelo clima político de exarcebamento, quando as maiorias não é interessante dar acolhida às iniciativas da minoria.

A meu ver os reclamos gerais justificam um esforço comum para sairmos dessa crise econômica que poderá arrastar o país à ruína, com prejuízos de toda ordem.

Não se deve ter qualquer constrangimento em cooperar, no plano pessoal e sem interesses mesquinhos, com o Presidente vitorioso. Ele foi eleito pelas urnas, como o poderiam ter sido o General Juarez Távora, o Dr. Adhemar de Barros ou o Doutor

Plínio Salgado. O pleito foi bom, o seu acesso, amplo e as garantias, completas, sem omissões de qualquer espécie! O ex-Presidente Café Filho presidiu às eleições equidistante dos partidos.

As tetes do Banco do Brasil e das autarquias não deram leite a ninguém; a força pertenceu só e só à Justiça Eleitoral; venceu quem o povo quis que vencesse. A imprensa esteve livre e livre também esteve o rádio.

Deixemos as paixões políticas para as próximas eleições que já se avizinham, com o seu inevitável cortejo de ambições, vaidades, ódios e vinganças. Agora devemos unir todas as vontades, todas as energias, homens como Juracy Magalhães...

O Sr. Filinto Müller — Muito bem!

O SR. NOVAES FILHO — ... Afonso Arinos, Prado Kelly, Gabriel Passos, Alomar Baleeiro, Carlos Lacerda, Raul Pilla, Otávio Mangabeira, ao lado de Plínio Salgado, Juarez Távora, Ademar de Barros, José Maria de Alkmin, Bias Fortes, Cordeiro de Farias, Daniel Faraco, Filinto Müller...

O Sr. Filinto Müller — Muito obrigado.

O SR. NOVAES FILHO — ... Cunha Mello, João Villasboas, Sérgio Magalhães, Attilio Vivacqua, Vieira de Mello, Kerginaldo Cavalcanti, Horácio Lafer, Domingos Velasco, Herbert Levy, Fernando Ferrari, Arruda Câmara e tantos outros políticos e parlamentares de boa água, para a melhor e maior congregação possível de esforços em prol da reforma cambial, da lei de tarifas, da ampliação de meios para acelerar a solução do problema petrolífero, inclusive a exploração do petróleo boliviano, tão útil à nossa economia e às relações com o nobre povo vizinho, da reforma do sistema bancário, assente hoje em bases obsoletas, de aumento da energia e dos transportes, do reaparelhamento dos portos, das rodovias e das ferrovias, do desenvolvimento de indústrias como sejam a da fabricação de veículos motorizados e a do beneficiamento de matérias primas ainda inexploradas indispensáveis à defesa da própria soberania, do aumento da produção da lavoura de gêneros alimentícios e dos rebanhos, para atender-se ao crescimento das populações e à necessidade de estabilização dos preços.

Se conseguirmos encaminhar a solução de tais problemas, sobretudo a dos que mais de perto se ligam à inflação, com medidas acertadas por todos os partidos apoiados pelo governo, o povo se capacitará do supremo dever de um pouco de sacrifício, e o país se reerguerá sem mais perigos à ordem e à disciplina.

Ou os homens públicos do Brasil colocam o problema inflacionário acima de suas paixões e dos seus interesses políticos, governo e oposição conversando leal e desprendidamente para encontrarem o caminho mais inteligente e mais prático para o combate decisivo à inflação, ou iremos resvalando aos poucos para um terreno que não pode interessar aos que têm o dever de defesa e do aperfeiçoamento dos métodos democráticos em nosso país.

Estou certo, Sr. Presidente, que assim agindo, sem acordos, sem certas acomodações contrárias ao regime, promovendo-se, apenas, uma trégua para medidas que tenham o consenso unânime dos setores políticos responsáveis, será ela recebida com acato e aplauso pela opinião pública, ansiosa por roteiros seguros para que a vida se torne menos difícil e o regime mais consolidado.

Este o apelo que dirijo a todos os partidos, a todos os líderes e especialmente ao Sr. Presidente da República, para que convoque os homens responsáveis, pedindo que examinem e orientem as medidas mais aconselháveis ao combate à inflação.

O Governo será o executor das providências desejadas pelo povo através dos órgãos do seu pensamento e da sua vontade. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, segundo orador inscrito.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISTA DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mendonça Clark, terceiro orador inscrito. (Pausa).

S. Ex.^a está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Nelson Fermo, quarto orador inscrito.

O SR. NELSON FIRMO:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, faço também um introito, à semelhança do bravo Senador Novaes Filho. Meu velho pêndulo universal dos ritmos, na frase de Pompéia, anda descontrolado; por isso temo improvisações, que ainda muito me assustam.

(Lendo): Vou surpreender o Senado e a Nação fazendo, desta tribuna, uma afirmativa ousada: — no dia 16, no recinto da Câmara Federal, todas as atenções dos brasileiros para ele voltadas, Lacerda foi impiedosamente derrotado. Não se espantem nem se decepcionem quantos me estão ouvindo. Mas a verdade é esta, e ela se impõe à minha e à análise dos observadores de nossa turbulenta realidade política.

Amando intensa e dramaticamente a popularidade, o rumor dos aplausos, a multidão, emocionada, diante dele, sob o fascínio e o domínio sem dúvida impressionantes de sua palavra, fácil, persuasiva, poderosa, lúcida e por vezes senão sempre arrebatadora — amando, porém, sobretudo a si mesmo, dono, envaidecido, do seu próprio e revolucionário destino, como diria, de Napoleão, citando uma célebre frase desse atormentado gênio das armas, um dos seus melhores e maiores biógrafos — (mas se Napoleão fosse dono do seu destino, não teria havido nem Waterloo nem Santa Helena) — o Deputado Carlos Lacerda sofreu, no dia já citado, não lhe sendo concedida a licença absurdamente solicitada, para processá-lo, pelo Procurador da Justiça Militar, uma dessas derrotas que atordoam e arrazam um lutador do seu tamanho, com as suas qualidades e os seus defeitos.

Fui mais de uma vez ao Palácio Tiradentes observar o ambiente e ouvir os altos debates em torno do assunto que tanto haveria de sacudir o País, como ver e dividir o povo.

Ouvi, num silêncio jamais ali observado, embora já cruelmente abatido pelos anos, mas ainda admiravelmente senhor da tribuna, fazendo-me lembrar os oradores à Nabuco, perfeitos na eloquência e nos gestos, esse monumental baiaço, que é Otávio Mangabeira; ouvi, minutos depois, num esplêndido atrevimento, a deputada Ivete Vargas, cuja vivacidade, inteligência e dons tribunicos, aliados a uma extraordinária presença de espírito, deram-me dessa diabólica mulher uma impressão amável; ouvi também o ilustre Senhor Prado Kelly, orador sem nenhuma intimidade com os latinos, de uma sóbria eloquência britânica; e só lamentando não ter escutado o brilhante e profundo Sr. Afonso Arinos e o espantosamente verboso Sr. Vieira de Mello, travando um duelo que a ambos elevou, elevando, principalmente, o Parlamento brasileiro.

Por esse lado, sejamos justos, o "affaire" Carlos Lacerda foi indiscutivelmente benéfico à nossa inteligência e cultura política.

E senti, Srs. Senadores, não me achar presente quando Lacerda falou.

Admiro-o na tribuna, seja parlamentar ou pública, quase não o tolerando quando escreve, tanto ele se estira e se alonga excessivamente, sem o menor poder de síntese, dizendo numa página maciça o que poderia dizer num bem medido palmo de prosa.

Mas, uma vez na tribuna, como esse homem se transforma e prende a nossa inteligência, e suscita o nosso emocionante interesse, pelas suas palavras, pelo seu verbo, pelas suas apóstrofes, pelo furor de suas investidas, às vezes, até, Sr. Presidente, pelo tom desabusado e violentíssimo de sua linguagem, do seu estilo, pelo seu já famoso e temido poder de análise, de ataque e de destruição, como se fora um vendaval, um Atila, um demônio desembestado e dominador.

Disseram um dia de Pinheiro Machado, Sr. Presidente, que ele tinha um destino de tragédia. Terrível e exata profecia!

O de Carlos Lacerda talvez não seja propriamente de tragédia, mas um destino que ainda o arrastará; por muitos anos, a uma espécie de lutas que, agindo e convulsionando a Nação, assustam adversários e o tornam alvo de predileções exageradas e desafeições perigosas. A do General Mendes de Moraes, por exemplo, é uma delas.

Lembro-me de haver dito, em aparte, neste plenário: — Lacerda é um mal necessário. Sua presença, mesmo quando ele prega a necessidade ou defende as excelências de um regime de exceção, sob a influência do salazarismo, é um sinal de nossa vitalidade democrática, a Nação reagindo e forçando-o a resistir, em tempo, de uma alucinação efêmera, de uma idéia que a nossa formação política repele e não lhe dá nenhuma possibilidade nem clima para florescer e viver enraizar-se num chão que lhe é e será sempre de uma brutal hostilidade.

Volto ao início desta oração, isto é, à derrota de Lacerda. Lacerda é desses homens que não podem viver sem um permanente estímulo à luta, à agitação, ao debate, revolvendo e renovando ininterruptamente as águas paradas a fim de que elas não apodreçam.

A licença-para processá-lo seria para ele, mais uma poderosa e essencial razão de luta, ou a maior delas, não só pelo seu absurdo, violentando a inviolabilidade do seu mandato, como pelo fato de, sobre ele, fixar, na melhor das emoções, as vistas de um povo que pode tolerar tudo, e tudo tem tolerado, Sr. Presidente, menos o estrangulamento de suas liberdades.

Deixem-no em paz, não o alimentem com os ódios gerados e nutridos pelas incompreensões políticas e governamentais, e Lacerda, apesar do seu incomparável talento, se estiolará como certas plantas em abandono, sem a ternura e os cuidados de mãos amigas.

Imaginem, Sr. Presidente, apenas imaginemos, o que estaria ocorrendo no país a estas horas, se a licença tivesse sido concedida. Em letras enormes, Lacerda estaria nas manchetes de jornais brasileiros, e o seu nome varando e vencendo distâncias, pronunciado emocionadamente por milhões de bocas, a Nação sobressaltada, sua vida parada, o povo enchendo praças e ruas, a exigir, em atitudes da mais impressionante e justa rebeldia, a liberdade para o seu líder, o respeito ao seu mandato, a validade da Constituição, o artigo 44, ferido de morte,

citado e defendido por todos, a palavra de Lacerda, homem sem medo, esperada e ouvida como se descesse do alto, e fosse a palavra de um mártir feito Deus.

Nada o deteria: nada o desmancharia de convulsionar o país para destruir adversários que se ouzavam em destruí-lo.

A Nação deve à maioria dos seus deputados esse serviço enorme, essa obra de bom senso político, de realismo político, de sabedoria política, tirando a Lacerda a ambicionada possibilidade de continuar sendo, pelo menos, o terrível demônio dos governos, o seu mais cruel acusador, mantendo, aterrorizante e acesa, soprada por bons ventos, a chama de sua tremenda combatividade.

Ele hoje, e só por isso, é um homem quase direi pacífico. E até já fala em paz, em conciliação, numa possível harmonia entre tantos contrários.

Vejo nisso a derrota de Lacerda. O não deferimento da licença deixou-o sem as suas mais arrazadoras e preferidas armas de combate.

Desarmou-o. E, assim desarmado, ele me dá a impressão de um homem manso, cordato, mais ajuizado, fugindo à sua trepidante e por vezes incômoda popularidade, mas da qual Lacerda não pode prescindir. Nela o terrível Líder udenista se nutre e se fortalece.

Essa aparente vitória, tão festejada e exaltada, eu a vejo e examino, como está vendo o Senado, de maneira frontalmente diversa dos amigos e do "entourage" de Lacerda.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON FIRMO — O aparte de V. Exa. muito me honra.

O Sr. Fernandes Távora — Não é tão aparente como pensa V. Exa. a vitória de Carlos Lacerda. Muito menos do que dele, foi vitória do Brasil, vitória da Constituição.

O SR. NELSON FIRMO — Desejaria vê-lo derrotado, a fim de que se elevasse ainda mais na luta pela liberdade de meu povo e de meu País.

O Sr. Fernandes Távora — Continuá-lo a lutar; não pense V. Exa. que se calará.

O SR. NELSON FIRMO — Muito obrigado a V. Sa.

No íntimo, este é um desolado, um homem que se viu paradoxalmente derrotado quando ia travar, agitando-se no cenário nacional, seu nome internacionalmente famoso, a batalha maior de sua vida pública, como parlamentar e jornalista, sobretudo como um homem nascido para sobreviver às tempestades que o açoitam e fazem dele o ídolo de um povo cujos problemas urge sejam racionalmente espiaçados e solucionados pelos governos.

O Sr. Fernandes Távora — Exatamente; essas tempestades seriam prejudiciais ao Brasil.

O SR. NELSON FIRMO — Lanço neste sentido, desta tribuna, um apelo leal ao corajoso Presidente Juscelino Kubitschek, certo de sua compreensão e receptividade, tão mal anda este país, tão decepcionado vive, há meio século, o povo que ele governa.

Falando desta mesma tribuna, há precisamente um ano, atribui ao Chefe do Governo um papel fundamental na obra da pacificação do País, mediante apenas o desarmamento dos espíritos. Assinaei, então: "Os maiores governantes e estadistas do mundo foram tolerantes e generosos. E fortes, paradoxalmente fortes, por isso mesmo. Pisamos ainda terreno movediço, por onde andar imprudentemente será suicídio.

A Nação precisa e deseja a paz entre todos os brasileiros, mas o êxito

de tão humana e alta tarefa pertence, indissimulavelmente, patrioticamente, ao Presidente da República. A sua maneira de ver e de compreender os últimos acontecimentos. A paz, construtiva e duradoura, será obra dele. De sua inteligência, do seu espírito público, de sua visão de estadista jovem e tão senhor de si mesmo.

A Nação espia para ele. Não tira os olhos dele, certa de ter elegido um homem sem ódios, pacífico, tolerante, generoso e sobretudo bom.

Mas se a paz não vier, alicerçada na tolerância, virá, destruindo esta Nação, a luta civil. Irmãos estrachando irmãos.

Homem sem ódios ele o é. Não lhe faltando nem inteligência, nem cultura, nem espírito público, nem dinamismo, nem patriotismo, nem conhecimento exato e profundo das necessidades nacionais, falta-lhe, contudo, o senso de escolha de muitos dos homens que o ajudam em tarefa tão alta.

O Presidente trabalha, anda, voa, vê, observa, toma e ordena ou apenas sugere medidas de sentido construtivo, mas inexpressivo é o adjutório da maioria dos seus auxiliares, diretos.

A Nação dificilmente se apercebe do trabalho de gente tão parada e medíocre, a contrastar, violentamente, decepcionadoramente com as atividades e os desejos do Presidente.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. NELSON FIRMO — Com todo o prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Quem fez a escolha desses auxiliares?

O SR. NELSON FIRMO — É por este motivo que digo: não teve S. Ex. o senso das boas escolhas.

Isso até me fazer lembrar, sem o menor menosprezo à austeridade do Senado, o final de um admirável poema do fabuloso Assenso Ferreira, meu conterrâneo da cidade dos Palmares.

Na hora de trabalhar.

Pernas pro ar, que eu não sou de ferro...

Estou mentindo à Nação? Estou sendo demasiadamente pessimista? Presto, assim falando, um desserviço ao Presidente Juscelino, cujo nome apoiei sem medo, nas horas mais difíceis de sua espantosa luta eleitoral, quando muitos, que depois da vitória apareceram e hoje se insinuam seus amigos, tudo fizeram, sobrepticamente, para derrotá-lo? Até mesmo vultos eminentes do P.S.D., temeram apoiá-lo. E ainda andam por aí sabotando a obra do seu governo, no desempenho de um papel desleal e monstruoso. Brasília e Três Marias, uma vez ultimadas, — preste bem atenção o Senado. — são obras monumentais, que definem e fixam um administrador.

A brava e tão necessária oposição sem a qual este regime já teria sido subvertido, precisa espisar e ver em ambas o imenso esforço do Presidente no sentido de empurrar para a frente este país. Elas não bastam, bem sei, tantos são os problemas, talvez até de maior pressa, a exigir soluções que estão tardando, pelo fato de o Governo não ter um Ministério menos burocrático e mais útil à realização do plano administrativo do Presidente. Como estou sendo afoito nesta minha oração, tanto amo e defendo a minha independência de atitudes, quebrando por vezes as intolleráveis algemas de uma férrea disciplina partidária (releve-me o eminente líder Filinto Müller estas minhas palavras, sem nenhuma desatenção ao seu lúcido comando político) afirmo mais uma vez falar em meu nome pessoal.

Continuo. Tivesse Juscelino muitos Juscelinos a ajudá-lo, ao invés de um Ministério rotineiro e vazio, salvando-se uma ou outra exceção, e

esta Nação estaria sendo tangida para melhores destinos. Muitos esportos governistas acham que vivemos no melhor dos mundos, possíveis e imagináveis — um mundo pingüesiano, eufórico, dádivo, beio na multiplicidade dos seus aspectos. É mentira. A Nação ainda vai mal. Há fome no meu bravo Pernambuco. Há fome, inquietação e desespero no país todo. Precisamos produzir mais; precisamos baixar ou ao menos estacionar, mesmo pela força, o alarmante custo da vida. Viver para o pobre, hoje, é viver morrendo de fome, é viver sem saúde, as doenças matando, degenerando a raça, sem jeito de se achar um meio de salvação. Falta transporte, faltam hospitais, faltam maternidades, falta tudo.

Ainda um rio de irresponsabilidades corre neste país sem achar estuário. Vejo nisso um perigo enorme. Tome o Presidente as rédeas do poder e comande o país desassombradamente, acertadamente, pois lhe sobram atributos para ser o líder de um povo que o elegeu confiantemente, meses após o drama do suicídio de Getúlio, quando tudo parecia perdido, o próprio Getúlio sentindo, sob seus pés, um largo rio de lama.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. NELSON FIRMO — Pois não! Já tive oportunidade de fazer alta alusão a V. Ex.

O Sr. Filinto Müller — Encontrava-me, junto à Presidência, e não pude agradecer a referência de V. Ex.

O SR. NELSON FIRMO — Merecidíssima!

O Sr. Filinto Müller — Vim ao Plenário para agradecer a gentileza de me haver pedido desculpas por estar falando francamente ao Senado e à Nação. Quero dizer que, como membro ilustre e eminente da Maioria, V. Ex. pode expender livremente seu pensamento. Será colaboração; e através de colaborações é que o Sr. Presidente da República poderá encontrar o caminho pelo qual deve prosseguir em sua marcha de trabalho pela grandeza do Brasil.

O SR. NELSON FIRMO — Alto e emocionante o aparte de V. Ex., que muito me sensibilizou.

Seja o Presidente Juscelino esse líder, é o apelo do meu patriotismo, de um homem livre, intenso à bajulação, que apenas deseja cumprir ele as esplendidas e sem dúvida realizáveis promessas do candidato.

Há ainda o velho vício, neste país, do sujeito só apoiar o governo para fazer fortunas ilícitas. Narro, a propósito, um curioso episódio: falou-se ao Governo Dutra, que José Américo seria Ministro da Fazenda. Eu ia à sua residência quase todas as noites, e o ilustre brasileiro, de uma envolvente simplicidade, me punha à vontade, recebendo-me com tais demonstrações de apreço que terminamos compadres. Um velho amigo, num encontro de rua, disse-me, amavelmente cínico: Não te felicitarei se ele for Ministro da Fazenda. É um sujeito honesto de mais.

Sr. Presidente, está aí, neste episódio, um alarmante, expressivo e doentio aspecto da vida brasileira.

Honesto de mais! Não me deixaria furtar, não me abriria as portas do tesouro, eu continuaria homem pobre, menosprezado por uma sociedade de ladrões felicíssimos!

Esperanto episódio! Esperanto mas que se ajusta, mesmo depois de dez anos, à realidade dos nossos dias.

Por isso, advirto o Presidente: fuja de amigos dessa espécie e instale, neste país, uma ditadura da honestidade, de uma permanente vigilância e defesa em torno dos cofres públicos.

Apaldi-lo-ão as forças sadias deste país. Aplaudi-lo-á o povo. Mas faça isso já, permanecendo de olho sempre aberto para surpreender os sabidos. E de lábios sempre andou cheia

a Nação. Faça a paz, mas não uma paz que silencie as vozes da oposição e a vigilância em torno do seu governo.

Se eu pudesse aconselhá-lo, se o visse, se me sentasse à sua mesa, nas Laranjeiras, se tivesse jeito de ser amigo dos amigos que sobem, dos quais invariavelmente me afasto eu lhe diria: Presidente, não substitua homens como esses que lhe fazem oposição. Ouça-os, mensalmente, convidando-os para um b.a.papo que seria, não só útil ao seu governo, mas à própria nação. E não bula mais com Lacerda. Não o alimente, hostilizando-o. Não o faça forte, amedrontando metelo no xadrez".

Al dos governos e das nações. Senhores Senadores, se não tiverem nomes como Lacerda, uma oposição atrevida, líderes como Juracy, Villasboas, Filinto Müller e Vieira de Mello, uns investindo, analisando, combatendo, apontando erros, cooperando; outros defendendo e por vezes reconhecendo que estamos errados.

Oposição não é entrave à paz, nem à realização de um grande governo. Quando a oposição diz alto lá!, serve ao governo e à Nação, pois seu propósito é agir sempre de maneira a não lhe faltar o apoio do povo. E se o governo para, e reflete, e se corrige, o governo se beneficiou também pelo fato de ter evitado em tempo desservir ao país.

No problema da Petrobrás, por exemplo, ao primeiro sinal de protesto contra uma possível infiltração, nela, de trustes internacionais, solapando a obra nacionalista do Coronel Janary Nunes, o Presidente Juscelino até lá e reafirmou aos brasileiros numa clareza de estadista e de patriota, o seu irrestrito apoio à exploração estatal do nosso petróleo.

O Sr. Filinto Müller — Permite V. Ex. mais um aparte?

O SR. NELSON FIRMO — Com todo o prazer.

O Sr. Filinto Müller — Não desajava interrompê-lo, porque V. Ex. está discursando com muito entusiasmo, como sempre, aliás. O meu aparte, no entanto, permitir-lhe-á, um pequeno descanso.

O SR. NELSON FIRMO — O nobre colega terá oportunidade de apartear-me muito mais vezes.

O Sr. Filinto Müller — Desejava apenas frisar que, em face da observação do Senador Juracy Magalhães, tive de apartear o Senador Kerginaldo Cavalanti, reafirmando que a política do petróleo será mantida pelo Presidente Juscelino Kubitschek; que S. Ex. não cogita de alterá-la, e, portanto, a informação da *Hanson Latin American Letter*, não tem fundamento. O gesto do Sr. Juscelino Kubitschek — indo no dia seguinte à Petrobrás prestar apoio ao Diretor daquela autarquia e dizer à Nação que há de levar avante a política do petróleo — vale mais que qualquer palavra lançada em contradição à notícia americana.

O SR. NELSON FIRMO — Muito grato a V. Ex. Não sou ainda um decepcionado da ação patriótica do Presidente da República.

O Sr. Filinto Müller — Acentua V. Ex. muito bem esse ponto de vista.

O SR. NELSON FIRMO — Entra-rei, agora, num assunto, que, talvez, provoque novos apartes de V. Ex.

Desejaria e estimaria vê-lo, agindo idênticamente, na cessão de Fernando de Noronha, hoje dominada por forças estrangeiras, nossa soberania arranhada, os horrores de uma descomunal luta atômica transferidos para o meu pobre e tão desamparado nordeste, meu Recife sob ameaça de ser arrasado por uma bomba de hidrogênio, desaparecendo do mapa.

O Sr. Filinto Müller — Darei a V. Ex. um aparte "preventivo": Estou em desacordo com tudo quanto

o nobre onôtor já disse e vai dizer sobre esse tema.

O SR. NELSON FIRMO — De toda forma V. Ex. muito me honra.

Ai, o Presidente cedeu de mais, quando não devia ceder nem um palmo do nosso território. Não, deveria ter sido a sua resposta masculina.

Sejamos alheios à disputa que se trava, entre os Estados Unidos e a Rússia, para o domínio econômico do mundo. É uma luta sem idealismo. São dois grandes povos, buscando o impossível.

Napoleão não o teve. Nem Hitler. Não o terão também nem os Estados Unidos, nem a Rússia. Se os dois forem à luta, e o resto do mundo os acompanhar, pressionado pelo enorme poder militar de ambos, será o fim, a total destruição de duas culturas, de dois estilos de vida, de duas civilizações, dessa inquieta e atordoadada humanidade, esperando, a todo instante, o seu próprio desaparecimento.

Deus parece raivoso e desiludido desse bárbaro mundo de hoje, onde o gênio humano só inventa e aperfeiçoa engenhos de destruição para afligi-lo ainda mais.

O Brasil, ante os aspectos colonialistas e econômicos dos profundos entendimentos internacionais, deveria manter-se neutro.

Atentemos, Sr. Presidente, para este absurdo: não mantemos, devido à estranha influência dos Estados Unidos, relações diplomáticas e comerciais com a Rússia. Uma estupidez nossa.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex. outro aparte?

O SR. NELSON FIRMO — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Sinto discordar, ainda, de V. Ex. neste ponto, em que aprecia a atitude dos Estados Unidos da América do Norte e da Rússia. Não é uma luta entre interesses; é uma luta entre o despotismo e a liberdade.

O Sr. Filinto Müller — Muito bem, nobre Senador Fernandes Távora.

O Sr. Fernandes Távora — Esta a verdadeira luta que se trava no momento.

O SR. NELSON FIRMO — É um profundo erro pensar-se assim. A luta é de dinheiro, de conquista de mercado, de domínio econômico.

O Sr. Fernandes Távora — V. Ex. faz injustiça aos Estados Unidos. A luta — repito — é apenas entre o despotismo e a liberdade. (Muito bem!)

O SR. NELSON FIRMO — Era ainda rapaz — e já um atrevido diretor de jornal, em minha terra — quando Sandini apareceu defendendo a liberdade de seu povo, ameaçada e estrangulada pelos fusileiros norte-americanos.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Lamento informar ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. NOVAES FILHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Excelência consulte a Casa sobre se consente na prorrogação da hora regimental, a fim de que o nobre Senador Nelson Firmo possa concluir seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Novaes Filho.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Nelson Firmo.

O SR. NELSON FIRMO — Agradeço a V. Ex. Sr. Presidente e ao Senado, a concessão que me acaba de ser feita.

Esse meu adversário, o nobre Senador Novaes Filho, é temível. Desarma-me a todos os instantes.

(Lendo): — Mas a poderosa nação norte-americana as mantém e delas tira vantagens fabulosas. Produtos nossos chegam à Rússia e aos países da imbecilmente chamada "cortina de ferro", através da insólita pátria de Roosevelt, este, sim, um extraordinário pacifista e cidadão do mundo.

Devemos, pois, em face disso, reaver corajosamente as nossas relações diplomáticas com a Rússia, sem receios pueris de infiltração comunista, de espionagem comunista, de revolução comunista, só possível nos países onde os governos não espionam nem solucionam os problemas populares, e o povo sofre, além de fome, tremendas injustiças sociais.

Poderei citar, a parte deste meu discurso, o exemplo do Uruguai, nação pequenina e que tem representação russa e não há esse perigo vermelho.

— Espero esse gesto do Presidente Juscelino, sabidamente um homem forte. Essa revisão de nossa política externa se impõe. Somos, apesar da desastrosa cessão de Fernando de Noronha, e das bases aéreas estrangeiras em todo o Nordeste, um povo que não admite nem tolera algemas. Muito menos o domínio de outros povos.

O reatamento de nossas relações com a Rússia, interrompidas no governo do bisonho Marechal Dutra, trará ao Brasil inestimáveis vantagens de ordem econômica. Se somos um país de imitadores, imitemos, nesse particular, desde já, os Estados Unidos.

Vamos olvidar essa história de medo dos países comunistas. Já o embaixador Gilberto Amado, que genialmente viu e observou as impressionantes e profundas transformações que renovaram substancialmente a Índia e a China, cujos estadistas tanto o seduziram pela força da inteligência e da cultura, convidou-nos à abolição desse medo. Não tememos a Rússia; temamos, sim, as tropas de ocupação de Fernando de Noronha, o nosso chão pisado por tropas estrangeiras, cuja permanência poderá ser definitiva, para opróbrio nosso.

Não duvido um só instante do patriotismo do Presidente da República, e daí a razão de um apelo que lhe faço, no sentido de imprimir diretrizes novas e corajosas à nossa política externa. E deixe Lacerda em paz, que é a melhor e a mais lúcida maneira de impossibilitá-lo de agitar e intranquilizar o país, pois ele se nutre, para o desfecho de suas terríveis e demolidoras campanhas, não só dos erros oficiais mas das injustiças feitas ao povo e a ele próprio.

Sou pela paz, mas nunca por uma paz que viesse para silenciar as vozes da oposição, tão necessárias, Sr. Presidente e Srs. Senadores, à existência dos bons governos e dos povos livres. (Muito bem; muito bem: Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lameira Bittencourt, para explicação pessoal.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: quando discorria, ontem, a respeito do Projeto n.º 28, de 1956, do eminente Senador Cunha Mello, que dispõe sobre a reestruturação da Comissão Executiva da Defesa da Borracha, afirmei, em certo passo, que, já em 1900, depois da conhecida rapinagem — digamos assim — de cerca de setenta mil sementes de seringueiras brasileiras levadas para as Índias Inglesas, perdia o Brasil o predomínio absoluto e exclusivo da produção da *Hevea Brasiliensis* para enfrentar a concorrência da borracha no estrangeiro. Tal fato — e

dai a necessidade desta retificação a bem da realidade histórica — só veio a ocorrer seis anos depois, ou seja, em 1906, quando o Brasil passou a produzir com 98% da produção da borracha, tocando 2% à província do Ceilão.

Em 1938, ou seja, pouco mais de seis lustros, para desgraça e infelicidade não somente da Amazônia, mas também da economia nacional, inverteram-se tragicamente os termos da questão, quando passamos a figurar com, apenas, 2% da produção mundial da borracha, enquanto o restante, ou sejam, 98%, se distribuía pelos mais produtores da antiga *Hevea Brasiliensis*.

Aproveito a oportunidade desta rápida explicação pessoal para dar conhecimento ao Senado de notícia que considero auspiciosa, pois revela que, em boa hora, os Poderes Públicos do Brasil começam a dispensar a necessária atenção ao que — repito — constitui problema não somente da Amazônia, mas problema fundamental da própria economia do Brasil.

Trata-se do telegrama proveniente de Belém, publicado na sessão "Correio dos Estados", do "Correio da Manhã" de hoje, assim redigido:

O Sr. Waldyr Bouhid, Superintendente do Plano de Valorização da Amazônia visitou dois dos seis grandes viveiros de seringueiras que a SPVEA mantém na região bragantina, totalizando 225 mil mudas que serão distribuídas no próximo ano. O Sr. Waldyr foi acompanhado pelo Sr. Pey Petros Harring, renomado técnico holandês que supervisiona o plantio das seringueiras.

Como vê o Senado, embora com algum atraso, os Poderes Públicos brasileiros estão dispensando ao problema a atenção que há muito se fazia necessária, e o que se vem fazendo, seja no setor legislativo, seja na área de ação do Executivo, se não representa, de pronto — como ontem eu afirmava — a solução definitiva, completa e perfeita da questão da borracha, traduz, sem dúvida, Sr. Presidente Srs. Senadores, contribuição valiosa e oportuna para resolver-se o problema, que — quero sempre repetir — não é apenas da planície amazônica, mas vital, fundamental da própria economia brasileira.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — É realmente auspiciosa a notícia que V. Ex.ª nos traz do novo rumo que o Governo tomou na produção da *Hevea Brasiliensis*. Infelizmente, só agora, depois de tantos anos de sofrimentos foi que os poderes públicos se lembraram de que poderia ela ser produzida por plantação. É lamentável que tal ocorresse; mas, no nosso país, é o que se verifica em todos os setores: estamos sempre a dormir e, quando acordamos, fazemos espalhando, para nada realizar.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Muito obrigado pela contribuição de V. Ex.ª.

O Sr. João Mendes — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — Pois não.

O Sr. João Mendes — Gostaria de esclarecer um ponto do aparte do nobre Senador Fernando Távora, a respeito da razão que levou o Governo Brasileiro a demorar tanto no plantio da *Hevea Brasiliensis*. Iniciado o regime da cultura racional, foi ela vítima de uma série de doenças, quer no caule, quer na parte aérea, tanto que hoje — e V. Ex.ª sabe tão bem como eu — a serin-

gueira, para ser racialmente plantada, sofre dois exortos: um no caule e outro na parte aérea.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT — É o que está sendo feito na Amazônia, conforme verifiquei, pessoalmente, nas plantações de Belterra e Fardlandia entregues à alta capacidade técnica do Instituto Agrônomo do Norte.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, a título de explicação pessoal, reafirmando, mais uma vez, minha confiança em que o Executivo e Legislativo, através de ação conjunta, harmônica e patriótica, encontrem os instrumentos legais e necessários para a solução desse grande problema da economia brasileira. (Muito bem!).

O SR. RUY PALMEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Antes de atender a V. Ex.ª, lembro ao Plenário que, durante as explicações pessoais, não são permitidos apartes.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Palmeira.

O SR. RUY PALMEIRA:

(Para explicação pessoal): Lê o seguinte discurso). — Sr. Presidente, permita o Senado que nos voltemos para uma homenagem. Que uns instantes de atenção se ausentem dos projetos, das controvérsias, da crítica, do dia a dia desta Casa. E que se dediquem a uma memória. Permita que expressemos a nossa constante saudade de um companheiro que há cinco anos faz amanhã, se foi. Que pronunciemos o nome de Soares Filho, um líder cuja vida se findou em meio às pelejas, quando tanto sua presença era indispensável.

Permita o Senado que ao deixar aflorar o sentimento de dor, que o tempo contém sem extinguir, declaremos que sua ausência foi mais que a perda de um amigo, que é tanto, foi o silêncio de uma grande voz. De uma voz que a agitação não perturbava, que o tumulto não sufocava. Os que o conheceram, e não foram poucos, na atividade política, na província fluminense, ou no cenário nacional, nele identificaram um dos mais hábeis políticos dos tempos republicanos. Ali, seguindo a Nilo Peçanha e depois na companhia dessa admirável expressão de cultura e inteligência e finura da nossa Pátria que é Raul Fernandes, e desse extraordinário parlamentar que é Prado Kelly, se empenhou nas lutas mais difíceis e mais gloriosas. Depois, em instantes dos mais dramáticos da política nacional, participou das decisões mais relevantes, nelas influenciando com a sua lucidez espantosa com aquela grande malícia que se escondia atrás de um riso contido pela constante presença de um cigarro entre os lábios.

Na Câmara, com aquela aparente frieza, se entregava apaixonadamente ao estudo dos problemas importantes. Não os relegava, não os esquecia, deles jamais descurava. Não procurava aparecer. Era despido de vaidade. Parecia um dos tantos que enchiamos a Casa. Mas se uma crise eclodia Soares Filho lá estava. Grande como ninguém. Procurado, cortejado, conversado. Todos para ele se voltavam. Então não parava. Nem de andar, nem de falar. Ninguém pensava numa saída. Pensava-se nele. Era o grande amainador de tempestades. Quando ia à Tribuna, todos, atentos, o escutavam. Não esperavam o discurso brilhante que sempre saía. Aguardavam a solução

sensata por que ansiavam. A solução que vinha serena e tranquilizadora. Sua oratória não era povoada de imagens que apenas encantassem. Era, sim, maciça de argumentos. Se muitas vezes não provocava entusiasmo, sempre terminava em vitória. Não eram só as palmas dos companheiros o seu prêmio: Antes o respirar tranquilo que era de todos.

Ele lutava. Defendia os seus pontos de vista da maneira mais decidida. Sabia, no entanto conviver. Tinha a sabedoria de transigir que não é renunciar, nem esquecer, nem abandonar, e muito menos renegar. Sua lúcida compreensão da política é atual e deveria sinceramente inspirar a tantos neste momento em que é imperioso que os espíritos fiquem serenos para que as divergências sejam possíveis e existindo se realize a democracia.

Perdoi o Senado que lhe tenhamos tomado a atenção, ou, apenas o tempo. Prestando esta homenagem nós da União Democrática Nacional, pela sua Direção e pela Bancada nesta Casa, pensamos no companheiro que foi tão grande. Pensamos naqueles que, na terra fluminense, aos seus ideais permanecem fiéis. E sobretudo, Senhor Presidente, em focalizando exemplos que veem dos que souberam servir, estimular os que teem, ou irão ter, responsabilidades na vida pública brasileira. (Muito bem!).

O SR. FILINTO MÜLLER:

Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER:

(Para explicação pessoal. Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, era meu desejo dar um aparte à brilhante oração do eminente Senador Ruy Palmeiras; entretanto, V. Ex.ª, ao conceder a palavra ao nobre representante de Alagoas, esclareceu que o Regimento não permite apartes em discursos para explicação pessoal.

Ocupo, portanto, a tribuna, para expressar a solidariedade do Partido Social Democrático à homenagem que a Bancada da União Democrática Nacional presta à memória do ilustre e grande brasileiro que foi Soares Filho.

Tive a felicidade de conviver com Soares Filho; e posso proclamar seu espírito sereno, seu grande patriotismo e a dedicação com que estudava e buscava solucionar os problemas nacionais.

Era, por certo, partidário apaixonado, que honrava a bandeira e os ideais do seu Partido. Não se descuidava, no entanto, de conhecer as idéias das outras agremiações. Tirava, então, o meio termo sábio e necessário à convivência política.

Sr. Presidente, não podia deixar de render um preito à memória de Soares Filho. Peço que V. Ex.ª, faça também constar dos Anais do Senado a homenagem do Partido Social Democrático ao grande parlamentar desaparecido. (Muito bem!).

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti para explicação pessoal.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Não foi revisto pelo orador. Para explicação pessoal). — Sr. Presidente, muito breve serci.

Início estas alavras, solicitando aos Justos Senadores da União Democrática Nacional que me perdoem e não considerem intromissão a leitura do telegrama que vou fazer. Não posso, entretanto, deixar de atender a uma centena de cidadãos brasileiros, sem cor partidária, segundo aliamam, da Cidade de Joinville, em Santa Catarina, os quais se dirigiram à bancada do meu Estado, nesta Casa, nos seguintes termos:

"Interpretando o sentir da pleiade joinvilense, sem distinção partidária, vimos trazer à emente bancada catarinense o nosso testemunho de apio e solidariedade a ex-integrante dessa Casa do Congresso Nacional, que muito honrosamente desempenhou o seu mandato, Dr. Plácido Olímpio de Oliveira, figura de projeção na terra barrega verde, por grandes serviços prestados a iniciativas públicas e privadas, em que se fez presente, e levar ao conhecimento de V. Excelência nosso veemente protesto e repulsa às injustas palavras contidas na carta dirigida ao jornal local *A Notícia*, publicada no dia quinze do corrente, pelo Suplente de Deputado, em exercício, Carneiro de Loyola, contra a dignidade pessoal do ilustre coestadano, cujo grave estado de saúde merece respeito".

Seguem-se noventa e cinco assinaturas de pessoas sem cor partidárias, como declarei e confirmo o telegrama, residentes na Cidade de Joinville.

Esclareço ainda que o Sr. Plácido Olímpio de Oliveira, hoje gravemente enfermo e injuriado pelo Sr. Carneiro Loyola, Suplente de Deputado em exercício, representou, na legislatura passada, a União Democrática Nacional, Seção de Santa Catarina, na Câmara dos Deputados. Advogado valeroso, chefe destemido daquele Partido em Joinville, na época, é hoje vítima dos ataques de que ora dou notícia ao Senado, sem comentários.

E' só, Sr. Presidente. (Muito bem)!

O SR. PRESIDENTE:

— Comunico aos Senhores que, ontem, esteve no gabinete da Vice-Presidência, numerosa comissão de Juizes de Menores, ora reunidos em congresso nesta Capital, S. Exas. vieram ao Senado para render suas homenagens à mais alta Casa Legislativa do País.

Sobre a mesa três requerimentos de dispensa de intertício.

São lidos e sucessivamente aprovados os seguintes requerimentos.

Requerimento n. 188, de 1957

Nos termos do art. 123, letra a, do Regimento, queiro dispensa de intertício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1957, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 24-5-57. — *Lameira Bittercourt*.

Requerimento n. 189, de 1957

Nos termos do art. 123, letra a, do Regimento Interno, requiro dispensa de intertício para o Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1957, a fim de que possa figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 24-5-57. — *Daniel Krieger*.

Requerimento n. 190, de 1957

Nos termos do art. 123, letra a do Regimento Interno, requiro dispensa de intertício para o Projeto de Lei da

Câmara n.º 68, de 1957, a fim de que possa figurar na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 24-5-57. — *Daniel Krieger*.

O SR. PRESIDENTE:

— De conformidade com o que acaba de deliberar o Plenário, os Projetos de Lei da Câmara n.ºs 2, 54 e 68 serão incluídos na ordem do dia da próxima sessão.

Sobre a mesa outros requerimentos. E' lido e aprovado o seguinte.

Requerimento n. 191, de 1957

Nos termos do art. 127, letra b, do Regimento Interno, requiro inserção nos Anais do Senado da palestra proferida ontem, na «Voz do Brasil», pelo Sr. Ministro José Maria Alkimim.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1957. — *Gaspar Velloso*.

O SR. PRESIDENTE:

— O presente requerimento será discutido e votado depois da ordem do dia. (Pausa).

E' lido o seguinte.

Requerimento n. 192, de 1957

Devido chegar proximamente a esta Capital, em visita oficial ao Brasil, Sua Excelência o Senhor General Francisco Higino Craveiro Lopes, Presidente da República de Portugal, requeremos, de conformidade com o disposto no art. 127, letra e, do Regimento, de 5 membros para representar o Senado por ocasião do desembarque e da partida do ilustre visitante.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1957. — *Filinto Müller*. — *Cunha Mello*. — *João Villasboas*. — *Kerginaldo Cavalcanti*. — *Ezequias da Rocha*. — *Novais Filho*. — *Costa Paranhos*.

O SR. PRESIDENTE:

— O requerimento está devidamente apoiado e será apreciado depois da ordem do dia. (Pausa).

E' lido o seguinte.

Requerimento n. 193, de 1957

Tendo em vista que em junho do corrente ano se completará o primeiro centenário da Conferência de Haia, em que o Brasil, através da palavra de Rui Barbosa, alcançou o seu maior triunfo no cenário internacional;

tendo em vista que, por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores, serão levadas a efeito expressivas comemorações daquele acontecimento, que deve ser especialmente caro aos brasileiros;

Requeremos, com fundamento no art. 95 do Regimento Interno, que o Senado Federal, de cuja composição o inolvidável brasileiro fez parte, por dilatado prazo, deixando nos Anais da Casa um rastro luminoso a marcar, de modo indelével a sua passagem, se associe àquelas comemorações, dedicando-lhe o expediente da sessão de 13 de junho próximo.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1957. — *Lima Teixeira*. — *Juracy Magalhães*. — *Neves da Rocha*. — *João Arruda*. — *Argemiro de Figueiredo*. — *Ruy Carneiro*. — *Rui Palmeira*. — *Lutterbach Nunes*. — *Onofre Gomes*.

O SR. PRESIDENTE:

Também esse requerimento será apreciado depois da ordem do dia.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1955, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório do registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda., para construção do edifício da sede da Estação Terminal de Guarulhos, em São Paulo; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 292 e 293, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 40, DE 1955

(N.º 14-A, de 1955, da Câmara dos Deputados).

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório do Registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o ato do Tribunal de Contas, de 10 de agosto de 1954, denegatório do registro ao termo aditivo, de 9 de julho de 1954, ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Campos & Bruder Ltda., para construção do edifício da sede da Estação Terminal de Guarulhos, em São Paulo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1956, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont, para desempenhar a função de técnico em torpedos, na Fábrica de Torpedos da Marinha; tendo pareceres (ns. 843 e 844, de 1956 e 332, de 1957) das Comissões de Constituição e Justiça, favoráveis e de Finanças, contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os srs. senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 29, DE 1956

(N.º 65-A-1956, na Câmara dos Deputados).

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o termo de 7 de março de 1955 aditivo ao contrato celebrado em 10 de maio de 1954, entre o Ministério da Marinha e Arthur Michael Gustav Friedrich Dumont para desempenhar a função de Técnico em Torpedos na Fábrica de Torpedos da Marinha.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1957, que regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social; tendo pareceres (ns. 323 e 324, de 1957) das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; e de Educação e Cultura, favorável, com a emenda que oferece (n.º 1-C).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 194, de 1957

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155, letra b, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1957, a fim de ser feita na sessão de 30 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1957. — *Julio Leite*.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação do Senado, o projeto é retirado da Ordem do Dia, para voltar na data fixada no requerimento.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 51, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a arir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00, destinado à aquisição de passagens para a viúva e a filha de Eurico Martignoni; tendo parecer favorável, sob n.º 309, de 1957, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 51, DE 1957

(Projeto n.º 1.383-B, de 1956, na Câmara dos Deputados).

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00, destinado à aquisição de passagens para a viúva e a filha de Eurico Martignoni.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a arir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil cruzeiros), a fim de possibilitar o regresso ao país de origem da viúva e da filha de Eurico Martignoni que faleceu no cargo de professor da Escola Técnica Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a matéria constante da pauta. Passa-se à apreciação dos requerimentos lidos e apoiados na hora o expediente.

Em discussão o Requerimento n.º 191, do Sr. Gaspar Velloso, de inserção nos Anais do Senado, da palestra proferida ontem, na «Voz do Brasil» pelo Sr. Ministro José Maria Alkmin.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores, que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O documento será publicado nos anais.

O SR. GASPAR VELLOSO:

(*Parl. declaração de voto*) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, requerimento que o Senado acaba de aprovar destina-se à transcrição, nos anais, da palestra do Ministro José Maria Alkmin, no programa «A Voz do Brasil», em que revela as providências e estudos do Governo no setor agrícola. Apresentei-o porque o assunto diz bem de perto com a economia do meu Estado, principalmente o café, os fertilizantes, a proteção contra as pragas, a cooperação da rede bancária, o confisco cambial e as novas tarifas alfandegárias.

O Titular da Pasta da Fazenda, na entrevista concedida à Agência Nacional, disse exclusivamente a verdade: e os antípodas de diversas regiões do meu Estado, sobretudo os das mais profundamente interessadas no assunto, confiam na ação de S. Exa.

No que se refere à proteção do café, os fertilizantes, a defesa contra as pragas e a cooperação da rede bancária no financiamento ao pequeno produtor e aos lavradores, já se fazem sentir as providências do Governo. Os que não podem vir ao Rio de Janeiro, para pleitear financiamento no Banco do Brasil, bem como aqueles cujas necessidades são mínimas, encontrarão, nos bancos sediados na região, a ajuda necessária ao incentivo da produção.

Aproveitando o ensejo, Sr. Presidente, comunico à Casa que o Sr. Ministro serviu importância dos ágios e desonou para suprimentos à Comissão de financiamento da Produção (compra de café e outros produtos) e ao I.B.C. R\$ 9.257.000,00; para o fundo de pavimentação de Estradas de Rodagem, R\$ 1.828.000,00, e, para o Fundo de Modernização e Recuperação da Lavoura Nacional, Cr\$ 13.750.000,00. Sr. Presidente, termino, congratulando-me com o Sr. Ministro da Fazenda, pelas providências tomadas em benefício da economia nacional. (*Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento n.º 192, do Sr. Filinto Müller e outros Senhores Senadores, de constituição de uma comissão de 5 membros para representar o Senado por ocasião do desembarque e partida do Presidente da República de Portugal.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

A Mesa nomeará oportunamente a referida comissão.

Em discussão o Requerimento n.º 193, do Sr. Lima Teixeira e outros Senhores Senadores, para que o expediente da sessão do dia 13 de junho próximo, seja dedicado a homenagear o ex-Senador Ruy Barbosa.

Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa).

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores, que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá, primeiro orador inscrito para esta oportunidade. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira, segundo orador inscrito. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, terceiro orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(*Não foi revisto pelo orador*) Sr. Presidente, venho à tribuna prestar homenagem ao espírito de iniciativa e à capacidade de realização dos brasileiros.

Nos últimos anos, pela influência de doutrinas e experiências alheias, acelerou-se, no Brasil, a marcha do Estado intervencionista. O Estado paternal, o Estado providencial. Tudo deverá providor do Estado.

Anulam-se as atividades privadas; anula-se o espírito de iniciativa, bem como o de aventura, fecundo e criador. Foi esse espírito de aventura que criou a Nação; foi com a avidez de lucros e de ganho, sob a capa da expansão da fé, que os portugueses conquistaram o mundo e para ele trouxeram o Brasil. Foi com espírito de aventura, avidez de lucros, desejo de enriquecimento, progresso, e engrandecimento, que, desembarcados nestas plagas, penetraram eles pela selva selvática e aqui construíram este vasto Império. Foi o espírito de aventura que alargou o meridiano e multiplicou de várias vezes o território desta Pátria; foi o espírito de aventura que violou o Amazonas e o integrou na comunidade brasileira; foi ainda o espírito de aventura que levou o paulista a expulsar o índio dos sertões, para lá se firmar e cultivar o café, que, há tantos anos, constituiu o único sustentáculo da economia brasileira.

Sr. Presidente, aqueles que, como eu, creem que, acima do Estado existe a capacidade do indivíduo de agir por si, para abrir por si os caminhos na vida, aqueles que acreditam que Democracia é a combinação entre a força organizadora do Estado e a força propulsora do indivíduo, regozijam-se quando vêm o resultado de iniciativa que, embora pequena, merece os aplausos de todos os brasileiros, de todos os homens de boa vontade — sobretudo nestes tempos em que não se pensa fazer nada, a não ser indo buscar no Tesouro exausto, em uma economia combatida, os recursos com que se escora a incapacidade de produzir e realizar.

É animador, estimulador e confortador o pequeno exemplo que nos vem da modesta Carangola de Minas Gerais.

Há três anos, Sr. Presidente, li, por acaso, num jornal daquela cidade, que, desejosos de ter serviço telefônico e impossibilitados de o obterem pelos meios usuais, se haviam se associado os seus habitantes, entrando com parcelas de cinco, dez e, no máximo, vinte mil cruzeiros, para a fundação de empresa telefônica que dotasse aquela urbs dessa característica da civilização e cultura do povo.

Na ocasião, aplaudi com entusiasmo a iniciativa. Tanto valeu para que,

mais tarde, a mim recorressem para apianar obstáculos opostos pelo Ministério da Fazenda. Justiça é dizer-se que o eminente Ministro Oswaldo Aranha, com seu clarividente espírito público, deu ao empreendimento da gente de Carangola o máximo de apóio, tornando possível a realização de seus anseios. Mandam-me agora, Sr. Presidente, daquela cidade, como a um amigo, a grata notícia do funcionamento da empresa telefônica, com o capital de dois milhões e oitocentos mil cruzeiros e lucro de cerca de setecentos mil cruzeiros. A companhia, graças à perfeita organização e administração, ampliará, dentro em pouco, seus recursos de dinheiro e de crédito, bem como as linhas, em número de cento e vinte.

Presto, Sr. Presidente, essa homenagem, para mostrar, aos que duvidam dos sentimentos de solidariedade e da capacidade de trabalho dos brasileiros, como é possível encontrar, na iniciativa privada dos que lutam, diariamente, pela construção de nossa Pátria, a aptidão necessária à realização de serviços públicos indispensáveis ao desenvolvimento de uma cidade.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Exa. pequeno aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — Faz V. Exa. justiça aos habitantes de Carangola. Belo exemplo! Informo, a propósito, que, no meu Estado, existe um distrito, chamado Vargem do Cedro, cujos habitantes, há mais de trinta anos se organizaram para industrializar a luz e a energia elétrica necessária à indústria, com capital rigorosamente seu. Quando é preciso aumentar a capacidade da usina, fazem entre eles rateio e executam a obra. É o exemplo que algumas localidades de Santa Catarina têm dado. A organização fundada em 1930, em Vargem do Cedro muito me impressionou, quando dela tive conhecimento. Parabéns, pois, a esses pioneiros, que corajosamente vencem tais dificuldades.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — O fato citado por V. Exa. é digno de menção e aplausos. Aconteceu, no entanto, no tempo em que predominava a liberdade de iniciativa, quando ainda acreditavam na iniciativa privada, estimulando-a.

Nesta época, entretanto, em que, a cada momento, se exigem novas taxas do povo brasileiro — já sacrificado pela excessiva tributação e pela inflação devorante — para a realização de empreendimentos estatais, sob a alegação de que não se encontram no Brasil capitais nem vontade do povo, salta a iniciativa do povo de Carangola, que evidencia o contrário. Contamos, ainda, no Brasil, com homens para empreendimentos privados, capazes, aqueles homens livres de que falava Osório, para os quais basta apontar-se-lhes o caminho do dever.

A Companhia Telefônica carangolense é um expoente da capacidade de iniciativa dos brasileiros, exemplo a ser seguido por todas as cidades, pequenas e grandes, do Brasil. Prova, sobretudo, ao Governo do País — que, dia a dia, nos leva para um estatismo exagerado, que, dentro da Nação, existem forças vivas capazes, por si sós, de conduzir a Pátria aos seus grandes destinos.

Concluindo, Sr. Presidente, aproveito a oportunidade de estar na tribuna, para dirigir apelo às autoridades, aos Poderes Executivos Federal e Municipal, no sentido de uma solução para o difícil problema, de que nos dá notícia, hoje o «Diário Carioca».

Importante instituição de assistência social particular, o Colégio Maria José Imperial, onde 481 rapazes e meninas recebem instrução gratuita, e onde se abrigam, ainda, regenerados do SAM — de recuperação difícil — em busca do aperfeiçoamento para tornarem-se cidadãos úteis, está ameaçada de fechar, por incapacidade financeira.

A elevação tremenda do custo de vida tornou-lhe escassos os recursos. Seus mantenedores estão enfrentando difícil situação e a trágica contingência cerrar as portas.

Existem, Sr. Presidente, nos Ministérios da Educação e da Justiça, verbas destinadas ao amparo de organizações dessanatureza. No Orçamento da Prefeitura, há, igualmente, verbas destinadas a esse fim. No Ministério do Trabalho, o Fundo Sindical tem, como uma de suas atribuições, o aperfeiçoamento, do nível cultural dos trabalhadores.

Esses 481 alunos, em via de perder o seu curso, filhos de trabalhadores, gente humilde e pobre, estão encaixados na verba daquele Fundo.

Meu apelo, desta tribuna, é endereçado aos Srs. Ministro da Educação e do Trabalho e ao Prefeito do Distrito Federal, para que não deixem perecer a obra ameaçada, o que iria atingir quatrocentos e oitenta e um meninos. (*Muito bem! Muito bem! Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito. (Pausa).

Nada mais havendo que tartar, vou encerrar a sessão. Designando para a de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1957, que cria a Escola Agrícola de Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Daniel Krieger); tendo pareceres I — Sobre o Projeto (ns. 124 a 136, de 1957) favoráveis, das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura; e de Finanças. II — Sobre o Substitutivo de Plenário (ns. 369, 370 e 371, de 1957); da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, favorável, com subemenda; e da Comissão de Finanças, favorável ao substitutivo e à subemenda.

2 — Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1957, que abre, ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para pagamento à Fundação Getúlio Vargas pela prestação de assistência técnica à Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Daniel Krieger); tendo pareceres sob ns. 338 e 368, de 1957, da Comissão de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda de Plenário.

3 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1956, que concede a pensão especial de Cr\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzeiros) mensais, acrescida dos abonos das leis ns. 1.765, de 18 de Dezembro de 1952, e 2.412, de 2 de Fevereiro de 1955, a Angelita Fernandes da Silva, neta do capitão Luiz Fernandes da Silva, herói da guerra do Paraguai; tendo pareceres contrários sob ns. 294 e 1295, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças.

4 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 155, de 1956, que autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do transcurso do centenário da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 281 a 283, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça, de transportes, Comunicações e Obras Públicas, e de Finanças.

5 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 306, de 1956, que estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.923, de 6 de Outubro de 1944, (que estende a diplomação pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo as regalias dos licenciados em educação física e dos médicos especializados em educação física e desportos); tendo pareceres favoráveis, sob ns. 253 e 254, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

6 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 1957, que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Carminha Paes de Abreu, viúva do jornalista Raimundo Vilela de Abreu; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 307 e 308, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

7 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1957, que doa área de terreno à Prefeitura Municipal de Recife, no Estado de Pernambuco, para execução do Plano da Cidade; tendo pareceres favoráveis, sob ns. 341 e 342, de 1957, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

8 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 54, de 1957, que cria cargos no Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da 8.ª Região e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Lameira — Bittencourt); tendo pareceres (ns. 366 e 367, de 1957) da Comissão de Serviço Público Civil, favorável, com emenda que oferece; da Comissão de Finanças, favorável. Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a Sessão às 16 horas e 20 minutos.

"BOLETIM INFORMATIVO" QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 183, DO SR. CAIAO DE CASTRO, APROVADO NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22-5-1957.

PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL N.º 1, DE 1957

Substitua-se o § 4.º do art. 4.º do Ato das Disposições Transitórias, pela seguinte:

Efectuada a transferência da Capital Federal o atual Distrito Federal passará a integrar o território do Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

A transferência da Capital do País para o planalto central de Goiás embora seja uma idéia antiga, permaneceu durante muito tempo, no plano desses projetos que representam um belo sonho. Belo demais, porém distante e quase inatingível.

Nos últimos tempos, entretanto, desarmada e remocada, a idéia da mudança da Capital para interior do País, já preconizada na primeira Constituição Republicana, passou, como que sazoadada, a ser discutida e impor-se.

A última Constituição determina no § 4.º, artigo 4.º das suas Disposições Transitórias que, logo que seja transferida a Capital da República para o planalto central, o território do atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

Por outro lado, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro recomenda no artigo 46, do Ato das Disposições Transitórias que o Estado envidará todos os esforços para recuperar o território que atualmente constitui o Distrito Federal.

O atual Presidente da República, durante sua campanha eleitoral, prometeu reiteradamente realizar a mudança da Capital Federal. Eleito e empossado, não esqueceu a promessa; mas, ao contrário, nomeou uma comissão para estudar o assunto, e, pouco depois, lançava a pedra fundamental da futura metrópole. Tem declarado ajeitar disso. Sua Excelência, que há de passar o Governo ao seu sucessor já na nova Capital.

Acontece que entre os numerosos problemas que suscita a transferência da Capital da República, figura, em primeiro plano, para os cariocas e fluminenses, e ainda para todos os brasileiros, a situação do atual Distrito Federal. Sem maior exame e sem prévia consulta, dispõe a Constituição Federal a transformação deste território num microscópico Estado da Guanabara. Tardia, uma tal solução, ainda que por absurdo fosse exequível, aberra da tradição e da história e bem assim, das normas mais elementares, que, modernamente, devem presidir à formação geográfica, administrativa e econômica de um Estado.

Geograficamente, o atual Distrito Federal representa, para um Estado, território inexpressivo e irrelevante; inexistente ou invisível nos mapas escolares do Brasil. Um tal Estado seria assim, apenas uma ficção geográfica, na escala dos mapas comuns e não teria sequer representação especial. Comparado aos menores Estados da União historicamente formados, ainda seria um pigmeu. Administrativamente, teríamos uma capital da qual não dependeria nenhum município que não fosse um prolongamento dela mesma. Em compensação, como capital, ela seria uma grande cabeça sem corpo. Já possui cerca de três milhões de habitantes e antes de 1980 terá de cinco a seis milhões. Convenhamos que um tal Estado seria antes um amontoado de cidades do que um Estado. Economicamente todo Estado deve bastar-se a si mesmo e o Distrito Federal depende quase inteiramente dos Estados vizinhos para a sua subsistência imediata e do Governo da República, em função do qual foi criado e existe como um município sui-generis. Apesar de ser o Acre um território histórico e de extensão (120 vezes maior do que o Distrito Federal) ainda não foi considerado apto para ser elevado à categoria de Estado; apesar da importância econômica e estratégica dos outros territórios federais, todos incomparavelmente maiores do que o Distrito Federal, não se pretendeu até hoje transformar nenhum deles em Estado. Parece-me, pois, em face da realidade e do bom senso, que o Estado da Guanabara já nasceu irremediavelmente condenado ao olvido, a menos que se queira transformar uma fantasia evanescente em um atentado deliberado contra esta magnífica cidade, criando-se, à sua custa, uma unidade sem raízes históricas nem proporções adequadas.

Parte integrante da antiga província do Rio de Janeiro, na qual se achava encravado como encravado permaneceu a então Província do Rio de Janeiro, é ainda hoje inferior em extensão a vários municípios desse Estado. Logo após a proclamação da Independência, quando o Governo imperial necessitava estabelecer imediatamente uma sede para a administração do País, tomou expressamente por empréstimo à então Província do Rio de Janeiro, o território que passou a constituir

o Município Neutro. Fluminense continuaram os sômos os naturais dessa Província, senão também os naturais desta Capital. Falta a República, um decreto do Governo Provisório estabeleceu que o antigo Município Neutro passaria a denominar-se Distrito Federal, com a mesma extensão e limites do outro e que os naturais deste município passariam a denominar-se cariocas. Carioca, o novo e gentílico, evidentemente era um nome de crisma, portismo, permaneceria ainda por muito tempo, fluminense, o nome de batismo ligado a numerosas sociedades civis e firmas comerciais, por força da tradição e das leis.

O Distrito Federal continuava uma concessão da antiga Província, que na mesma data passava a denominar-se Estado do Rio de Janeiro.

Ora, o atual Estado do Rio de Janeiro era e é o sucessor físico e jurídico da extinta Província. Nenhuma lei, antes ou depois, alterou, no todo ou em parte, os termos em que aquela concessão se processou. Física, moral, geográfica, jurídica e esteticamente o Distrito Federal continua parte integrante e inalienável do Estado do Rio, em cujo território se acha encravado, cujo litoral continua e de cuja história e formação participa. Cessada a causa, cessam os efeitos. Cessada, pois, a alta função deste território como sede do governo do país, deverá ele automaticamente voltar a integrar o Estado do Rio, ao qual sempre pertenceu e ainda pertence. Cessão expressa e consentida de um governo a outro, seja qual for o tempo que ela durou, jamais constituirá alienação definitiva ou como tal pode ser aprovada. Qualquer outra solução para o atual Distrito Federal, após transferência, só seria aconselhável em face dos supremos interesses do Brasil.

Para a Nação, entretanto, nenhuma solução, mais sábia e condizente com os seus propósitos do que o regresso deste Município à sua antiga Unidade. Dentro dela, poderá ele, sem atritos e sem falsa condição, impulsionar de modo imprevisível o desenvolvimento do Estado e seguir projetando luminosamente, dentro e fora do território nacional, o nome do Brasil.

Sala das Sessões, em 21-2-57. — *Arlindo Rodrigues*. — *Ezequias da Rocha*. — *Domingos Velasco*. — *Mendonça Clark*. — *Mathias Olympio*. — *Onofre Gomes*. — *Gomes de Oliveira*. — *Othon Müder*. — *Otaclício Jurema*. — *Ary Vianna*. — *Francisco Gallotti*. — *Sylvio Curvo*. — *Vivaldo Lima*. — *Mourão Vieira*. — *Ruy Carneiro*. — *Julio Leite*.

A Comissão Especial que dará parecer sobre a Emenda Constitucional n.º 1, de 1957.

Na Sessão de 25 de fevereiro de 1957, nos termos do artigo 162 do Regimento Interno do Senado Federal, foi eleita a Comissão Especial que deverá dar parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional número 1, de 1957, que dispõe sobre a anexação do atual Distrito Federal ao Estado do Rio.

Com a presença de 32 Senhores Senadores, procedeu-se a eleição,

A voz da estatística, publicada no Anuário do Conselho Nacional de Estatística, de 1956 permite-nos ressaltar a situação excelente do Distrito Federal, em confronto com o Estado do Rio de Janeiro, apesar da enorme desigualdade da extensão territorial do solo fluminense, cerca de 31 vezes e frações, maior que a Terra Carioca.

Vejamos a fala dos números:

POSIÇÃO GEOGRÁFICA

Direção Norte, Sul (N.S.).

Estado do Rio — 2.º 35' 56"

Distrito Federal — 0.º 19' 05"

sendo proclamada eleita a seguinte Comissão:

Senadores: Gilberto Marinho — Caiado de Castro — Francisco Gallotti — Gaspar Veloso — Rem Acher — Sá Tinoco — Ruy Carneiro — Cunha Melo — Lourival Fonti — Lima Guimarães — Argemiro Figueiredo — Daniel Krieger — João Villasbôas — Atílio Vivacqua — Lin Matos e Mem de Sá.

REQUERIMENTO N.º 39, DE 1957

Requiro que, por intermédio da Mesa, sejam solicitadas a Exmo. Senhor Presidente da I. B. G. E.:

1.º) Oferece o Distrito Federal condições geográficas para a constituição de um Estado?

2.º) Em caso afirmativo, seria possível ou conveniente a fragmentação da Cidade do Rio de Janeiro em municípios, desde que injunções ou interesses políticos assim o exijam?

3.º) Dada a hipótese da divisão do Distrito Federal em vários municípios, com a criação de novos núcleos urbanos ou cidades, sedes dos respectivos municípios, qual a sorte que logicamente deve ter a atual Cidade do Rio de Janeiro?

Poderia permanecer 1 (um) município em relação aos outros municípios e ser a capital do novo Estado ou deveria dividir-se ela própria em tantos municípios quantos são os seus atuais distritos?

4.º) Nesta hipótese e prevendo-se desde já, a criação do Estado da Guanabara, formado inteiramente de centros urbanos, contíguos e sucessivos ou células exclusivamente nucleadas, poderia esse conglomerado de cidades-municípios justificar-se orgânica e geograficamente, como um Estado?

5.º) Em caso afirmativo, será ou não aconselhável uma nova divisão territorial do Brasil, na qual se adote critério mais lógico e científico?

6.º) Admitindo-se que a Cidade do Rio de Janeiro venha a ser fracionada, qual o critério a ser adotado e como escolher, entre as cidades resultantes do fracionamento, a cidade-fração que servirá de Capital?

7.º) Por que razão o mapa do Estado do Rio de Janeiro inclui sempre o Distrito Federal? O simples fato de ser o Distrito Federal a única parte da Federação que está fisicamente contida dentro de outra determina ou justifica esse vício cartográfico?

8.º) O território do Distrito Federal está incluído na Baixada Fluminense ou é, em parte, uma continuação dela?

9.º) Geográfica e politicamente, qual a melhor solução para o Distrito Federal, depois da transferência da Capital da República? Convém fazer dele o Estado da Guanabara como preceitua a Constituição ou transformar o referido território em município fluminense e esta Cidade do Rio de Janeiro em sede do Município e Capital do Estado do Rio de Janeiro?

Sala das Sessões, em 9 de março de 1957. — *Arlindo Rodrigues*.

A voz da estatística, publicada no Anuário do Conselho Nacional de Estatística, de 1956 permite-nos ressaltar a situação excelente do Distrito Federal, em confronto com o Estado do Rio de Janeiro, apesar da enorme desigualdade da extensão territorial do solo fluminense, cerca de 31 vezes e frações, maior que a Terra Carioca.

Vejamos a fala dos números:

POSIÇÃO GEOGRÁFICA

Direção Norte, Sul (N.S.).

Estado do Rio — 2.º 35' 56"

Distrito Federal — 0.º 19' 05"

Distância Angular

Estado do Rio — 288 Km.		Distância Linear
Distrito Federal — 35 Km.		
Direção Este, Oeste (E.O.)		
Estado do Rio — 3° 55' 02"		Distância Angular
Distrito Federal — 0° 41' 10"		
Estado do Rio — 406 Km.		Distância Linear
Distrito Federal — 70 Km.		
Área Territorial: Total		
Estado do Rio — 42.588		Hidrográfica (Potencial Hidráulico)
Distrito Federal — 1.356		
Estado do Rio — 543.100		População — Ano 1956
Distrito Federal — 600		
Estado do Rio — 2.623		Produção Extrativa de Indústrias de Minerais
Distrito Federal — 2.852		
Estado do Rio — 26.213		Ano de 1955 — Valor (Cr\$ 1000)
Distrito Federal — 16.403		
Estado do Rio — 34.526		Extração de Sal
Distrito Federal —		
Estado do Rio — 40.652		Produção Agrícola — Estabelecimentos Agropecuários
Distrito Federal — 5.265		
Estado do Rio — 1.786		Produção Industrial (censo 1953)
Distrito Federal — 4.172		
Diversas Classes da Indústria — Estabelecimentos		
Estado do Rio — 1.696		Maiores Classes da Indústria — Posição, na relação geral
Distrito Federal — 928		
1.º — São Paulo — 1.159		Indústria Têxtil
2.º — Pernambuco — 989		
3.º — Minas Gerais — 928		Total de Operários
4.º — Distrito Federal — 867		
5.º — Rio Grande do Sul — 589		Média Mensal de Operários
6.º — Estado do Rio —		
Estado do Rio — 97		Valor da Produção Têxtil
Distrito Federal — 89		
Estado do Rio — 21.657		Produção Alimentícia
Distrito Federal — 30.043		
Estado do Rio — 19.872		Total de Operários
Distrito Federal — 27.369		
Estado do Rio — 1.566.046		Valor da Produção de Couro Salgado (1955)
Distrito Federal — 2.440.850		
Estado do Rio — 587		Valor da Produção de Couros Secos (1955)
Distrito Federal — 958		
Estado do Rio — 17.410		Indústria Farmacêutica (1954)
Distrito Federal — 18.383		
Estado do Rio — 4.663.653		Capital Aplicado na Indústria Farmacêutica
Distrito Federal — 6.067.813		
Estado do Rio — 8.231		Indústria do Trigo em grão moído (1955)
Distrito Federal — 2.550		
Estado do Rio — 69.918		Abate de Reses (1955)
Distrito Federal — 25.351		
Estado do Rio — 1.832		Estado do Rio
Distrito Federal —		
Estado do Rio — 3		Distrito Federal
Distrito Federal — 4		
Estado do Rio — 2.029		Bovinos
Distrito Federal — 69.803		
Estado do Rio — 114.902		Suínos
Distrito Federal — 519.318		
Estado do Rio		Ovinos
Distrito Federal		
Bovinos		Caprinos
Suínos		
Ovinos		Total:
Caprinos		
Total:		Total:
585.806		
Total:		259.197
585.806		

Produção de Açúcar — Número de Fábrica (total:)			
Estado do Rio — 3.921			
Distrito Federal — 10			
Meio de Transporte			
I — Rede ferroviária em tráfego			
Números Absolutos:			
Estado do Rio — 2.676			
Distrito Federal — 452			
II — Rodoviação (Extensão da Rede Rodoviária em Tráfego).			
Números Absolutos:			
Estado do Rio — 17.409			
Distrito Federal — 1.963			
III — Navegação (Organização Portuária)			
a) Coordenadas Geográficas			
	Latitude	Longitude (W.Gr.)	
Estado do Rio	22°54'15"	43°10'14"	
Distrito Federal	22°54'23"	43°10'21"	
c) Movimento de Mercadorias e aproveitamento dos cais nos portos organizados			
Estado do Rio — 123.935			
Niterói — 36.780			
Angra dos Reis — 87.155			
Distrito Federal — 5.573.149			
(Movimento Marítimo)			
a) Entradas segundo os portos, por unidades de Federação			
	Número de Navios	Tonelagem de Registro	
		(1000 t)	
Angra dos Reis	229	269	
Cabo Frio	380	51	
Niterói	247	68	
Estado do Rio Total = 856		Total = 379	
Distrito Federal Total = 4.610		Total = 12.865	
IV — Aeronáutica Civil			
2 — Movimento de Tráfego Aéreo-Comercial, por Unidades da Federação — 1954			
Estado do Rio —		Números de aeroportos	
Passageiros desembarcados		8.492	
Passageiros embarcados		8.728	
Distrito Federal —		Números de aeroportos	
Passageiros desembarcados		527.992	
Passageiros embarcados		528.271	
Movimento Bancário			
1 — Todos os Bancos e Casas Bancárias			
1 — Número de Estabelecimentos e Capital, Segundo a Nacionalidade e a Categoria dos Estabelecimentos.			
b) Especificação, por Unidades da Federação — 1955			
Estado do Rio —		Números de Estabelecimentos em 31-12; — Total =	
131 — Capital em 31-12 (Cr\$ 1600) — Total 198.000			
Distrito Federal —		Números de Estabelecimentos em 31-12 — Total =	
344 — Capital em 31-12 (Cr\$ 1000) — Total = 2.949.940			
2 — Empréstimos às Atividades Econômicas			
a) Especificação, por Unidades da Federação — 1955			
Saldo em 31-12 (Cr\$ 1000)			
Estado do Rio		1.456.262	
Distrito Federal		10.338.285	
3 — Financiamentos Concedidos às Atividades Econômicas			
a) Financiamentos em vigor — 1955			
Segundo os ramos beneficiados — Total:			
Estado do Rio		2.966	
Distrito Federal		360	
Comércio			
I — Comércio Exterior			
4 — Especificação, por Unidades da Federação e Portos — 1955.			
a) — Quantidade (t)			
		Exportação	Importação
Estado do Rio		16.696	74.958
Distrito Federal		754.641	4.302.112
b) — Valor (Cr\$ 1000)			
		Exportação	Importação
Estado do Rio		569.724	171.325
Distrito Federal		9.040.782	20.200.795
II — Comércio Interestadual			
Cabotagem			
c) Especificação, por Unidades da Federação — 1954.			
		Exportação	Importação
		Quantidade (t)	
Estado do Rio		22.370	218.899
Distrito Federal		549.936	1.768.986
Renda Nacional			
III — Especificação por Unidades da Federação			
1 — Resumo — 1955 (Estimativas (Cr\$ 1.000.000)			
2 — Segundo os tipos de Pagamento — 1955 (Estimativas (Cr\$ 1.000.000)			
Total			
Estado do Rio — 23.251,8			
Distrito Federal — 80.828,1			
3 — Segundo os Ramos de Atividade — 1955			
Estimativas (Cr\$ 1.000.000)			
Estado do Rio:			
Agricultura		6.541,2	
Indústria		5.263,1	
Comércio		2.515,7	
Serviço		3.640,6	
Aluguéis		940,5	
Governo		1.899,0	
Transporte e Comunicações		2.049,3	
Intermediário Financeiros		402,3	
Total		23.251,9	

Distrito Federal:	
Agricultura	704,3
Indústria	16.741,7
Comércio	12.830,2
Serviço	13.866,7
Aluguéis	5.158,0
Governo	12.892,7
Transporte e Comunicações	11.093,1
Intermediário Financeiros	7.631,4
Total	80.828,1

Consumo

I — Consumo de Combustíveis e Lubrificantes Derivado do Petróleo, segundo as Especificações, por Unidades da Federação — 1955

Quantidade Consumida (1.000 litros)

Estado do Rio:	
Gasolina: Aviação — 370	
"Premium" — 5.775	
Comum e Alcool anidro — 174.040	
Querosene: 98.286	
Oleos: "Diesel" — 32.907	
Combustível — 401.953	
Lubrificante — 7.950	
"Signal" —	
Gás Liquefeito: 9.810	
Distrito Federal:	
Gasolina: Aviação — 86.280	
"Premium" — 39.440	
Comum e Alcool anidro — 367.208	
Querosene: 126.335	
Oleos: "Diesel" — 292.706	
Combustível — 431.620	
Lubrificante — 36.149	
"Signal" — 34	
Gás Liquefeito: 33.412	

II — Consumo de Energia Elétrica, nos Municípios das Capitais — 1955 — Consumo (1.000 kWh) —

Estado do Rio (Niterói) — Total	87.084
Distrito Federal — Total	1.582.426

IV — Números Índices do Custo de Vida Observado nos Municípios das Capitais

I — Especificação, segundo os Itens da Despesa — 1955

Números Índices (média do Brasil em 1948=100)

Estado do Rio:	
Alimentação	298
Habitação	692
Vestuário	244
Higiene	242
Transporte	219
Luz e Combustível	123
Custo de vida em geral	309
Distrito Federal:	
Alimentação	300
Habitação	810
Vestuário	330
Higiene	261
Transporte	253
Luz e Combustível	160
Custo de vida em geral	345

Cooperativismo

Cooperativas Registradas no Ministério da Agricultura, segundo o caráter e por Unidades da Federação — 1955

Existentes em 31-12

Estado do Rio	205
Distrito Federal	184

Trabalho

I — Identificação Profissional

1 — Número de Carteiras Profissionais expedidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — 1955

Estado do Rio — Total: 35.528	
Distrito Federal — Total: 76.938	

2 — Renda Arrecadada pela Expedição de Carteiras profissionais, em primeira via, por Unidades da Federação — 1955

Renda Arrecadada (Cr\$)

Estado do Rio — Total	177.640
Distrito Federal — Total	384.690

3 — Arrecadação proveniente de carteiras profissionais expedidas e de registros efetuados, por Unidades da Federação — 1955

Renda Arrecadada (Cr\$)

Estado do Rio: Expedição de Carteiras Profissionais — Total	179.070
Registros efetuados — Total	3.770

Distrito Federal: Expedição de Carteiras Profissionais — Total	607.610
Registros efetuados — Total	116.468

II — Junta de Conciliação e Julgamento

1 — Processos solucionados, por Unidades da Federação

Estado do Rio — Total	2.712
Distrito Federal — Total	20.234

2 — Movimento Geral por Unidades da Federação — 1955

Número de Reclamações

Estado do Rio: Recebidas	3.503
Solucionadas	2.712

Distrito Federal: Recebidas	27.104
Solucionadas	20.234

III — Organização Sindical

3 — Distribuição dos Sindicatos por Unidades da Federação — 1955

Estado do Rio: de empregados	93
------------------------------------	----

de empregadores	
de profissões Liberais	

Total

Distrito Federal:	
de empregados	
de empregadores	
de profissões Liberais	

Total

4 — Inquérito Sindical — 1954

a) Número de Sindicatos que responderam ao inquérito, por Unidades da Federação

Estado do Rio:	
Sindicatos existentes — Total	
Sindicatos Informantes — Total	

Distrito Federal:	
Sindicatos existentes — Total	
Sindicatos Informantes — Total	

b) Número de Associados dos Sindicatos, por Unidades da Federação

Número de Associados

— Segundo os Sindicatos

Estado do Rio — Total	67,6
Distrito Federal — Total	298,8

5 — Despesa realizada com assistência social, segundo os Sindicatos por Unidades da Federação

Importâncias Despendidas (Cr\$)

Segundo os Sindicatos

Estado do Rio:	
de empregados	3.999,6
de empregadores	406,2
de profissões Liberais	—

Total

Distrito Federal:	
de empregados	39.434,4
de empregadores	7.635,2
de profissões Liberais	712,6

Total

g) Número de Volumes e frequência anual das bibliotecas mantidas pelos Sindicatos, por Unidades da Federação — 1954

Estado do Rio:	
de empregados — Número de volumes	6,2
Frequência anual	3,4

de empregadores — Número de volumes	7
Frequência anual	1

de profissões Liberais — Número de volumes	—
Frequência anual	—

Distrito Federal:	
de empregados — Número de volumes	27,8
Frequência anual	12,6

de empregadores — Número de volumes	15,6
Frequência anual	2,51

de profissões Liberais — Número de volumes	5,9
Frequência anual	5

Estado do Rio:	
Total número de volumes	7,04

Distrito Federal:	
Total número de volumes	49,44

Estado do Rio:	
Total: Frequência anual	3,56

Distrito Federal:	
Total: Frequência anual	15,74

V — Profissões Liberais

Profissionais militantes, segundo as principais profissões, por Unidades da Federação — 1954

Estado do Rio:	
Médicos	1,00
Dentistas	73

Farmacêuticos	60
Agrônomos	12

Veterinários	27
Engenheiros	27

Distrito Federal:	
Médicos	6,11
Dentistas	2,74

Farmacêuticos	1,83
Agrônomos	311

Veterinários	15
Engenheiros	3,51

Educação

III — Ensino Primário

B) Ensino Fundamental Comum

8 — Principais resultados no fim do primeiro mês letivo, por Unidades da Federação — 1956 (*)

b) Ensino Municipal

a) Unidades Escolares, Corpo Docente e Alunos matriculados.

Estado do Rio:	
Unidades Escolares: 1.202. Corpo Docente — Total	2.011
Alunos matriculados — Total	73.805

Distrito Federal:	
Unidades Escolares	315
Corpo Docente — Total	4.168

Alunos matriculados — Total	180.658
-----------------------------------	---------

b) Distribuição dos alunos matriculados, segundo as séries
Estado do Rio

Alunos matriculados:	
1. ^a série	51.899
2. ^a série	12.608
3. ^a série	7.211
4. ^a série	2.087
5. ^a série	—
Total	73.805

Distrito Federal

Alunos matriculados:	
1. ^a série	56.547
2. ^a série	39.083
3. ^a série	36.190
4. ^a série	28.838
5. ^a série	—
Total	160.658

c) Ensino Particular

a) Unidades Escolares, Corpo Docente e alunos matriculados.

Estado do Rio:	
Unidades Escolares	505
Corpo Docente — Total	1.436
Alunos matriculados — Total	43.805
Distrito Federal:	
Unidades Escolares	904
Corpo Docente — Total	2.753
Alunos matriculados — Total	80.132

b) Distribuição dos alunos matriculados, segundo as séries.

Estado do Rio

Alunos matriculados:	
1. ^a série	20.823
2. ^a série	9.438
3. ^a série	—
4. ^a série	5.659
5. ^a série	—
Total	43.805

Distrito Federal

Alunos matriculados:	
1. ^a série	34.880
2. ^a série	17.884
3. ^a série	15.488
4. ^a série	11.870
5. ^a série	—
Total	80.132

(*) Dados sujeitos a retificação

IV — Ensino Extra-Primário

B) Principais resultados, segundo as categorias do ensino, por Unidades Escolares — 1954

1 — Unidades Escolares
Segundo as categorias do ensino:

Estado do Rio		Distrito Federal	
Secundário	162	Secundário	294
Agrícola	8	Agrícola	3
Industrial	21	Industrial	34
Comercial	62	Comercial	88
Artístico	38	Artístico	142
Pedagógico	35	Pedagógico	47
Superior	20	Superior	95
Outros Ensinos	242	Outros Ensinos	956
Total	588	Total	1.659

2 — Corpo Docente

Segundo as categorias de ensino:

Estado do Rio		Distrito Federal	
Secundário	2.210	Secundário	5.738
Agrícola	95	Agrícola	24
Industrial	461	Industrial	841
Comercial	646	Comercial	1.309
Artístico	125	Artístico	908
Pedagógico	389	Pedagógico	705
Superior	302	Superior	2.520
Outros Ensinos	610	Outros Ensinos	3.081
Total	4.838	Total	15.126

3 — Matrícula Geral

Segundo as categorias de ensino:

Estado do Rio		Distrito Federal	
Secundário	29.468	Secundário	73.364
Agrícola	878	Agrícola	36
Industrial	1.278	Industrial	1.537
Comercial	5.211	Comercial	12.426
Artístico	1.035	Artístico	7.197
Pedagógico	1.870	Pedagógico	4.786
Superior	4.537	Superior	13.845
Outros Ensinos	14.726	Outros Ensinos	88.116
Total	59.003	Total	201.307

4 — Conclusões de Curso
Segundo as categorias do ensino:

Estado do Rio		Distrito Federal	
Secundário	4.094	Secundário	12.541
Agrícola	163	Agrícola	10
Industrial	127	Industrial	269
Comercial	981	Comercial	2.290
Artístico	149	Artístico	1.559
Pedagógico	529	Pedagógico	1.679
Superior	991	Superior	2.444
Outros Ensinos	5.188	Outros Ensinos	28.854
Total	12.222	Total	49.644

V — Despesas Públicas com o Ensino e a Cultura — 1954
3 — Despesas Estaduais, por Unidades da Federação

Estado do Rio		Distrito Federal	
Despesas (Cr\$ 1.000)		Despesas (Cr\$ 1.000)	
De Manutenção		De Manutenção	
Pessoal	147.496.968	Pessoal	112.606.190
Material	5.470.090	Material	68.948.200
Despesas diversas	29.223.230	Despesas diversas	296.242.739
Total	182.190.198	Total	447.799.128
Com Subvenções e auxílios	26.018.690	Com Subvenções e auxílios	152.625.000
Total Geral	208.208.798	Total Geral	600.424.128

1 — Receita e Despesas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios

2 — Receita Arrecadaada, por Unidades da Federação — 1954

Estado do Rio		Distrito Federal	
Arrecadação (Cr\$ 1.000)		Arrecadação (Cr\$ 1.000)	
União	953.650	União	17.535.357
Estados e Distrito Federal	1.238.023	Estados e Distrito Federal	6.211.144
Total Geral	2.691.389	Total Geral	23.746.501

3 — Receita tributária arrecadaada, por unidade da Federação — 1954

Estado do Rio		Distrito Federal	
Arrecadação (Cr\$ 1.000)		Arrecadação (Cr\$ 1.000)	
União	867.134	União	11.186.440
Estados e Dist. Federal	1.208.676	Estados e Dist. Federal	5.316.119
Total Geral	2.377.954	Total Geral	16.502.559

II — Receita e Despesa da União

B — Receita arrecadaada, segundo a natureza

2 — Especificação, por Unidades da Federação — 1955

Estado do Rio		Distrito Federal	
Arrecadação (Cr\$ 1.000)		Arrecadação (Cr\$ 1.000)	
Ordinária		Ordinária	
Tributária	1.144.243	Tributária	14.897.953
Patrimonial	2.956	Patrimonial	1.579.676
Industrial	1.572	Industrial	823.927
Diversas	22.692	Diversas	627.683
Total	1.171.463	Total	17.919.239
Extraordinários	53.193	Extraordinários	1.045.717
Total Geral	1.224.656	Total Geral	18.964.956

C — Receita tributária arrecada

1 — Impostos e taxas, por Unidades da Federação — 1955

Números Absolutos (Cr\$ 1.000)

Estado do Rio		Distrito Federal	
Arrecadação (Cr\$ 1.000)		Arrecadação (Cr\$ 1.000)	
Impostos		Impostos	
Importação e afins	339	Importação e afins	710.930
Consumo	583.332	Consumo	3.425.759
Renda e proventos de qualquer natureza	373.072	Renda e proventos de qualquer natureza	5.654.016
Sêlos e afins	120.151	Sêlos e afins	3.099.443
Transferência de fundos para o exterior	—	Transferência de fundos para o exterior	1.683.877
Sobre energia elétrica	62.917	Sobre energia elétrica	148.030
Sobre Minerais do País	1.962	Sobre Minerais do País	511
Total	1.141.773	Total	14.722.566
Taxas	2.469	Taxas	165.546
Total Geral	1.144.242	Total Geral	14.887.953

% Sobre o Total

Estado do Rio		Distrito Federal	
Arrecadação (Cr\$ 1.000)		Arrecadação (Cr\$ 1.000)	
Impostos		Impostos	
Importação e afins	0,02	Importação e afins	31,61
Consumo	3,35	Consumo	19,65
Renda e proventos de qualquer natureza	0,94	Renda e proventos de qualquer natureza	29,36
Sêlo e afins	1,86	Sêlo e afins	48,10
Transferência de fundos para o exterior	—	Transferência de fundos para o exterior	100,00
Sobre energia elétrica	7,46	Sobre energia elétrica	17,55
Sobre minerais do País	4,30	Sobre minerais do País	1,12
Total	2,38	Total	30,69
Taxas	0,62	Taxas	41,39
Total Geral	2,97	Total Geral	30,77

Porcentagem sobre o total geral da arrecadação nos dez principais Estados e no Distrito Federal — 1955

1.º) São Paulo	42,72	6.º) Estado do Rio ..	2,37
2.º) Distrito Federal ..	39,77	7.º) Bahia	2,04
3.º) Rio Grande do Sul ..	7,36	8.º) Paraíba	1,36
4.º) Minas Gerais	4,37	9.º) Santa Catarina ..	1,22
5.º) Pernambuco	3,93	10.º) Pará	0,85

2 — Receita dos impostos sobre as mercadorias e sobre a Propriedade e a Renda por Unidade da Federação — 1955

Impostos sobre as mercadorias	583.571
Impostos sobre a propriedade e a renda	373.072

Estado do Rio — Arrecadação (Cr\$ 1.000)

Impostos sobre as mercadorias	4.136.689
Impostos sobre a propriedade e a renda	5.654.016

F — Imposto de renda e proventos de qualquer natureza

2 — Dados de Lançamento, referentes a pessoas físicas

b) — Número de Contribuintes

Estado do Rio	5.472	Distrito Federal	53.832
---------------------	-------	------------------------	--------

III — Receita e Despesa dos Estados e do Distrito Federal

1. Previsão Orçamentária — 1955

a) Receita prevista, segundo a natureza

Estado do Rio	2.168.634	Distrito Federal	11.551.400
---------------------	-----------	------------------------	------------

2. Balanço — 1955 — Receita Arrecada

Estado do Rio	1.751.148	Distrito Federal	7.657.650
---------------------	-----------	------------------------	-----------

Despesa Realizada

Estado do Rio	+ 1.810.074	Distrito Federal	+ 8.428.184
---------------------	-------------	------------------------	-------------

Saldo ou "Deficit"

Estado do Rio	- 58.926	Distrito Federal	- 770.534
---------------------	----------	------------------------	-----------

IV — Dívida Pública

3. Dívida Interna Fundada

b) — Estados e Distrito Federal — 1955

Saldos em Circulação em 31-XII (Cr\$ 1.000)

Estado do Rio	605.913	Distrito Federal	243.359
---------------------	---------	------------------------	---------

2. Dívida Externa

a) — Saldos em Circulação, segundo os empréstimos — 1955

Saldos em Circulação em 31-XII (Cr\$ 1.000)

Estado do Rio	733.680	Distrito Federal	538.280
---------------------	---------	------------------------	---------

Plano B (33/4%)

Estado do Rio	1.208.100	Distrito Federal	618.760
---------------------	-----------	------------------------	---------

Comparcimento de Eleitores nas eleições de 3 de Outubro de 1954

Estado do Rio	485.430	Distrito Federal	693.336
---------------------	---------	------------------------	---------

Renovação dos Títulos Eleitorais, organizado pelo Serviço de Estatística do

Tribunal Superior Eleitoral, o qual organizou o quadro demonstrativo:

Estado do Rio	852.782	Distrito Federal	992.459
---------------------	---------	------------------------	---------

Eleitorado atual 51.368 | Eleitorado atual | 156.853 |

renovado 6% | renovado | 16% |

percentagem | percentagem | |

Trabalho organizado por Aristide Berna, no Serviço do Boletim da Câmara do Distrito Federal.

maioria, na sessão de 2 de julho de

1934.

Nenhuma restrição foi feita à criação do Estado da Guanabara, salvo por vezes isoladas. Os Anais da Assembleia confirmam o esclarecimento, destacando-se os brilhantes discursos do Deputado Jones Rocha. Na ocasião, o constituinte fluminense, Deputado General Cristóvão, Barcelos, político de grande força pessoal e eleitoral, um dos chefes da revolução de 1930, que governou, depois, o Estado do Rio, ocupando a tribuna da Assembleia Constituinte, na Sessão de 7 de dezembro de 1933, recordou o movimento, encabeçado quarenta anos antes, por Nilo Peçanha, autor da representação que mandava anexar o Distrito Federal ao Estado do Rio. Não obstante sua influência enorme, Nilo Peçanha foi derrotado e sua iniciativa não encontrou eco no seio da nacionalidade. Apesar de ajuizar o trabalho de Nilo Peçanha, o Deputado Cristóvão Barcelos manifestou-se favorável à Autonomia, embora sem renunciar à absurda hipótese de voltar o Distrito Federal ao Estado do Rio. Na ocasião, o illustre militar discordou da escolha do nome a ser dado ao futuro Estado pela Assembleia Constituinte, sustentando a tese que o nome com o qual seria batizado o novo Estado, devia ser reservado ao Povo Carioca escolhido. Só esqueceu de dizer que o vespertino "O Globo" e o Centro Carioca, pela iniciativa de Roberto Marinho e Benêvenuto Berna, já haviam promovido o memorável plebiscito para saber qual o nome a ser dado ao Distrito Federal, elevado à categoria de Estado.

O resultado desse plebiscito foi levado ao conhecimento do Presidente do Governo Provisório, Senhor Getúlio Vargas, na data da fundação da Cidade, em 20 de janeiro de 1933, na solenidade do lançamento da pedra fundamental do monumento dos fundadores da "mui leal e heróica Cidade."

A Assembleia Constituinte aprovou e emenda constitucional que proporcionou ao Povo Carioca eleger o seu grande e benemérito governador, Prefeito Pedro Ernesto.

A Autonomia foi cassada, em 1936, pela ditadura que a notável obra administrativa do Pedro Ernesto provocou no cenário da vida nacional, tornando-a, dia a dia, o seu prestígio político.

Na Assembleia Constituinte de 46: Perante a Assembleia, os deputados José Romero e Jonas Correia apresentaram a emenda constitucional, determinando o restabelecimento da Autonomia do Distrito Federal.

Também o Deputado Café Filho apresentou emenda às Disposições Transitórias, criando o Estado da Guanabara. Idêntica emenda apresentou o Deputado Jurandir Pires Ferreira, sendo usada, entretanto, a denominação "Estado Carioca".

O trabalho do Deputado Café Filho contou com a colaboração do historiador carioca Afonso Várzea, prevendo-se a divisão dos bairros da Cidade de Municípios.

Os debates foram agitados, pois o Presidente da República, Marechal Gaspar Dutra, apesar de assumir o compromisso de restabelecer a Autonomia do D. F., negou-se a cumprir a palavra e transmitiu ordens reservadas, para que fosse rejeitada a Emenda, afirmando que assim procedia para evitar que a Prefeitura Carioca fosse ocupada por um cidadão de idéias extremistas.

Conseguiu, infelizmente, seu intento e retardou o restabelecimento da liberdade política do Povo Carioca.

Só por isso fomos derrotados. No entanto, nenhum movimento de reação foi, na ocasião, encetado, em favor da reincorporação do D. F. ao E. do Rio, pelo pleno conhecimento que não encontraria apoio na Assembleia.

Fica portanto, demonstrado que, nunca, nas três Assembleias Constituintes de 91, e de 34 e de 46 a idéia da fusão do D. F. ao E. do Rio alcançou a solidariedade tentada com grande esforço por um grupo de fluminenses.

DIÁLOGO

O Artigo 72 da Constituição do Império completado pelo Ato Adicional, retirou a jurisdição da Assembleia Municipal do Rio de Janeiro, o Município da Corte, que era sede do governo Central e fora, também, a Capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarve.

As terras cariocas pertenciam à Corte lusa.

O Governo Municipal da Cidade, data de 1565, quando funcionou o primeiro Conselho Municipal, criado pelo Governador Geral Mem de Sá, a pedido do Povo.

Tinha, no início de seu funcionamento, dilatadas atribuições. Estas foram gradativamente restringidas, até que o Senado da Câmara, que funcionou em nossa Cidade, lhe cerceou a Autonomia.

A verdadeira Câmara Municipal, sem a influência dos legisladores lusos, foi instalada em janeiro de 1830, em consequência da Lei de 1 de outubro de 1830, que deu nova organização às Câmaras Municipais.

A decisiva influência dos legisladores cariocas, em favor dos interesses do Brasil, concorreu para o reconhecimento de sua ação patriótica, com a assinatura da Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834, conhecida por Ato Adicional de 1834, quando recebeu o nome de "Município Neutro".

Obras para consulta: "Reorganização Municipal" (Marquês de Olinda); "Cartas Solitárias" (Tavares Bastos); "Autonomia Municipal" (Pedro de Araújo Lima); "Reforma Administrativa e Municipal" (Afonso

celso — Visconde de Ouro Preto); "Campanhas Civilistas" (Rui Barbosa); "Reorganização das Províncias" e dos "Municípios" (Lafayette Rodrigues Pereira); "O Município na História e no Direito" (Afonso Celso); "Projeto n.º 1.809, de 1.882" (Deputado Bezerra de Menezes), sobre a organização municipal; "Projeto de Reorganização Municipal" (Deputado Conselheiro Paulino de Souza); "Anais das Assembleias Constituintes de 91, 34 e 46"; "A Margem da História da República" (Pontes de Miranda); "A Cidade do Rio de Janeiro e seu Termo" (J. Costa Ferreira); "Limites entre o E. do Rio e o Distrito Federal" publicado pelo Prefeito Carlos Sampaio laudo da Comissão Thomaz Delfino dos Santos, Geremário Dantas e Noronha Santos. "História do Rio de Janeiro" Clodomiro Vasconcelos. (1928).

O título de "mui leal e heróica Cidade" foi concedido pela Corte Lusa, para premiar os esforços dos cariocas em prol do engrandecimento do Brasil.

TERRITÓRIO DO ESTADO DO RIO

O atual território do Estado do Rio compreende toda a antiga Capitania de São Tomé e uma grande parte da Capital de São Vicente.

A Capitania de São Tomé também é conhecida pelo nome de Capitania da Paraíba do Sul, por causa do grande Rio de igual nome. Estendia-se de um ponto da costa, chamado Baixo dos Pargos, próximo da foz do Rio Itapimirim, até 13 léguas ao Norte de Cabo Frio.

Banhada, a leste, pelo Oceano Atlântico, confinava, ao norte, com a Capitania do Espírito Santo, ao Sul, com a de São Vicente e a oeste tinha, como limites, Serras (pertencentes à Cordilheira Marítima) que, em grande curva, interrompida em alguns pontos, iam, da margem esquerda do Rio Macaé, até aos limites atuais com o Estado de Minas Gerais, porque a Capitania devia ter 30 léguas de costa, estendendo-se para o interior, muito além das Seras referidas.

A Capitania de São Vicente começava 13 léguas ao norte de Cabo Frio, nas proximidades do Rio Macaé, e se estendia para o sul, contornando esse Cabo, e atingindo um ponto da costa atual do Estado do Paraná. Os territórios dessas Capitânicas é que hoje constituem o território do Estado do Rio.

A Capitania de São Tomé foi doada, em 1536, a Pero de Góis Silveira. A Capitania de São Vicente foi doada a Martins Afonso de Souza, que partiu de Portugal em Dezembro de 1530, chegando à Bahia de Niterói, a 30 de Abril de 1531, daí seguindo para São Vicente, onde de preferência se fixou.

Com a criação, posteriormente, das Capitânicas de São Paulo e de Minas Gerais, a do Rio de Janeiro ficou muito reduzida, chegando, mesmo, em certa época, a compreender apenas a parte limitada, a leste, pela Ponta Negra e a oeste pela Serra do Mar (Parati).

Criada o Província do Rio de Janeiro, foram anexados territórios, não só a leste como ao norte, fixando então seus novos limites, ou sejam, os atuais, compreendendo, a oeste, São Paulo, ao norte, Minas e Espírito Santo e a leste e sul, o Oceano Atlântico.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

Resumindo, vemos que o território fluminense foi, primitivamente, parte das Capitânicas do Estado de São Tomé e de São Vicente; mais tarde pertenceu à Capitania do Rio de Janeiro e é precisamente o território estabelecido, em 1834, para a antiga Província do Rio de Janeiro.

A situação do Distrito Federal é igual a do Estado do Rio, que foi formado com territórios de diversas Capitânicas. Quando se criou em 1834, a Província do Rio de Janeiro, a lei definiu os novos limites, onde o Município Neutro está figurado claramente no mapa.

Dizer que o solo carioca pertence ao território fluminense, permite-nos também afirmar que é pequeno território que foi o Estado do Rio, limitado a leste pela Ponte Negra e a oeste pela Serra do Mar (Parati), cresceu com a incorporação de terras de outros Estados. Essa é a verdade histórica.

A RESTAURAÇÃO DA CAPITANIA

A Capitania de São Tomé, ou Paraíba do Sul, que compreendia, entre outras, as cidades de Campos e São João da Barra, em consequência de manobra do General Salvador Corrêa foi restaurada, em 1874, em proveito de seus filhos, Martim Corrêa de Sá e Benevides, 1.º Visconde de Assêca e João Corrêa de Sá.

Em 1677, eram fundadas as vilas de São Salvador dos Campos e de São João da Praia.

Em 1711, o ouvidor do Rio de Janeiro, Dr. Carr Ribeiro, oficiou ao Governo luso, expondo a péssima situação em que se encontrava a Capitania, tendo recebido, como reesposta, ordem para sequestrá-la para a Coroa.

A Vila de São Salvador dos Campos, hoje Município de Campos, pertenceu à Capitania do Espírito Santo e foi também sequestrada para a Coroa.

Em 1753, em Campos, o corregedor Sales Ribeiro, tornou efetiva a incorporação, para a Coroa, da Capitania de Paraíba do Sul.

Há um trabalho de Alberto Lamago, intitulado "A Terra Goitacá", que narra os episódios que, em síntese, destacamos.

O PROGRESSO DA PROVÍNCIA

A vinda do Príncipe D. João para a terra carioca, onde chegou a 7 de Março de 1808, muito contribuiu para o progresso do Brasil, notadamente da Província do Rio de Janeiro, que se desenvolveu rapidamente, crescendo o surto do progresso de suas indústrias rurais e da lavoura, pela necessidade de abastecer a Cidade do Rio de Janeiro.

O título de Defensor Perpétuo do Brasil foi conferido ao Príncipe Regente pela Câmara do Rio de Janeiro.

Ao proclamar-se a independência do Brasil, Província do Rio de Janeiro compreendia o território que hoje constitui o Distrito Federal e mais as vilas e cidades de Praia Grande, Sant'Ana de Macacu, Magé, Vila Nova, Cabo Frio, São Salvador (Campos), São João da Barra, Macaé, Angra dos Reis, Parati, Resende, São João Marcos e Contagalo. O território da então Capital do Brasil pertencia à Corte de Portugal, tanto que a Província Fluminense não tinha uma administração autônoma: era governada pelo Ministro dos Negócios do Império e da Justiça.

Transformado o atual Distrito Federal em Capital do Império, imensos benefícios prestou aos fluminenses, cujo solo passou a ser fonte abastecedora dos cariocas.

A Província do Estado do Rio só conquistou a Autonomia no segundo reinado, pelo Ato Adicional à Constituição, de 12 de Agosto de 1834, dela separando-se o Território do Distrito Federal.

Se o território carioca e fluminense eram administrados pelo Ministro de Negócios do Império e da Justiça, onde encontrar apoio para reivindicação duvidosa?

A organização das Províncias data da Constituição do Império e só depois é que se cogitou de limitar as Províncias.

"A EVOLUÇÃO POLITICA DA TERRA CARIOCA

Lançados os fundamentos da Cidade logo os moradores da Terra Carioca solicitam e obtêm as garantias do Conselho da Câmara, que é instalada numa casa de pau a pique, no Morro Cara de Cão.

Em 1573, é dividido, em dois o governo geral do Brasil que fora fundado por D. João III, em 7 de janeiro de 1549, sendo designada a Cidade do Rio de Janeiro, como capital do novo governo geral, ficando-lhe sujeitas todas as capitânicas do Sul, a começar do Espírito Santo, continuando a Cidade de S. Salvador a servir de centro às Capitânicas de Porto Seguro para o Norte.

Em 1577, é unificado, nas mãos de Lourença da Veiga, com sede na Bahia, o sistema de dois governos.

Em 1603, é dividido de novo o Brasil, pela Corte de Madrid, em dois governos, sendo a Cidade do Rio de Janeiro, capital do Sul e a da Bahia, capital do Norte.

Em 1677, a 25 de janeiro, é regulamentada a administração civil do Brasil, ficando subordinados ao governo geral da Bahia os governos de Pernambuco e do Rio de Janeiro que estavam daquele independentes.

O Decreto de 9 de janeiro de 1823, concede à Câmara Municipal o tratamento de — Ilustríssima — e dá a mesma o título de *Mui leal e heróica Cidade*.

Em 1834, pelo Ato Adicional, de 12 de agosto, pelo art. I, é a Cidade do Rio de Janeiro separada da Província com o mesmo nome, sob a denominação de — "Município da Corte" — mais conhecido, porém, pelo "Município Neutro".

Em 1835, o decreto de 16 de fevereiro limita ao termo da Cidade.

Em 1837, a lei altera o processo eleitoral para as eleições gerais, provinciais e municipais. Em face dessa lei, a Cidade do Rio de Janeiro, tem uma organização especial.

Em 15 de novembro de 89 é proclamado pelos Vereadores da Câmara Municipal carioca, o regime republicano.

O primeiro decreto firmado pelo Governo Provisório dispõe no art. 10:

"O território do Município Neutro fica provisoriamente (o grifo é nosso) sob a administração imediata do Governo Provisório e a Cidade do Rio de Janeiro constituída, também, provisoriamente, a sede do Poder Federal"

Em 7 de dezembro de 89, o decreto n.º 50 — dissolve a Ilustríssima Câmara Municipal e cria um Conselho Municipal, nomeando "a título expressamente provisório" os respectivos membros.

O Decreto n.º 107, de 30 de dezembro autoriza os governadores dos Estados a dissolver as Câmaras Municipais e organizar os respectivos serviços, adotando em tudo que lhes forem aplicáveis, as disposições do Decreto n.º 50-A, relativas à Câmara Municipal do Distrito Federal.

Em 1890, o Decreto n.º 198 de 6 de fevereiro, regula o modo pelo qual o Conselho da Intendência Municipal da Capital Federal se fará representar em Juízo.

A 25 do citado mês e ano o Decreto n.º 218 declara quais os atos dependentes de autorização ou aprovação do Governo.

A Lei n.º 35, de 20 de setembro de 1892, estabelece a organização municipal, dispondo, no art. 1, que o Distrito Federal compreende o território do antigo Município Neutro.

O Decreto n.º 543, de 23 de dezembro de 1898 regula a administração do Distrito Federal.

O Município Neutro, no Brasil Imperial, já tinha este direito de eleger senadores e deputados à Assembleia Geral. O regime republicano manteve esse princípio constitucional.

O art. 4.º das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 34, criou um regime singular para a terra Carioca, concedendo ao seu Povo as prerrogativas de eleger o seu Prefeito. O escolhido foi o grande e inescusável Pedro Ernesto.

A Carta Magna de 37 suprimiu a liberdade política e administrativa.

O Manifesto dos políticos cariocas, entregue ao saudoso Presidente Getúlio Vargas, provocou o Ato Adicional de S. Ex.ª restabelecendo o direito de voto à população Carioca.

A maturidade política da Cidade "Mui leal e heróica" é, assim inofensível, é como que uma força cadente, consagrada de nascença a um resplandecente porvir, dentro dos limites traçados pelos ideais da Democracia que animam a sua história e a tradição.

Sylvio Romero, voz portentosa do saber nordestino, proclamou que a "Terra Carioca é a mais brasileira das cidades brasileiras".

O Correio da Manhã, na sua edição de 30 de março último, na Seção "Vida Cultural", escrita pela pena conselheira de Nelson Costa, Membro da Academia Carioca de Letras, autor das "Páginas Brasileiras e Páginas Cariocas", publicou artigo "Louvor ao Povo Carioca", onde o ilustre parlamentar e publicista de S. Paulo, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, descendente dos Andradas, exalta o nosso sentimento e a nossa bravura cívica, afirmando que no Brasil só atingiram resultados vitoriosos com a nossa participação, alegando que, há cem anos, o brasileiro discute e o carioca decide.

O trabalho publicado pelo Correio da Manhã é o seguinte:

LOUVOR AO POVO CARIOCA

Tratando do Povo Carioca, que ainda chama de fluminense, como era comum antigamente, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, descendente dos Andradas ilustres que fizeram a independência, declara com justiça que ele nunca foi medroso.

O trabalho é de 1921 e constitui um interessante retrospecto das múltiplas situações que tem enfrentado o povo do Rio de Janeiro, em defesa da sua terra e dos seus ideais.

Parlamentar e publicista, nascido em São Paulo em 1853 e falecido em 1927, Martim Francisco era um escritor irreverente, mas absolutamente probo em seus juízos e afirmativas.

Estudioso da história nacional, seu livro "Contribuindo" traz curiosas informações sobre fatos e pessoas, que bem justificam o título do volume.

Paulista que era, seu trabalho a respeito dos fluminenses, como os chamava, é pois insuspeito e merece ser lido com a melhor atenção.

Nunca foi medroso e é o menos obediente dos brasileiros, declara, mantendo sua fama de brigão e resistente.

No retrospecto que faz, reporta-se, à "bernanda de 1660, como se tornou conhecido essa primeira revolução carioca. Conta que naquela remoto ano, o Povo, cansado do governo oligárquico da família Sá, depôs o governador interino Tomé de Alvarenga, aqui deixado do Salvador de Sá e Benevides, aclamando para substituído a Agostinho Barbalho, que, falho de energia, foi também substituído, pela Câmara Municipal.

E diz textualmente: "a gente do Rio é, desde esse pronunciamento insurrecional, a única que, no Brasil, fiscaliza seguidamente o seu governo. A única com incessante interesse pelos interesses públicos.

Cita, depois, o fracasso do Governador Francisco de Castro Moraes, na invasão de Du Guay Trouin e sua destituição pelo Povo, tendo de entregar o governo a Antônio de Albuquerque, vindo de Minas.

Foi ele que promoveu o "Pico" e dispôs-se a enfrentar as tropas de Avitez, prestigiando as forças do General Xavier Curado.

Também resistiu o povo carioca quando da dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, negando-se a por luminárias nas fachadas, como lhe ordenaram.

Mostra depois o interesse do nosso povo pelas questões políticas enchendo as galerias, acompanhando os debates nas casas legislativas. Recordando a atuação do povo carioca no 7 de abril de 1831, e em tantos episódios que decidiram de situações políticas delicadas como a Maioridade.

"Da data de 1821, acrescenta Martim Francisco, esse predomínio perseverante, tão indiscutível quanto indiscutido. Há cem anos, já, que o brasileiro discute e o fluminense decide. Essa a regra. Tal a longa lição dos fatos. No Brasil só atingiram resultados vitoriosos as revoluções conspiradas e verificadas no Rio de Janeiro". E adiante: "Olhemos porém, o reverso da medalha; em vinte e quatro horas, com a costumeira adesão do Brasil todo, o povo do Rio de Janeiro, duma das janelas da Câmara Municipal, mudou as instituições governamentais do país, completamente radicalmente.

Nem uma das vinte províncias revelou designio de reagir, vontade de discordar. Ano e meses antes aquiescência idêntica se dera, quando da libertação dos escravos".

E lembra que, embora já não houvesse escravidão no Amazonas e Ceará só se positivou a abolição quando o Rio apoiou o movimento decisivamente O DISTRITO FEDERAL DEVE SER TRANSFORMADO EM ESTADO

Com esse título, a "Tribuna da Imprensa", de 15 de agosto de 1956, publicou uma entrevista do Secretário Geral da campanha da Autonomia Carioca, Ariosto Berna, focalizando a idéia de ser incorporado ao Estado do Rio o território carioca, como pretende o Conselho Regional de Geografia e Estatística do Estado do Rio, quando aprovou a Resolução n.º 136, de maio de 1956, iniciativa infeliz, revivida pelo Senador Arlindo Rodrigues, na Emenda Constitucional número 1 de 1957.

A decisão do referido Conselho foi contestada, na entrevista aludida, com os seguintes esclarecimentos prestados:

— "Há documentação suficiente para contrariar a decisão do referido Conselho, que se apoiou em antecedentes históricos duvidosos e no fato de ser pequena a área do Distrito Federal, para constituir um Estado e não estar representada cartograficamente nos mapas.

"Não pode pairar dúvida, com a mudança da Capital, o Distrito Federal deve ser transformado em Estado.

— Um Estado que já tem nome escolhido pelo seu Povo: "Estado da Guanabara", nome consagrado em grande inquérito popular e reconhecido pelas Constituições de 34 e 36. Ademais, na época colonial, a Cidade do Rio de Janeiro chegou a governar toda a capitania fluminense.

O Ato Adicional de 1834 fortaleceu a posição do Distrito Federal e a Constituição de 91 manteve os limites do Município Neutro. O seu Artigo III determinava que, efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passasse a constituir um Estado.

E' velha a questão de limites entre cariocas e fluminenses. Em 1920, realizou-se, em Belo Horizonte, a grande Conferência de Limites Interestaduais, a fim de resolvê-los, todos, até a data da comemoração do primeiro aniversário do feito do grito de "Independência ou Morte", celebrado a 7 de setembro de 1922.

O Estado do Rio nomeou a Comissão, composta dos Senhores: J. Matoso Maia Forte, Scuza Lima e João Antônio Guimarães. A delegação carioca era constituída pelos Senhores Tomaz Delfino dos Santos, Noronha dos Santos e Geremário Dantas, nomeados pelo Prefeito Carlos Sampaio. Pelo laudo da Comissão do Distrito Federal, ficou provado pertencerem ao território da nossa Cidade, vários municípios fluminenses. Nesse particular, diante de provas incontestáveis, a Comissão do Distrito Federal sustentou o nosso direito, forçando uma contra-proposta da Comissão Fluminense, que foi rejeitada, por não se haver baseado em nenhum documento concreto.

Sugeriu-se, então, que a contenda fosse resolvida pelo julgamento do árbitro do Senhor Presidente Epitácio Pessoa, que não pôde se pronunciar sobre as conclusões da Comissão de Limites, porque os representantes fluminenses se recusaram a aceitar o julgamento do Chefe da Nação, também eminente juiz e jurista.

A Prefeitura do Distrito Federal publicou um volume com o laudo e os mapas, provando o nosso direito inofensível. É um trabalho que deve ser lido pelos Senhores Senadores, pela relevância das provas que nos asseguram o direito, líquido e certo até, de reconquistarmos oito municípios do Estado do Rio (São João de Meriti, Caxias, Nova Iguaçu, Itaguaí, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Olinda).

A política que deve imperar, no entanto, entre todos os brasileiros que se dedicam aos interesses vitais da Nação, é a do mútuo entendimento e da cordialidade cívica.

Entre o Distrito Federal e o Estado do Rio deve haver um clima de mútua compreensão e um perfeito ajustamento político, econômico e social, cujos resultados, não tenham dúvidas, serão os mais promissores.

No período colonial e do império, o Estado do Rio foi o principal fornecedor de víveres para a Capital da Corte e, depois, do Brasil. Por que não continuar a mesma política econômica?

Sabe-se que os cariocas, embora defendam altivamente as prerrogativas de sua Autonomia, nunca pleitearam a reconquista de seus oito municípios, em poder dos fluminenses. Não admitirão, entretanto, que um grupo de maus brasileiros, cheios de ambições, deles se apassem.

O Movimento resultará em fracasso. Já foi encetado por Quintino e Nilo, que acabaram por reconhecer a ausência de recursos jurídicos e históricos, para sustentá-los, porque sabiam que o território do Estado do Rio foi também reduzido e sua área territorial só aumentou quando terras mineiras, paulistas e esritossantenses foram incorporados à província fluminense.

Já provamos, em documentos em poder do Senador Gilberto Marinho, que a Terra Carioca será a New York da América do Sul.

Portugal é um país pequeno, mas chegou a dominar os mares e descobriu este colosso que é o Brasil.

Igualmente os gregos predominaram na cultura, nas artes, no teatro, na arquitetura, no pensamento e estabeleceram as bases da Democracia, apesar de possuírem, como é de todos conhecido, um território reduzido. Atenas foi a capital da cultura.

Disse recentemente a "o Globo", o Ilustre Almirante Gago Coutinho, — O Brasil terá sempre "duas capitais" — Brasília e a Terra Carioca.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ASSIS CHATEAUBRIAND, NA SESSÃO DE 7 DE DEZEMBRO DE 1956, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE. O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

No ligeiro debate aqui suscitado, em torno dos acontecimentos que se desenrolam no Oriente Próximo, fixamos a situação paradoxal do país. Poderíamos dela estar tirando um alto rendimento e, entretanto, ela só funciona contra nós. Até este momento o fato não encontrou maior repercussão aqui. Tem o Brasil um seguro de vida permanente para todas as crises que possa sacudir o planeta. É a constante nacionalista, que nos emporga. Nada nos poderá acontecer de bom, porque os estrangeiros, nossos inimigos naturais, se excluem de praticar aqueles atos, dos quais possam decorrer benefícios para o Brasil. Também nada de mal no caso específico do petróleo, nos deverá advir, porque a crise de Suez não ocorre diretamente conosco. Somos dela apenas espectadores. Trata-se de uma controvérsia entre árabes e egípcios, de um lado, e ingleses e franceses do outro. Ora, o Brasil não consta que seja árabe, britânico ou francês, nem que disponha de petróleo descoberto para suscitar movimentos de rivalidade mundial. Logo, por que temos que nos afligir com acontecimentos que se passam fora da nossa órbita?

A velha asa do pernila aí aparece, escondendo a sua cabeça, para nesse movimento disciplinar o perpétuo mulquimano, que é o brasileiro.

O mundo, com o que nele se passa, pouco ou quase nada nos deve interessar. Sobretudo no concerto dos fortes. Formado dentro de um ambiente de pessimismo, o nacionalista só acredita em si, nos seus esforços, no que dentro dele se processa. Pretende que aquilo que deverá promover o nosso desenvolvimento, em todas as suas etapas, terá que se realizar no âmbito das nossas fronteiras. Nenhuma cooperação alheia.

É, pois, com uma formação de confinados, que nos preparamos para abordar a fase decisiva da entrada do país em sua adolescência. Preparamo-nos para ser homens, e tal qual a juventude do fascismo italiano, acreditamos que temos tudo, mas tudo, para ser uma grande nação. O que nos basta é querer, é ter ativez para recusar até o fim o trabalho de trocas, que é a base da economia das nações. Urge levar ao máximo a iniciativa no campo das indústrias destinadas a nos abastecerem. Será essa iniciativa precipuamente estatal. Por outro lado, proceder ao mínimo de entregas das matérias-primas do nosso solo, porque só depois de industrializadas aqui, é que devemos mandá-las para o exterior. Até idéias do café enlatado, do cacau em bombons e do minério transformado em aço, foram agitados nas esquinas, nos bécas da jacobinada.

Há dias, Sr. Presidente, ouvimos dois gritos nacionalistas dos mais estridentes, desses de araponga ou de pavão, no parque, no abandono da sua companhia distante. Num matutino de indiscutível autoridade, dois colaboradores pediram: a) que só deva consentir o governo a exportação do minério de ferro de Minas, para os Estados Unidos e a Alemanha, sob a forma de artigos siderúrgicos manufaturados; b) que o café da periferia brasileira só emigre, sob a forma de latínhas de pó, moído e torrado...

Neurose nacionalista

Está o Brasil atacado de uma neurose nacionalista, como jamais o possuía, tão aguda e violenta em sua história. A reação indianista dos meados do século passado não tem comparação, com esta, suscitada, em grande estilo, para fins de propaganda, por uma nação asiática. Não é, porém, uma maioria a responsável por esse deplorável estado de coisas, senão uma minoria, conduzida por

agentes russos, ao serviço da propaganda eslava, toda ela dirigida à sovietização e à proletarização deste país.

Não quero contestar que resíduos do jacobinismo colonial antiportuguês, exacerbado no período florianoista, estejam ausentes dessa nova diátese. Não, ele é um dos fatores até preponderantes dela. O nacionalismo, que os russos alimentam hoje, por toda parte, como um dos meios para acirrar estados de animosidade contra a Inglaterra e os Estados Unidos, atingiu em nosso país, graças à doutrinação dos monitores vermelhos, a um paroxismo, ao qual só se podem levar as sociedades primárias.

A verdade, dói confessá-lo, mas aí está patente: queremos industrializar-nos a todo o páno e sob todos os pretextos. Com uma condição: que nada se compre nos mercados externos, e a eles se vendam, o café e o cacau, em xcaras, e o minério de ferro, aos Estados Unidos, convertido em lingotes, pontes, trilhos, canhões, espadas e lâminas de barbear.

Desconheço se a Casa sabe quantas indústrias de veículos a motor existem hoje no Brasil.

Nada menos de trinta. É uma iniciativa ainda *in fieri* mas já tão popularizada entre nós, quanto o jogo do bicho e o futebol. É que os governos decidiram "nacionalizar" o negócio, o que constitui uma ameaça para as empresas produtoras lá fora, aqui colocando os seus veículos acabados não se poderão recusar a trabalhar dentro das fronteiras herméticas do Brasil, ainda que em condições vexatórias.

Nosso mercado interno para veículos a motor é o que haverá de exíguo. O Eng. Eros Oresco, do Ministério da Viação, calcula-o, para caminhões, em 59, em 500 por ano entre 1956 e 1954, na hipótese A. E na hipótese B, em 127.000. A partir de 1962, o técnico oficial calcula o total dos veículos a motor, de que vamos precisar em 130.000.

Divida-se este total por 30 e ver-se-á que estamos em face de um empreendimento de escassa rentabilidade, ainda que tombem pelo caminho vinte das trinta empresas, que se formaram para tentar a arriscada exploração. O que se calcula que custará o investimento automobilístico é de outros tipos de carros, como jipes, tratores e caminhões, são 200 milhões de dólares, em moeda estrangeira. Se somarmos as aplicações já feitas, teremos na rubrica industrialização nacional de veículo a motor, 16,5 bilhões de cruzeiros. Pensemos no que seria este dinheiro convertido em plantações de seringueiras em Mato Grosso e no Vale Amazônico; em sementes oleaginosas no país todo e pastagens finas para carneiros, de cinco quilos de lá por unidade, no Rio Grande e em Santa Catarina. E mais cacau bem tratado na Bahia. E pesquisas do solo e do subsolo para encontrar os minérios brasileiros. Uma vasta laparatomia neste nunca bem visitado, ventre nacional. Teríamos logrado robustecer o mercado interno, graças ao do alargamento de suas dimensões. Ampliado esse mercado, teríamos automóveis de 70 e 80 mil cruzeiros e caminhões por 90 e 100 mil. Um líder da General Motors me dizia há pouco, em Nova Iorque:

— "Podemos vender-lhe carros de passeio das nossas usinas americanas por 3 mil dólares. Mas produzidos no Brasil, teremos que fabricá-los, no mínimo, por 8 mil".

Observe a Casa o que significa para a vitalidade de um negócio industrial o poder de consumo dos compradores a os quais é ele organizado. Na inauguração da "Mercedes-Benz", em São Paulo, interroguei um perito na indústria, quanto custará um caminhão-tanque, fabricado no parque daquela usina.

— "Depende" — respondeu o meu interlocutor. — Se a encomenda for de 10 unidades, o preço é de 2.460.000 cruzeiros; se for de 1.000

unidades, o valor será de 1.220.000 cruzeiros".

Neste caso, de que carece o Brasil para se lançar a indústrias básicas — já que possuímos energia abundante, ferro e bauxita?

Mercado e só mercado, a fim de assimilar condições toleráveis de custo. Tal a razão pela qual tanto me bafo para começarmos a fazer aqui pelo menos com a Argentina, o Uruguai, a Bolívia e o Paraguai.

É exageradíssimo o preço pelo qual paga o povo brasileiro um nacionalismo econômico precoce, um nacionalismo prematuro, elaborado quanto a certos ramos industriais, antes de termos mercado interno, para absorver uma produção capaz de chegar ao consumidor por preços razoáveis.

Um país de economia reflexa como este nosso, pretende dar-se a extravagância de criar doutrinas próprias e caminhos individuais independentes para o seu desenvolvimento. É todo um sistema de insegurança, que se tenta construir, e ele contribui de modo tão medíocre para a construção do ideal de vida de uma nação, que até hoje não logramos adaptá-lo a necessidades elementares do padrão de existência mais modesto dos brasileiros.

Nas grandes cidades palpita um industrialismo tressuante, que os economistas bravios, de pura linhagem caeté, de todos os partidos, alegam estar sendo feito para proporcionar a independência econômica do país. Efetivamente, senhor presidente, o Brasil, de norte a sul quer ter manufaturas próprias, desde a pesada às mais delgadas; quer industrializar-se a todo transe, porque ele tem sede de emancipação material. Pretende-se fazer aqui uma sociedade de âmbito fechado. Organizar-se um Estado que, no capítulo das relações externas, não careça de ninguém. Que só venda, exclusivamente só venda, na rigidez da sua consistência própria, fazendo abstração de todo e qualquer princípio de compra e troca.

Prepara-se de que modo romântico um Brasil hecico, educado para se excluir da esfera dos países compradores! É um mundo lírico, em que nos dispomos a viver.

INDUSTRIALIZAÇÃO E INSTABILIDADE

Mas como Estado, que não tem programa nem sistema paralelo a esta alucinação de largos investimentos produtivos, graças ao processo industrializador, o Congresso e o Executivo criam as despesas públicas acirra, muito acima dos recursos de que dispõe a economia nacional. Cai-se na instabilidade financeira, a qual se caracteriza pela flacidez orçamentária e pelas aplicações dispersivas. Mobiliza o poder público pelas vias inflacionárias os maiores golpes de prodigalidade nesse terreno. Ora, se existe um elemento excitador crônico da coceira inflacionária, é o emissãoismo. Com o dinheiro fácil, a primeira coisa que ocorre são os investimentos especulativos. O critério da reprodutividade deixa de se conciliar com as necessidades coletivas para se exprimir, através dos consumos voluptuários, em que requintam a voracidade das oligarquias ignorantes e a fome insaciável das clientelas do eleitoralismo.

Nós estamos, senhor presidente, dentro de um quadro de desenvolvimento econômico lacunário e precipitado. E isto explica a instabilidade da nossa economia, e, em parte, a precariedade do sistema financeiro da nação. Somos um país, que ninguém contesta, subdesenvolvido. Há cinquenta anos exterminam-se rubezais fundamentais do Brasil, levando-nos a uma perspectiva de ruína inquietadora, para imprimir velocidade a um processo de industrialização, que viria a seu tempo se não nos atirássemos às aplicações de modo tão dis-

persivo dos nossos recursos, ou seja os recursos adquiridos com a venda do café, a qual deveria ter aqui uma indústria extrativista do solo e do subsolo. Exemplificando: a lavoura do café, a qual deveria ter aqui uma silvicultura de Pão de Açúcar, é a quem se compra termos devolvido uma alta parcela do que com o seu produto se ganhou. Ela pagaria em dobro o três-dobro o que recebesse só em adubos para o solo e cuidado no cafezal. Não se lhe trouxe sequer uma migalha até hoje, numa inversão reprodutiva. Não se cogitou de melhorá-la, de defender-lhe as lavouras nobres, de fixar-lhe os mercados, de organizar-lhe o comércio internacional, de pô-la a salvo das consequências das crises dos solos e das estiagens prolongadas. Seu eixo deslocou-se, criminosamente, daqui para a América Central e a Colômbia, e também a África. Estão-se ganhando, neste momento, aqui, muitos dólares com o café. Mas esses lucros são temporários. O fato ocorre em consequência de catástrofes conhecidas, que modificaram de modo espetacular a posição estatística do produto. Não havia lugar para os excedentes dos nossos cafés baixos. Calamidades físicas afetaram as colheitas em vários países do continente. Reduziram-se as safras, e, assim, estamos podendo embarcar e bem vender os tipos inferiores para os quais não tinhamos saída.

DENSIDADE ECONÔMICA

Considero o Brasil, senhor presidente, um país com todas as insuficiências conhecidas de uma região tropical e equatorial, ainda em excelentes condições para promover, nesta sexta década do século, um vertiginoso progresso, o qual seria o progresso compatível com um Estado de solo e clima de condições difíceis para a existência de grande massa demográfica.

Am! se soubessemos extrair do nosso solo apenas o que ele poderá produzir no capítulo das oleaginosas, para colocar essas exportações nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e no Japão! Seriam mais de um bilhão de dólares, que viriam fortalecer a balança comercial do país. Nós nos ressentimos aqui da ausência de capitais de fora, com direção inteligente para bem orientá-los. E os que expulsamos ou convidamos para sair? Os mercados externos de carnes, na Argentina, se bem que mais animados este ano, não se recuperaram dos golpes sofridos, desde que os capitais britânicos foram postos fora do país pelo nosso irmão siamês que é o insensato nacionalismo doméstico.

Nossa economia tem um largo déficit de alimentação. Ainda importamos perto de 200 milhões de dólares de bens de consumo. E vê hoje indústrias com tendência a cortes impiedosa, perspectiva nas suas horas de trabalho. Sobre tudo as têxteis. A hora fora para encetarmos algo de mais alto no sentido de uma experiência da estrutura das duas economias, começando a fundir-se: — o Brasil, trocando tecidos por carnes e lãs. Assim se encontraria um futuro mercado comum de 75 milhões de habitantes, entre o Prata e a Amazônia. Trataríamos de obter que os argentinos fizessem essa treloucada siderurgia com que amagam matar o seu mercado de aço, colocando o Brasil ali o seu ferro e os seus panos, e contra eles recebendo a produção nobre da Argentina. Não digo para já e já trigo, porque o embaixador Amaral Peixoto já descobriu o segredo do provimento contínuo do estômago do brasileiro com este cereal, enquanto o dinheiro pago aos nossos aliados americanos, aqui fica no Banco do Desenvolvimento Econômico, por 35 anos, para incentivo das indústrias, das estradas de rodagem e de eletrificação do Brasil.

Não é o plano Schuman do cartel do carvão e do aço, um testemunho de que se pode começar a pensar aqui em fazer qualquer coisa que ofereça maior densidade a economia latino-americana, e "ipso facto", brasileira?

Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Peru e Chile, já poderiam reter um esboço de programa, no plano de algumas das suas fontes produtivas postas em comum, para a procura de um incipiente mercado sul-americano capaz de resgatar alguns capítulos da pobrezia dos nossos países! Urge erguer a capacidade exportadora de todos nós. E também excitar as importações — porque um país que não importa, só afirma o perill da sua própria indigência econômica.

Não tenho maior otimismo, senhor presidente, no que se refere a expansão dos nossos países, no quadro nacional individualístico, em que nos projetamos todos. O Brasil, plantando irracionalmente trigo em terras áridas, e a Argentina debatendo-se por elaborar planos de siderurgia sem minério de ferro e sem carvão ou mesmo força hidrelétrica (por mais custosa que essa seja como elemento redutor) são exemplos de que a ideia anda tão longinqua da inteligência americana, que não nos aparece sequer em bosquejo das suas concepções mais primárias. Estamos todos subjugados por um cego e delirante nacionalismo político e econômico, que sabota toda a ideia da associação dos povos para esforço mútuo mais largo.

Já era tempo da Argentina, do Uruguai e do Paraguai se unirem conosco para ampliarmos o que já se temia aqui como princípio da bacia do Prata, no estudo de problemas que entendem com o futuro de todas as populações ribeirinhas dos três grandes vales: o do Paraná, o do Paraguai e o do Uruguai. Quem poderá acreditar que vales desta imensa grandeza não excitam a produção, pelo menos no Brasil, de uma gota d'água para irrigação das culturas ao longo do seu percurso? Bate-nos o flagelo das secas em períodos cíclicos, nas regiões cortadas pelas três correntezas. O Nilo ali está como a lição de uma história de seis mil anos. E' como se fora ele um cadáver, que, vivendo morto, não tivesse o que nos ensinar. Entretanto, o que não representam como página viva de estudos agrônômicos a fazer, as águas do Nilo e suas terras marginais! Quanta insensibilidade não porea das advertências que traduz o Nilo, enriquecedor de milhões de culturas em suas margens, só por obra da água que carrega no seu leito! A civilização envolve a permanência de uma determinada coletividade num determinado território. Aqui as terras são aproveitadas, enquanto o lavrador as descarna. Reduzido pelo aproveitamento contínuo e pela erosão, o solo agrícola, a restos esqueléticos de meio cultivável, o agricultor o abandona, e toca para adiante, em busca de outros tratos virgens. Nada se recupera, e, tampouco a água nos enfeiteira para transformá-la, com a adubação adequada, no elemento reabilitado, dos solos cansados.

Pod-se ter confiança no deslocamento de uma porção da riqueza nacional da área da terra para as cidades? A posse do maior parque industrial da América Latina será compensada pela perda do cafezal produtivo do Estado do Rio, São Paulo e Minas Gerais?

PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

A distorção que duas guerras e a exaltação xenófoba provocaram aqui, criando uma indústria em grande parte artificial, compense na máquina econômica o que se perdeu em produtividade cafeeira nos solos de clima mais seguro, por que inacessíveis às geadas frequentes? Dando o café menos divisas para a impor-

tação, como se poderá levar avante qualquer economia, baseada numa industrialização que não exporta, por que não pode exportar pelos preços dos seus elevados custos de produção?

Não existe maior relação entre uma manufatura, que se desenvolve sempre, e um mercado de divisas, que cada vez mais se contrai. E se contrai pela boa razão de que não se melhora o café e tampouco se aumentam as listas de matérias-primas exportáveis. Por seu lado, o algodão perde cada vez mais substância nos mercados internacionais, pela baixa produtividade, aqui mesmo no sul, em São Paulo e Paraná, pela má qualidade das fibras colhidas; e a árvore de cacau, num milhar de fazendas baianas, dá entre 800 grammas a um quilo por planta, quando a média africana é de seis. Desgraçadamente, nossa oferta é pouca e inferior.

Quanto calcula a Casa que seja o valor percentual da produção brasileira, hoje, comparando as cifras de agora, com as de ontem?

Ao passo, que a produção sobre, verifica-se a redução no seu volume exportável. Em 1939, o valor percentual da exportação era de 19,1%. Em 1948 caía este algarismo para 13,6%; em 1951, 10,1%; e em 1953, 7,1%.

Haverá sintoma mais inquietador do fundo do vale sombrio a que estamos tocando?

No quadro internacional, o que vem abaixo do café, ou sejam, o algodão e o cacau, um e outro se delineiam em cores bem pouco animadoras. O açúcar nem paga a pena falar. Agora o frete de um saco de açúcar, entre Santos e São Paulo, é mais elevado do que o preço desse mesmo saco de açúcar em Cuba, Jamaica ou Porto Rico.

Em 1938 e 1939, este país exportava mais em volume do que em 1954-55. Como sem intensificar uma exportação com preços de combate nos será lícito sustentar o arcabouço do progresso urbano, que aqui se construiu nos últimos vinte anos? Esse progresso, para aguentar-lhe o ritmo exige mais de um bilhão de dólares, que temos que receber ou pelo canal da importação e dos empréstimos, ou dos investimentos estrangeiros aqui feitos. Eis porque vejo inquieto que a expansão do país para o exterior se tem obtido menos a preço de esforço produtivo racionalizado do que pela elevação das cotações das mercadorias exportáveis. O progresso é maior do lado manufatureiro do que do outro, das indústrias extrativas e das matérias-primas tropicais e da pecuária.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Tem toda a liberdade V. Ex.^a para isto.

O Sr. Gomes de Oliveira — São realmente oportunas as ponderações de V. Ex.^a. Num destes dias, ainda, observava a um amigo que estamos ativando a industrialização do nosso país à custa do câmbio baixo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Diz muito bem V. Ex.^a: à custa do câmbio baixo sem que mesmo assim quase nada se possa vender, a não ser o café, o cacau e o minério de ferro. Nem seria possível, no século da produção em massa. O consumo do Brasil não pode estimular ainda uma produção em série para vender barato. O câmbio baixo não é incentivo para o enriquecimento de nenhum povo. Mantemos a esse respeito ilusões fagueiras que a realidade arrasa toda a vez que nos pomos em contato com ela. Haja vista o café. Baixe-se-lhe aqui o preço em cruzeiros, e logo cairá ele em dólar do outro lado. É inevitável. É fatal. Sobre padrões de miséria não se assentam níveis de prosperidade. É preciso ser forte

para impor a sua força aos outros. Nessa tragédia tem sido que, em vez de melhorar o café, para reputá-lo e vendê-lo bem, por preços mais elevados aqui só se cuidou de valorá-lo-lhe as cotações. Qualidades não existe para nós e sim preço.

Por outro lado, todo o incentivo oficial para exportar nos "grupos" só poderá ser levado a cabo à custa de medidas inflacionárias. Vá a Casa a alternativa em que se encontra a produção de um país, o qual só sabe trabalhar caro.

O Sr. Gomes de Oliveira — Indagava eu então: será que amanhã, uma vez passadas as contingências que vemos de câmbio baixo, portanto, dinheiro estrangeiro caro, será que amanhã, quando estivermos em outras circunstâncias, a nossa indústria poderá concorrer com o produto estrangeiro?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quero responder ao aparte de nobre colega, e por isso mesmo acritável, dizendo-lhe de modo sumário o que penso da produção industrial brasileira. Não creio que o nosso parque de manufaturas possa tão cedo competir com os similares americano, inglês, alemão, francês, japonês, italiano, etc. A razão não é mercado para suportar a produção em massa a qual é aquela que permite o barateamento dos custos unitários da produção.

RIQUEZA E VIDA BARATA

Por que o capitalismo privado nos Estados Unidos logrou realizar o surto maravilhoso da vida barata, da vida cheia de conforto e de comodidades do povo americano e até dos seus vizinhos, como Porto Rico, Cuba, Canadá, México, etc.? Isso resulta do volume e da extensão do seu mercado. Não é outro o segredo do século atual. São os mercados densos, contínuos, homogêneos, que asseguram a vitalidade do poder industrial e o barateamento considerável da sua produção. A origem do Cartel do Ferro e do Aço não tem outro fundamento.

Ouçame a Casa, o que me dizia nos Estados Unidos, faz pouco tempo o chefe de uma dessas grandes organizações industriais americanas que vão ser "coagidas" pelo nosso "fascismo industrial" a instalar uma fábrica de automóveis no Brasil:

— "A transferência de tantas indústrias de base para o Brasil seria uma compensação de um mercado rico para absorvê-las, a meu ver, só fará com que o consumidor do seu país pague três, quatro e cinco vezes mais caro aquilo que poderia obter, por mais algum tempo, comprando aqui no Japão ou na Europa".

Tal o preço ruinoso por que iremos pagar uma industrialização "à rebours", como se está querendo impor, a curto prazo, ao Brasil.

Eu também quero indústrias. Eu também desejo sustentar o parque industrial brasileiro. Eu também não intento deixar que pereça a grande maioria das usinas, que existem, das que já se formaram embora várias delas tirassem dividendos descabelados depois de termos arquipago o seu capital. Somente me bato para que, ao lado do café, do cacau, do algodão, se levantem outras fontes de riqueza, que possibilitem uma taxa de câmbio mais razoável para as nossas importações e até para que essa industrialização sobreviva.

Além das matérias-primas tropicais, e subtropicais que podemos incentivar, para dar mais algumas centenas de milhões de dólares à nossa balança de compras, quanta coisa há que tentar no mercado das indústrias extrativas! Todo o nosso subsolo ainda está por balancear.

TRANSFERÊNCIA PARA A INICIATIVA PRIVADA

Nos últimos dezoito anos, os dois produtos nossos de certa valia aumen-

taram de preços nas pautas da exportação: o café e o ferro.

Por que não se exporta minério de ferro, e na base "enxerguista", inaugurada com brilho e firmeza pelo coronel Janary Nunes, na Amazônia?

Estou convicto de que existe, hoje, mercado para 20 milhões de toneladas de minério de ferro no mundo. São mais de 200 milhões de dólares. Esse negócio, nas mãos da iniciativa privada, na Venezuela e no Peru, bateu o Brasil. A Companhia Vale do Rio Doce deveria ser vendida, hoje mesmo pelo Governo, como um dos mais ruinosos trambólios burocráticos deste país. O Peru, em três anos de exportação do minério, bateu o Brasil. A Venezuela nem se fala. Em menos de 5 anos, está exportando mais de 5 milhões.

Que é que atua nesses casos? A iniciativa privada.

Volta Redonda e Vale do Rio Doce, se eu fora governo, já as teria passado para as mãos da iniciativa privada, sem perda de tempo. São dois negócios superburocratizados, a primeira, fazendo o povo brasileiro pagar preços excessivos pelo aço, e levando outras indústrias a ganhar milhões desnecessários, para acompanhar os preços do "governo". As duas transações para entregar Volta Redonda e a Vale do Rio Doce a empresas nacionais, de verdadeira organização industrial, seriam facilidades: uma hipoteca no exterior em dólares, e a venda de um capital, em cruzados de dois ou três bilhões à própria economia interna indígena. Isso, eu faria como concessão ao nosso melindre jacobino. Porque muito melhor negócio para o Brasil fora negociar ambas as empresas com grupos americanos, alemães, belgas, ingleses ou japoneses, que dariam de saída um poderoso impulso à nossa expansão siderúrgica pelo "apport" em dólares com que pagariam o preço do investimento.

Em dez anos de bom governo aqui estaríamos aptos a comprar todas as ações delas, no mercado internacional, para passá-las a mãos de brasileiros.

O nosso governo, com o capital de Volta Redonda e Vale do Rio Doce, o que não faria como plano de ensino universitário, de tipo inglês ou americano, neste país? Que brilho não poderíamos dar à nossa cultura, com 400 milhões de dólares exclusivamente aplicados no custeio de uma reforma, a qual liquidaria este lixo de cursos secundários e universitários, que são a vergonha do Brasil?

O Sr. Lima Guimarães — Muito bem pelas ideias que advoga acerca da revisão do ensino secundário e universitário brasileiro!

DEPREDACÃO DO PINHEIRO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— Já que V. Exa., Sr. Senador Gomes de Oliveira, agitou o problema das taxas de câmbio baixas do Brasil atual, me permita dizer que aqui dentro, em nossas mãos, temos tudo para as fazer melhorar. Na própria terra de vossa excelência existe uma fonte de riqueza que está sendo arrasada pelos madeireiros, em condições as mais frívolas e funestas. Quero referir-me ao pinheiro. Andam os nossos governos a fazer concessões cruéis aos exportadores de um produto, que poderemos vender, em pouco tempo, por oito ou dez vezes mais o seu valor presente. Hoje se fornecem taxas vis de câmbio para que os madeireiros do Paraná e de Santa Catarina acabem de liquidar os pinheirais nativos da sua terra e os vendam por uma tutumêia. São as últimas florestas homogêneas que se abatem em nosso país.

Não sei de outro caso de depredação nacional que se compare a este das nossas florestas de pinheiros. O que resta é pouco. No Rio Grande do Sul, praticamente, elas já desapareceram. Os gaúchos, ainda menos que os paulistas, quase na-

da replantaram. Uma das maiores promessas de Saara que existem em nosso orbe subtropical é o Rio Grande do Sul, devastado e não replantado. O pouco que ainda resta, se situa em Santa Catarina e Paraná. A atividade particular, egoísta, cobiçosa, insiste em exterminar os últimos espécimes de uma riqueza que teria sido mais positiva, se a houvessemos trocado por celulose e papel, para a aplicação das divisas econômicizadas, em sistematizá-la, com as florestas de plantação.

Associado, contudo, aos depredadores, o poder federal ainda lhes oferece taxas de câmbio vis, para que eles apressem o assalto, para que dêem mais ênfase à sua faina destruidora.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Estamos cometendo o crime de devastar os nossos pinheirais sem replantá-los. Essa a triste realidade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Há exceções, permito-me acentuar a V. Exa. A firma Klabin & Irmãos, do Paraná, merece um relêvo singular na planície da apatia nacional pela sorte das nossas araucárias. Já plantou ela — e eu vi — cento e trinta milhões de árvores. Na revista da UNESCO foi publicada uma nota, dizendo que no mundo do pós-guerra, nenhuma organização industrial havia plantado, em tão pouco tempo, o número de árvores que Klabin & Irmãos, do Paraná, semearam nessa província, para substituir as outras, silvestres, que têm derrubado, como matéria-prima da sua usina de papel e celulose, instalada em Monte Alegre.

O Sr. Daniel Krieger — Infelizmente foi o que não se fez no Rio Grande do Sul; a devastação ali foi total, sem replantio.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Como em todo o Brasil. Cito as consequências do processo devastador no sul de Minas. Ali havia belos e densos pinheirais. Foram todos queimados, como lenha. Hoje, vemos na Mantiqueira um ou outro pinheiro isolado. Não se faz ali replantio. Apenas a Belgo-Mineira planta eucaliptos (22 milhões, até agora) e isto recentemente.

O Sr. Othon Mader — V. Exa. referiu-se aos pinheirais do Paraná. Na realidade, não só a firma Klabin & Irmãos está fazendo o seu replantio. Outros serradores, hoje, lhe estão seguindo o exemplo. João Sguarrio, para citar um deles, já plantou cinquenta milhões de pinheiros.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O meu aparte não se dirige a V. Exa., que é um combatente tenaz das boas causas deste país, inclusive da sua "desburocratização". O que ocorre com o reflorestamento do Paraná, nas mãos do governo, é a calamidade que acontece a tudo o que traz a marca estatal neste país. Ouço com satisfação e repito aqui, para que a Casa lhe guarde o nome, que, no Paraná, o madeireiro João Sguarrio plantou 50 milhões de árvores. É um civilizado ilustre, igual ao Senhor Wolff Klabin, num deserto africano, criado pela própria mão do homem. O receio maior que experimento é pensar no que será da Amazônia, no dia em que ali começarmos o processo devastador das suas florestas, existentes num solo literado, que não tolera o replantio. Neste caso, iremos acabar ali dentro de 50 ou 100 anos num Gobi sul-americano.

O Sr. Othon Mader — Meu aparte visa a reforçar a opinião de V. Exa. de que a intervenção do Estado neste caso, só tem sido prejudicial. Cada vez que o Estado toma a si um encargo e cobra por ele taxas pesadas, não só deixa de cumpri-lo, como continua a recolher indevidamente tais tributos, como o que os serradores

estão pagando na Paraná. Mais próprio seria que uma organização privada fizesse esse replantio.

Os serradores do Paraná, depois que começaram a pagar uma taxa ao Instituto Nacional do Pinho julgaram-se desobrigados de fazer o replantio, ao qual alude V. Exa. O culpado, pois, de não se ter feito o reflorestamento no Paraná é o Instituto Nacional do Pinho. Agora que os serradores estão compreendendo que não podem confiar no Instituto, por ineficiente, começam a fazer o replantio à própria custa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De pleno acordo com V. Exa. Se eu fosse autoridade de governo na pasta da Agricultura, contrataria com qualquer uma das grandes firmas inglesas ou flamengas que se especializam no Oriente em fazer plantação de seringueiras, palmolive, juta, sisal etc. Têm elas larga experiência desse gênero de negócio. Entreve-lhes as verbas que o Instituto do Pinho arrecada e consome e mpagar funcionários, dissolveria este inútil traste burocrático e centenas de milhares de pinheiros já estariam com 10, 12, 15, 18 e 20 anos de existência, desde o Estado do Rio até o Rio Grande do Sul.

COMBATE A INFLAÇÃO

O Sr. Othon Mader — Concordo V. Exa. em que se entregue o problema do reflorestamento à iniciativa privada, terá ele solução rápida e adequada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não suponha a Casa que eu esteja dirigindo um combate específico ao governo, com quem meu partido é solidário, e de que ele é suporte, aqui e fora daqui. Crítico-o para melhorá-lo a ferramenta, para vê-lo mais identificado com a sorte do nosso país, para enontra-lo menos burocratizado do que aqueles que o antecederam.

Encontra-se neste momento, um número considerável de homens da indústria e do comércio por atacado, de norte a sul do nosso país, em verdadeiro desespero, porque o Banco do Brasil não lhes assegura financiamento aos estoques, que eles têm nas suas prateleiras. Procuro exercer no Senado, uma sincera e modesta faina, a qual consiste em contrariar, algumas vezes os interesses privados, em prol de um melhor aproveitamento dos recursos do Estado no plano do interesse público. Quantas vezes não tenho dito que o Brasil trabalha com um teto superior às suas realidades e necessidades? Quantas vezes não hei sustentado, para os leigos de economia, que não se estimula o desenvolvimento de um país com os processos fictícios, pirotécnicos, que caracterizam a expansão do nosso?

Existem centenas de homens de indústria que se recusam a remarcar os preços dos seus estoques e pedem financiamento ao Banco do Brasil. Mas as condições de vida são de tal sorte precárias no interior, onde o poder aquisitivo das massas agrárias se contrai assustadoramente, que as suas populações não toleram os níveis de preços atuais, de grande número de artigos manufaturados. E não toleram por não ter com que pagá-los.

A influência do presidente na órbita financeira é contrabalançada pela do seu ministro da Fazenda. O presidente não é nenhum inimigo declarado ou potencial da inflação. O Sr. Eugênio Gudin dizia-me um dia que, nós outros, comentaristas de rádio, jornais e televisão, deveríamos escrever e dizer que ele não era refratário a um ténue sopro inflacionário. Nosso presidente, fosse ele Júpiter sem maiores controles constitucionais, desencadearia aqui verdadeiras rajadas inflacionárias e se alguma coisa o contém, nesta direção, é a atitude do seu Sancho Pança, o Sr. José Maria Alkimim.

No âmbito da administração nacional, é do lado do ministro da Fazenda donde partem os golpes mais assíduos contra a espiral da inflação. Recuso-me a contestar que o governo não haja feito subir o montante da sua dívida com o Banco do Brasil. Sim, a dívida do governo com o Banco subiu. Isso, porém, não quer dizer que na pasta da Fazenda não atuem forças permanentes, procurando comprimir as despesas federais e o crédito, através das Caixas Econômicas, dos Institutos para-estatais e do Banco do Brasil. É forçoso reconhecer que os ágios constituem outra força de contenção do surto inflacionário.

ESTABILIZAÇÃO DA MOEDA

Com toda a admiração que nutro por certas obras públicas de grande peso e tomo, duvido que elas possam ser levadas a efeito, nesta hora, independentemente do recurso às emissões desastreadas. Aplicações dos recursos do contribuinte ou de emissões do Tesouro, do volume de várias que estão por aí em pauta, não se operam sem o crédito, baseado no papel-moeda, dado que os orçamentos já se acham sobrecarregados de "deficits" pesadíssimos como a elevação das despesas com o aumento do funcionalismo, o "deficit" nas estradas de ferro e nas empresas de navegação, e o peso cada dia maior dos inativos que são centenas de milhares de indivíduos os mais fortes e sadios do planeta.

Não sei de problemas, exigindo solução mais rápida do que este: a estabilização do poder aquisitivo da moeda. Fala-se da urgência de eliminar alguns pontos de estrangulamento, que deterioram o parque econômico nacional. Relevo isso tudo para segundo plano, depois, muito depois da necessidade imperiosa de se enfrentar o desajuste monetário. A conjuntura brasileira é dramaticamente inflacionista. Como corrigi-la? Como mitigá-la? Com uma corajosa política de crédito; com uma sábia gestão econômica e financeira, com o incentivo das forças de produção, ou seja com mais serviços e mercadorias oferecidos para um menor volume de dinheiro nas mãos de governos e particulares.

CALAMIDADE NACIONAL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND

— A questão do petróleo, que me traz, hoje, à tribuna, tem sido, infelizmente, mal situada no Brasil. Não se foram examinar os excelentes resultados obtidos pela iniciativa privada estrangeira, em países como o Canadá, a Venezuela, a França, o Peru, a Alemanha, a Espanha, a Inglaterra, a fim de mostrar o que essas nações alcançaram como modelo a ser oferecido ao Brasil, para ele pesquisar ou refinar o óleo, de modo a termos alcançado e explorado o petróleo no menor espaço de tempo possível. Com essa rapidez se poupa o máximo das divisas que se estão dependendo para a sua obtenção.

Só pobres de espírito, ou espíritos reitinos, inteiramente lorpas, sustentarão a frioleira do petróleo é artigo estratégico. Quem é estratégico é o dinheiro, e não o petróleo. Em dado momento entraram a escassear as reservas petrolíferas dos Estados Unidos. Porque tinham disponibilidades imensas de dólares, orlundas, precisamente em boa dose do petróleo bem explorado por toda gente dentro do seu território, que fizeram eles? Foram para a Venezuela e o Médio Oriente, e ali entraram e exploraram o outro negro à vontade.

Cada ano que passa, com o Brasil a serviço dos super-ridículos ideais nacionalistas, apresentamos um desfale de 270 milhões de dólares, na patrimonial do mercado de moedas fortes desta terra.

Vê-se, portanto, que o Brasil nada tem ganho; ao contrário, muito tem perdido em acreditar na inconsciên-

da soviética do petróleo é nosso, a qual se tem introduzido através de petroleiros polacos na condição de produtores. Não há país que tem tudo por fazer, não se desviam os já poucos recursos que se possuem, para desenvolver os mais jogos de azar como é a produção do óleo comunitário. Em pouco tempo, eu na minha opinião de São Paulo, que "ninguém" e contrário, no Brasil a Petrobrás. Então, eu o sou, e sou em toda plenitude. A Petrobrás e uma instituição nacional, pois avançou em que as aplicações das suas operações internacionais deixa as maiores fontes de riqueza nacional. Considere o monopólio estatal do petróleo em nosso país, como uma atitude de enxada para os brasileiros, produtores, sem mentalidade para alcançar o problema em nível dos seus aspectos parciais, quanto mais gerais.

Para dizer global, basta salientar isto que poucos aqui entendem: o petróleo é uma das poucas e grandes interações internacionais. Trata-lo em termos nacionais, num Estado pauperizado como o Brasil, que carece dos seus dólares para tudo, e está primário de adegos. O segundo não comporta mais dessas atitudes. O mundo não pode tolerar as necessidades dos outros povos uma riqueza que não é só deles, mas da humanidade inteira. Por que é que os Estados Unidos têm satisfação 45% das suas necessidades de combustíveis líquidos? Por haverem entregue a pesquisa e lavra dessa riqueza, inquerentemente, a gregos e romanos. O nacionalismo que o fascismo, o nazismo e o Dragão Negro japonês se permitiram agitar no mundo, na década de 30-40, está morto. Alemanha, Japão e Itália se levantam da derrota, embalados por forma maciças de cooperação internacional.

Quem não confia hoje na lealdade pontual dos Estados Unidos, que tem desfraldado no mundo a bandeira do anti-colonialismo?

O ESTADO PETROLIFERO

Se o petróleo do Brasil estivesse sendo explorado por mãos e capitais estrangeiros, dois ou três bilhões de dólares não haviam em 220 anos sido drenados para o estrangeiro. Aqui teriam ficado produzindo (uma vez bem aplicado esse dinheiro) etapas de progresso assombrosas, sobretudo no campo cultural e da defesa do nosso café, em que ninguém pensa, e que não passa de um orfão da família brasileira.

O interesse excessivo pela loteria estatal do petróleo mata o legítimo interesse pelo café, e não dá suficiente cobertura aos óleos vegetais, e à pesquisa das riquezas do subsolo do país.

O que eu denomino o aspecto parcial limitado do problema do petróleo, para nós outros, é este: que adianta antepor-se o Estado, com poucos recursos de que dispõe, a procurar petróleo, se no passo em que vai, tão cedo não entregará ao consumo nacional reclama? Porque a nossa situação é esta; o Reconcavo aumenta a produção em mais de dez mil barris. O consumo já aumentou de 15 ou 220 mil.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não é verdade, V. Ex.ª se equivoca. A Petrobrás irá fornecer todo o petróleo de que o Brasil carece.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Nem de hoje a trinta ou quarenta anos. Ouça V. Ex.ª o que ocorre na Argentina, onde o petróleo foi encontrado, desde 1907, e entrado em exploração intensa, em 1919. É a República do Prata um país que tinha capitais de que até ontem não dispunha o Brasil, a fim de trabalhar o petróleo na intensidade que entendesse. Pois bem,

após trinta e sete anos, só 40% das necessidades do país são cobertas pelo YPF. E com quantos bilhões de dólares e libras entre as duas guerras, não contaram os argentinos para intensificar a produção do seu óleo? Capitais, braços, técnicos, a Argentina podia mobilizar tudo dentro e fora do país numa dimensão da qual andavam até ontem, longe os recursos do Brasil. Entretanto, sessenta por cento do que ela necessita, mesmo em sévera crise de exportação como se encontra, está ainda por ser produzido dentro das lo YPF. E com quantos bilhões de suas fronteiras.

"Milhões e milhões de dólares — exclama "La Nación", de Buenos Aires (que é nacionalista em matéria de óleos) — aplicamos atualmente em cobrir o "deficit" de petróleo que sofremos, e que pode estimar-se em sessenta por cento".

Calcula-se que, ao cabo de três anos, quando se chegar a produzir o consumo nacional argentino atual que é de 12 milhões de metros cúbicos, já ele andará por 16 milhões!

Tal o espólio macabro de um mais velho "petróleo é nosso" que é do Brasil.

Nada faltou à Argentina para operar maravilhas no campo do petróleo; inclusive, dólares bilhões de dólares, a partir sobretudo da segunda guerra mundial. Poderia ela ter inundado de combustíveis líquidos, extraídos do subsolo nacional, o seu território. E não o faz.

Qual o obstáculo? O Estado petrolífero. Exclusivamente o Estado, transformado em industrial do óleo! A autarquia que dirige os negócios do petróleo custa ao contribuinte, dois bilhões de pesos por ano.

Ninguém desconhece, senhor presidente, que o Brasil não pode tirar petróleo com os seus próprios recursos ou com os recursos estatais. Isto já está provado e não admite controvérsias. O que se nega ante as experiências argentina, boliviana, mexicana e brasileira, é que o Estado, manipulador único da solução do óleo, logre resolvê-lo como o têm resolvido em toda a parte os capitais privados aplicados ao negócio.

Tomem-se Nova Olinda, que é a última novidade em óleo neste país. Foi descoberta em 13 de março de 1955.

De lá para cá não nos deu a Petrobrás outra notícia senão a de que ela havia fechado, em Nova Olinda, o poço descoberto. Fós o petróleo a ferro. Estamos em dezembro de 56, e nada mais de novo apareceu na frente Norte do óleo, que é aliás a única, onde ocorrem novidades.

Demos que o Brasil carece de 200 mil tambores para atender o ritmo do seu crescimento em necessidades de combustível líquido, e que cada poço nos dê 800 tambores diários.

CÂMARA LENTA

Onde iremos, no tempo, nivelar o que consumimos com o que produzimos, na marcha medíocre de expansão de poços positivos em que vamos?

Nos Estados Unidos se fazem mais de quarenta mil perfurações anuais. Só no Texas, como já disse, mais de vinte mil. Em Venezuela se processam cinco mil. O que representa o passo dos jabotis nacionalistas para que se possa dar o de que o Brasil carece, a fim de satisfazer tão apenas o consumo corrente? São necessários 20, 40 ou 50 anos! E isso calculando uma margem extraordinária de produtividade nos trabalhos de pesquisas dos poços.

Que valem os 25 mil barris do Reconcavo, aditados pelo monopólio estatal, depois de vinte anos da descoberta, ali do petróleo, quando comparados este mofino resultado com os dois e meio milhões venezuelanos e os

seis bilhões e 600 mil dos Estados Unidos?

Conhece a Casa o que foi de 50 a 54 a produção brasileira de óleo, tendo-se despendido já muito mais de 200 milhões de dólares com o monopólio estatal?

Sessenta e cinco mil barris. No período de um lustro o consumo subiu para quase 50 milhões. Dessa modo, um deficit no consumo de 32,5 milhões salta para quase 61 milhões, quatro anos mais tarde.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — A margem a que se refere V. Ex.ª, será em breve tempo tirada com o excelente trabalho de pioneirismo da Petrobrás. Observe V. Ex.ª o pulo dado na produção do Reconcavo. Saltou-se de 5.000 para 25.000 barris. O mesmo acontecerá no Vale do Madeira. Lembro a Casa os progressos da nossa indústria petroquímica.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A opinião que estou transmitindo a Senado, acerca dos métodos de câmara lenta da pesquisa do petróleo no Vale Amazônico, não é minha. Recolhi-a de técnicos consumados. Um deles, calcula em trinta anos o período a cobrir para que se tente uma produção razoável pela Petrobrás no grande vale. As cifras da expansão petrolífera no mundo são astronômicas. Em 1954 as exportações mundiais atingiram a 3,5 bilhões de dólares. Em toneladas, se passa de 30 milhões em 1938 para 274 milhões em 1954. Em Londres, o ano findo, nos forneciam esta cifra da participação do petróleo na tonelagem mundial; 43%. Pelos algarismos que a não rapidamente, com alguns erros, talvez, porque os cito de memória, se vê que no progresso tudo é célere, tudo é vertiginoso, ao passo que no Brasil as coisas, nas mãos do Estado, andam a passo de tartaruga.

Não nos fale, meu nobre colega de indústria petroquímica no Brasil. Ela é um logro passado aos acionistas.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Não diga isso, V. Ex.ª não pode desconhecer o que já se fez no campo das refinarias.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quer V. Ex.ª fechar os olhos à realidade? Quando se fala que a Petrobrás vive como uma frustrada, no caso do petróleo, alega V. Ex.ª o outro caso, que é o da refinagem. Mas nós refinamos uma porção minúscula que vem do pouco óleo que produzimos. Todas as refinarias do sul são alimentadas com o petróleo estrangeiro, e foram levantadas com capitais em dólares obtidos no exterior para a compra do seu equipamento. É preciso que o país saiba que refinar petróleo com matéria-prima estrangeira não significa ter indústria de combustível. Trata-se o nosso negócio de perna de pau. O óleo é estrangeiro.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Por enquanto, só por enquanto.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A discussão do petróleo estatal e das refinarias também estatais (com exceção de seis, que são ainda privadas) nos leva a abordar um problema, que não sei se os leaders dos partidos democráticos aqui existentes estão considerando com a devida atenção. Eu quero-me referir à expansão prodigiosa e alarmante, que toma cada vez mais entre nós, a macrocefalia estatal.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Se o Estado cresce de poder entre nós, graças à nacionalização do petróleo, bendita seja essa expansão da sua força física e moral.

Incapacidade do Estado

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.ª e os que propiciam esta tese não passam de "chair à canon". Serão as primeiras vítimas ainda dos excessos do estatismo brasileiro.

Se há um Estado super-experimentado pela sua incapacidade, pela sua inépcia, seja sob que governo for, é o Estado Federal brasileiro. Ele não sabe trabalhar com orçamentos vo-

lados, com recursos legítimos, com métodos de decisão comuns. Tem o nosso Estado, a seu cargo, os serviços mais compatíveis com o bem-estar, com a tranquilidade, com a felicidade do meio coletivo. Executa-os da pior forma. Toda a sua máquina administrativa como a das autarquias que ele dirige, se traduzem pelos distúrbios mais alarmantes. A não ser Volta Redonda, que é um verdadeiro monopólio, ditando ao mercado privado os preços do aço que lhe convém, e a Santos-Jundiaí, que tem um gênio administrativo a sua testa, um simples golpe de vista sobre a realidade econômica de todos os órgãos estatais e paraestatais do Brasil, superintendidos pelo Estado, nos permite chegar a conclusões desalentadoras.

Fundem-se recursos que, entregues à iniciativa privada sujeita essa a mãos competentes renderiam duros, três e quatro vezes mais do que confiados à mais inépta burocracia do mundo. Grande parte das vastas repercussões inflacionárias no crescimento federal, decorre das autarquias por ele dirigidas.

O "deficit" ferroviário, a Casa já o conhece de sobra: este ano irá a 12 bilhões. Só o Lloyd, onde se pagam capitais de navio, a 40 mil cruzeiros, e onde o salário médio é de Cr\$ 12.000,00 tem 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros de subvenção. A Costeira, 650 milhões. Um guindasteiro no cais do porto do Rio ganha 40 mil cruzeiros. Um fisco do Imposto de Consumo é pago a 60 e 70 mil cruzeiros mensais.

Que vale um poder estatal depravado, batendo todos os records da irresponsabilidade, para lhe estendermos ano por ano, mais e mais a capacidade espoliadora da nossa gente?

O que há a fazer no Brasil, Senhor Presidente, com o Estado Federal, à vista dos males irremediáveis que ele pratica, com a sua insuficiência administrativa contra os interesses mais sagrados do contribuinte brasileiro? Diminuir o seu poder. Barbeá-lo.

Desprotegida a Agricultura

Quer ver o Senado qual a nossa postura diante dele, quando vemos um Ministro da Fazenda, empenhado em conter a corrente inflacionista? Pedir-lhe mais inflação!

Será que o comércio e a indústria carecem, neste momento que lhes dispense o governo, para o giro dos seus negócios, maior soma de créditos?

Sou de opinião contrária, e isto pela razão de que o que tem decrescido no Brasil, não é só a confiança, como se pensa, mas o volume dos negócios. As sécas, que têm assolado estes últimos anos São Paulo, Minas, o Paraná e o Estado do Rio, fizeram decrescer mais, muito mais do que se julga, o poder aquisitivo do homem do interior. São Paulo perdeu 50% da sua safra de cereais, e outro tanto, os Estados limítrofes. Subsistem as consequências das geadas, no Paraná. A lavoura paranaense, a qual deveria ter produzido sete ou oito milhões de sacas de café, colheu, no ano cafeeiro em curso, apenas seiscentos mil. Duas geadas consecutivas se abateram sobre o Paraná, arruinando alguns milhares de agricultores. São Paulo, tudo bem apurado, não saíra da casa de seis milhões. Minas, que tem condições para produzir três milhões e meio de sacas, vai apurar apenas 1.200 mil.

Por aí se vê a drástica restrição do giro dos negócios só em três grandes Estados. Isto não terá que se refletir no volume do meio circulante? Os negócios diminuirão e a carência de dinheiro é angustiosa. Mas este não é um fenômeno típico de toda a inflação?

Tantas quebras de grande porte, nas safras da produção agrícola, como não poderiam deixar de afetar o poder de compra do interior e das cidades?

Quem não se recorda dos ajustes, que se procuraram aqui firmar, com os Estados Unidos, faz ano e meio, dois e três para lhes pagar um débito de mais de um bilhão de dólares, de mercadorias importadas, acima das possibilidades do teto do comércio externo do Brasil? Que é que os Srs. Lafer e Gudin negociaram em termos de consolidação, nos Estados Unidos, um e outro, como ministros da Fazenda das presidências Vargas e Café Filho? Débitos flutuantes espinhosos, para a pequenez dos nossos meios em dólares, débitos que se fizeram, na América, sem maior vislumbre de remuneração, a 120 e 150 dias, senão com o apelo ao crédito comercial a prazo, garantido pelo aval do Banco do Brasil. Quando chegou a vez do Sr. Gudin, que viera depois do Sr. Lafer, a paciência de Washington se achava quase que esgotada. Pois não criáramos juízo, depois das consequências da primeira tonteira, isto é, insistimos em fazer dívidas que não podíamos pagar? Foi exigida então a garantia do nosso modesto estoque-ouro, na fórmula de um "negative pledge", para a segunda tranche de 300 milhões, que concedeu o Export and Import Bank. Quase tudo eram dívidas comerciais feitas acima das nossas forças no momento.

Não existem nesta hora compradores de mercadorias, comportando os empréstimos que a indústria e o comércio pedem ao governo, como antecipação das vendas que vão fazer, não se sabe quando nem a quem. O Ministro da Fazenda acertadamente procura ajustar o caudal dos cruzeros a determinada quantidade de mercadorias negociáveis, e não sobre os estoques de certas mercadorias que, pelos preços marcados o mercado está inibido de adquiri-los. Dar dinheiro sobre estoques invendáveis, em sua maior parte, em curto prazo, e cujos preços se querem manter rígidos, é fazê-lo com a certeza prévia de estar agindo o Executivo em função de medidas inflacionárias.

O que tem a fazer uma fábrica sem mercado externo e, hoje, mesmo limitado o interno, é reduzir o número de horas de trabalho, conforme aconselha a rotina dos negócios, quando eles se restringem.

Faz pouco tempo uma firma, no norte, pediu concordata com um ativo de setenta por cento mais que o passivo. Não recebia do interior o produto das vendas que lhe havia realizado. Que é que ela havia feito? Furado o seu próprio teto.

O Sr. Fernando Távora — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com toda a satisfação.

O Sr. Fernando Távora — O que vou dizer não é novidade. Apenas observo, como toda gente, que o Brasil quer avançar demasiadamente na sua indústria, quando não o pode fazer. É impossível uma indústria prosperar, desde que, paralelamente, não a acompanhe a agricultura. Esta, no entanto, dia a dia, fenece no Brasil. Em vez de a alentarmos, a fim de dar substância à indústria, abandonamo-la e nos apegamos a esta última que é absolutamente fictícia em nosso país. No meu entender os poderes públicos deviam estimular e apoiar a agricultura, instalando indústria de acordo com os produtos agrícolas produzidos. Sem isto nadaremos num mar de fantasia e nada faremos.

O Sr. Coimbra Bueno — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ouvirei V. Ex. com o prazer do costume.

O Sr. Coimbra Bueno — V. Ex. se referiu a firma do Ceará. Dou meu depoimento sobre a zona pecuária de São Paulo, subsidiária de Barretos, que passa por grave crise e, provavelmente, está nos limites da falência e da concordata. É tradicio-

nal, no país, que os pecuaristas, salvo os que negociam com o boi zebu, não lançam mão de bancos, a não ser em pequenas percentagens, para as suas operações. Assistimos, no entanto, a uma deflação brutal, que provoca crise funesta ao desenvolvimento das atividades agrícola e pecuária. A retração violenta do crédito, nas regiões produtoras, faz com que pecuaristas tradicionais, que tomam, para seus negócios, no máximo 25 ou 30% de suas disponibilidades, sejam obrigados a pagar 20, 25 e até 30% de juros ao mês. A deflação cruel, portanto, arranca o dinheiro das zonas de produção do interior. Este fenômeno é o inverso do aludido por V. Ex., e que deve também ser cogitado.

O Sr. Lima Teixeira — O nobre orador dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex. é nosso líder espiritual, entre os baianos. Poderá também exprimir-lhe as reações à Casa.

O Sr. Lima Teixeira — Ouvi o aparte do nobre senador Fernandes Távora, no qual S. Ex. se referiu à necessidade de desenvolvermos mais a agricultura que a indústria, ao contrário do que temos feito. Examinemos, entretanto, a situação, começando pelo Ministério da Agricultura. Imagine V. Ex. que esse ministério não dispõe nem de 5% de percentual de renda tributária do país. Como pode ele enfrentar ou realizar alguma obra sem os recursos e meios necessários? Por outro lado, verificamos que os jornais, inclusive os órgãos dos "Diários Associados", de que V. Ex. é diretor, salientam, em manchetes, a necessidade da motomecanização da agricultura. Se, porém, procurarmos saber de quantos tratores dispomos, que é uma insignificância para este país, chegaremos à conclusão de que temos andado muito pouco no setor agrícola. Eram as observações que desejava fazer, à margem do aparte do nobre senador Fernandes Távora.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ouvimos as ponderações que V. Ex. vem de formular com inteira satisfação.

O Sr. Lima Guimarães — O nobre orador permite outro aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com a palavra o nobre colega.

O Sr. Lima Guimarães — Desejava fazer um confronto entre as opiniões dos Srs. Senadores que aqui se manifestaram. V. Ex. mesmo acabou de acentuar que nossa agricultura, em virtude das secas prolongadas e das geadas está em situação financeira de verdadeiro alarme.

VERBAS DESPREZÍVEIS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O governo atual não tem culpa desse estado de coisas. Jamais se cogitou, neste país dos problemas da irrigação, da adubação, da técnica em grande escala para a lavoura. Todos os açudes do Nordeste são reservatórios para alimentar o gado e o homem, no período das secas. Só agroa se faz Três Marias, no São Francisco, tendo como um dos objetivos, distribuir água para a agricultura.

O Sr. Lima Guimarães — A seca é fenômeno natural, e se nossa agricultura está nessa situação, deve-o às condições climáticas. Não podemos atacar problemas agrícolas com todas estas dificuldades. Agora, acredito que a indústria, nessas zonas com tais problemas climáticos, seja a solução, para que o povo encontre trabalho e meios de viver. Temos o exemplo da Inglaterra, uma ilha, quase sem agricultura, e que vive da sua indústria. Industrializada ela troca os produtos industriais por produtos agrícolas para o seu consumo, e dessa troca, pode viver. Ora, os Estados brasileiros que vivem em

seca permanente, precisam ser industrializados, porque só a indústria resolverá seus problemas. Como, por exemplo, tratar o Nordeste, adusto e seco, sem elementos para a agricultura? Só industrializando-o.

O Sr. Fernandes Távora — Permite o nobre orador um contra-aparte ao eminente senador Lima Guimarães?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Guie V. Ex. que autoridade lhe sobra, os debates.

O Sr. Fernandes Távora — O Nordeste precisa, realmente, da industrialização de certas substâncias, que possui em não pequena quantidade; mas não prescinde de forma alguma, como nenhuma outra terra prescinde, da agricultura. Sem ela nenhuma indústria poderá ir adiante.

O Sr. Lima Guimarães — O Nordeste precisa é de cuidar da indústria, e não somente da agricultura.

O Sr. Fernandes Távora — O Nordeste carece primeiro, de irrigação; precisa fixar o habitante à terra e fazer com que ela produza; depois disto, depois da agricultura, mostrar que pode fazer a indústria de acordo com a produção agrícola. Fora disso, o mais é conversa.

O Sr. Lima Guimarães — Mas para maior incremento da agricultura, é que precisamos-nos industrializar; precisamos da energia elétrica, essencial à própria agricultura.

O Sr. Fernandes Távora — Claro. Sem energia elétrica não pode haver indústria nem agricultura.

O Sr. Lima Guimarães — Precisamos também, de indústrias de base, como a siderúrgica, em benefício da própria agricultura. Todas essas indústrias são essenciais ao país, para que a agricultura encontre desenvolvimento.

O Sr. Daniel Krieger — Permite o nobre orador um contra-aparte ao ilustre Senador Lima Guimarães?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ouviremos V. Ex. com a satisfação que lhe devemos.

O Sr. Daniel Krieger — O ilustre Senador Lima Teixeira alega que as verbas destinadas ao Ministério da Agricultura são escassas, S. Ex. tem razão. Trata-se, porém, de problema da Maioria. Por que a Maioria do Congresso Nacional não dotou o Ministério da Agricultura das verbas necessárias? Por que a Maioria do Congresso Nacional não tem a coragem de cortar as verbas supérfluas e aumentar as verbas indispensáveis ao incremento da agricultura no país?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex. tem carradas de razão. As críticas, pela água rasa em que patelja o Ministério da Agricultura, cabem a nós mesmos.

O Sr. Lima Teixeira — O nobre Senador Daniel Krieger tem razão. Sou da Maioria, mas...

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — De uma Maioria inerte, que age pouco.

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex. definiu bem: Maioria inerte.

O Sr. Lima Teixeira — ... reconheço que, neste particular, V. Ex. tem razão, pois não me canso de, desta tribuna, fazer sentir a necessidade de o governo tomar outro caminho, no que diz respeito à agricultura.

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex. não deve usar da tribuna. Como trabalhista, V. Ex. tem o vice-presidente da República, tem o Ministério do Trabalho e, também, o da Agricultura. Vv. Ex.s deveriam influir, no seio do governo, para que ele desse as verbas necessárias ao desenvolvimento agrícola e pecuário do país.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex. tem toda razão. As verbas consagradas à expansão e até mesmo à defesa agropecuária federal, são apenas desprezíveis. Congresso e Executivo, ambos se eximem de um grau mais acentuado de compreensão e interesse das questões ligadas à

produção e à produtividade. Basta olhar o café, que é tudo para o Brasil, e cuja simples presença no nosso ângulo de interesse econômico, é em princípio quase que nula. Os próprios governos paulistas ignoram o café-planta para se ocuparem do café-dólar, o qual, nas cotações em que anda, tem os dias contados.

O Sr. Lima Teixeira — A história não é bem assim. As verbas que aqui propomos, defendemos e aprovamos, geralmente são cortadas na Câmara dos Deputados.

O Sr. Othon Mader — Se o nobre orador me permite (assentimento do orador), responderei à observação do nobre Senador Lima Teixeira a respeito da exiguidade das verbas do Ministério da Agricultura, verdadeiramente lamentáveis; no entanto, mais lamentável ainda é o esbanjamento que se faz dessas verbas. É uma tristeza o que se passa com os Postos Agro-Pecuários criados no interior do país, quase todos sem prestar o menor serviço à agricultura ou à pecuária. A maior parte está desprovida de recursos, não tem aparelhamento, não dispõe de equipamento, e a verba dá apenas para pagar os ordenados dos agrônomos, veterinários, etc. Isso não adianta nada é jogar dinheiro fora.

O Sr. Fernandes Távora — Foram criados justamente para isso.

O Sr. Mem de Sá — Com aquela dotação orçamentária de um bilhão de cruzeros, o Ministério da Guerra está habilitado a solucionar o problema da terra.

O Sr. Othon Mader — O de que precisamos é de uma reforma de base da administração. Enquanto isso não ocorre, continuaremos a jogar dinheiro fora com a criação desses postos agropecuários.

O Sr. Daniel Krieger — Cabe ao PTB a culpa do fracasso, pois faz parte da administração federal, na pasta da Agricultura.

O Sr. Lima Teixeira — Informo a V. Ex. que o Sr. Ministro Mario Meneghetti, ao assumir a pasta da Agricultura, fez uma série de observações a esse respeito.

O Sr. Othon Mader — O mal já vem de longe; é muito antigo, e não de agora.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Sim, a responsabilidade não é deste, ou daquele governo, senão de todos. Os inativos, já oneram o orçamento federal em quase 10 bilhões anuais. Que triste figura faz o orçamento do Ministério da Agricultura ao lado desse algarismo!

O Sr. Daniel Krieger — Discuto a atualidade do mal. Nós votamos há pouco o Orçamento. O Ministério da Agricultura é do PTB. Por que o PTB não defendeu as verbas necessárias para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura no Brasil? Contaria com o meu voto, porque esse é o caminho da salvação do nosso país.

O Sr. Lima Teixeira — Se o nobre colega se der ao trabalho de compilar as publicações da época, verificará que a maioria das verbas apresentadas pelo seu colega nesta casa, se destinavam ao Ministério da Agricultura.

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex. como líder do PTB, devia dirigir-se ao governo e exigir.

O Sr. Lima Teixeira — Exigir o que, se as verbas que aqui aprovamos caíram na Câmara dos Deputados?

O Sr. Daniel Krieger — V. Ex. faz parte do governo. Por que o PTB não condicionou sua solidariedade ao governo à concessão de verbas substanciais para o fomento da pecuária e da agricultura no Brasil?

O SR. PRESIDENTE — (Pezento soar os timpanos) — Permito-me lembrar ao nobre orador que está por terminar o tempo de que dispõe.

O Sr. Rui Palmeira — (Pela ordem) — Senhor Presidente, peço a

V. Exa. consulte a Casa sobre se concede a prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre senador Assis Chateaubriand possa prosseguir seu incendiário discurso.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Rui Palmeira.

Queiram permanecer sentados os senhores senadores que o aprovam. — (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre senador Assis Chateaubriand.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente, agradeço a Casa e especialmente ao senador Rui Palmeira, o obsequio de me deixarem mais alguns minutos na tribuna, a fim de completar o derradeiro capítulo desta oração. Convenho que o adjetivo "incendiário" é adequado. Todos queremos acender o mais breve possível o facho do petróleo, que dorme um sono de primavera no fundo da terra.

O Sr. Lima Guimarães — V. Exa. me permite um aparte, apenas para responder ao nobre senador Daniel Krieger?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ataque V. Exa., o gaúcho.

O Sr. Lima Guimarães — Desejo informar ao senador Daniel Krieger que o relator, na Câmara, do Anexo do Orçamento, relativo ao Ministério da Agricultura, foi o deputado José Bonifácio, da UDN, que cortou todas as verbas acrescentadas pelo Senado. Mostrou-se absolutamente intransigente: foi verdadeiro despota ao relatar o referido Anexo.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exa. Senador Assis Chateaubriand, permite que eu responda ao ilustre senador Lima Guimarães?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já não tenho voz no capítulo em debate. A palavra que eu tive da Mesa, é um esplêndido "farrapo" nas mãos dos gaúchos.

O Sr. Daniel Krieger — Em primeiro lugar, a administração e a política cabem ao governo. Por que o governo não incluiu essas verbas na proposta orçamentária que enviou ao Congresso? Por que os elementos que colaboram com o governo, dêje partilharem com ele devem dividir as responsabilidades, não defendem a política de melhor atendimento das necessidades agropecuárias do país?

O Sr. Mem de Sá — Há uma solução à vista.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os timpanos) — Atenção! Lembrem-se aos nobres senadores que os apêndices de verbas devem ser dados com permissão do orador.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Senhor Presidente, tenho consentido todos: sou um modelo de tolerância. O entrevero está até simpático, porque é no mato, bravo, sem facas de arrasto, mas a ágeis e sutis canivetas, que dão feridas sem sangue.

O Sr. Mem de Sá — Ao chegar o pedido de crédito especial de um bilhão de cruzeiros para o Ministério da Guerra, fazer agricultura, creio que os senadores do Partido Trabalhista Brasileiro darão apoio a emenda, transferindo esse crédito para o Ministério da Agricultura.

O Sr. Lima Guimarães — Nobre senador Mem de Sá, não se discute problema de tamanha importância com a ironia de V. Exa.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. está enganado. Não há ironia; meu aparte é sério. Acredito que devemos dar não um bilhão, mas dois bilhões de cruzeiros, ao Ministério da Agricultura, para comprar adubos, máquinas, tratores, sementes, mamona e tudo mais necessário para levantar as fontes da produção primária do país.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Estamos distribuindo, nós dos "Diários Associados", sementes de mamona de boa linhagem, pelo seu ótimo rendimento em óleo.

O Sr. Mem de Sá — É muito pouco; eu quero um milhão.

O Sr. Lima Guimarães — O nobre senador Othon Mader disse, ainda hoje, que o mal da agricultura e de tudo mais no Brasil, é a burocratização.

O Sr. Daniel Krieger — Por que, então, V. Exa. que é membro do governo, não combate o excesso de burocratização?

O Sr. Lima Guimarães — A iniciativa privada deve estar ao lado da agricultura e não esperar tudo do governo.

O Sr. Daniel Krieger — Vv. Exas. querem pertencer ao governo, gozar das suas vantagens e não sofrer-lhe os ônus. Combatam vossas excelências a burocratização. Façam o governo tomar diretrizes racionais, no campo agropecuário. É o dever de Vv. Exas.

O Sr. Coimbra Bueno — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O entrevero prossegue.

O Sr. Coimbra Bueno — É impraticável alterar-se substancialmente, durante a votação de um orçamento anual ou mesmo de um exercício para o outro as percentagens habitualmente atribuídas aos diversos ministérios e órgãos públicos. Para uma melhor distribuição das dotações orçamentárias deslocando-se por exemplo o Ministério da Agricultura para a posição que lhe cabe, entre os melhores arrolhados é necessária uma previsão escalonando-se com a devida antecedência as inovações essenciais. Julgo que o problema não foi colocado nos veementos debates que acabamos de presenciar. Só mesmo um ministro ou um administrador miraculoso, poderá alterar a atual rotina da maioria dos ministérios. É esta uma boa oportunidade para chamarmos uma vez mais as atenções gerais para a essencialidade da elaboração pelo Executivo do "Plano de Organização do Serviço Público Federal e Reforma Administrativa com tempo de ser votado para só vigorar no início do próximo quinquênio em 1951. Só assim poderemos enquadrar os assuntos debatidos, visando solução-las.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — As palavras do competente administrador da coisa pública, que é o ex-governador de Goiás focalizam bem a verdadeira posição do Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente folgo em verificar que não é só o Brasil, que é essencialmente agrícola o Senado também o é. Não sei de controvérsia que hoje mais apasione a Casa do que esta.

Desejo fazer aqui uma ligeira retificação.

Há pouco declarava o honrado senador Lima Teixeira que a Grã-Bretanha é uma ilha pouco ou nada agricultada. Não diga o nobre senador é mas foi. Duas guerras, com dois bloqueios do seu território metropolitano pela força naval submarina teutônica (e é verdade que nenhum dos dois, tendo sido ambos calamitosos foram efetivos) ensinaram os ingleses a ser cautelosos em matéria de bens de subsistência domésticos isto é produzidos na ilha. Tenho de memória, algumas cifras da produção agrícola britânica porque fidei com ela, faz poucos dias. O trigo do período de 1934-35 a 1955 sobe a mais de um milhão de toneladas. O centeio salta em igual período de 10 a 40 mil; a cevada de 700 mil a dois milhões e trezentas mil; a batata de 5 milhões para 7,5 milhões; a carne quase um milhão; o leite, de 8 milhões para quase 11 milhões. E a população agrícola caiu em 18 anos de 17% devido ao melhor emprego dos fertilizantes e a intensificação da mecanização. Só os adubos agrícolas saltam de 60 mil toneladas para quase 250 mil. Os fosfatos duplicam: 170 mil para 340 mil; e os potássicos, esses vão da casa dos 75.000 para 250.000.

Vê a Casa que um país que faz

um esforço destes para se desenvolver, na linha da agricultura e da pecuária, é essencialmente agrícola, como o é essencialmente manufatureiro.

O Sr. Lima Guimarães — Vejam Vv. Exas. como o Ministério da Agricultura provoca debate.

O Sr. Coimbra Bueno — Vê-lo-emos na votação do crédito de um milhão.

O Sr. Fernandes Távora — Mas fica o Ministério da Guerra como o Brasil, sem produzir na agricultura.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O Senado irá dar-lhe feijão, milho, mandioca, amendoim e arroz. Podemos obter que a Câmara senatorial faça concorrência ao próprio Ministério da Guerra votando-lhe uma dotação para fazer agricultura, ao lado de um ministério que não faz nenhuma e de outro que poderá fazer defesa nacional armada e agrária.

O Sr. Coimbra Bueno — A oportunidade é ótima. A Câmara mandará dar uma verba de um bilhão de cruzeiros para o Ministério da Guerra, e nós a deslocamos para o da Agricultura.

O Sr. Mem de Sá — Ótimo. Espero o apoio maciço da bancada do PTB. Levantamento dos Níveis da Lavoura.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao Senado cumpre tratar da questão do levantamento dos níveis da lavoura brasileira com uma dose de maior responsabilidade. Um país disposto a preservar a liberdade, dentro de suas fronteiras, não tem o direito de enfrentar as suas massas agrárias com a penúria de técnica e a indigência de padrões de vida em que vivem deprimidas as nossas. Existem milhões de brasileiros que se encontram por este interior, isolados do mundo, porque carentes dos recursos os mais elementares da vida civilizada. As instituições livres não se sustentam nem se consolidam, não se atribuem ao povo aqueles bens que lhe estimulam e fortalecem o desenvolvimento econômico e o bem-estar individual e coletivo. São as regiões subdesenvolvidas presas fáceis da ação do vírus totalitário. pouco importa seja esse vírus da extrema esquerda ou da extrema direita. Os homens providenciais resultam quase sempre da orfandade das massas, decaídas na miséria física e, portanto, na desonra cívica.

O civismo democrático é incompatível com as coletividades de baixo nível de prosperidade. Há que as enriquecer se desejamos atividades políticas sadias.

Ouvindo o aparte do nobre senador Lima Guimarães acerca do "rapa" das verbas do Ministério da Agricultura e que é o nosso velho e caro amigo deputado José Bonifácio, ocorre-me a frase histórica que costumava repetir-me o seu illustre pai: "os Andradas são facciosos no poder e truculentos no ostracismo". O jovem José Bonifácio IV, udenista, posto no exílio do poder federal, continua a tradição da grande família gentílica.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exa. não está fazendo a devida justiça ao deputado José Bonifácio. S. Exa. está limitado à proposta orçamentária; defende com extremos o equilíbrio orçamentário. Nenhum homem consciente poderá dar parecer favorável a todas as verbas que se apresentam. Devia o governo, e os elementos que lhe dão solidariedade, como o PTB, diminuir na proposta orçamentária as verbas destinadas a outros ministérios totalmente superfluas e não reprodutivas, e canalizá-las para este Ministério, onde indiscutivelmente reside o único caminho pelo qual o Brasil pode sair da crise que o assoberba e amargura.

O Sr. Lima Teixeira — É lamentável que, tendo estado no Minis-

tério um membro da UDN, antes do PTB não tenha feito isso.

O Sr. Daniel Krieger — Qual foi o Sr. Lima Teixeira — O Sr. João Cleophas.

O Sr. Daniel Krieger — Em primeiro lugar, V. Exa. não ignora que no regime presidencial o ministro é mero auxiliar do governo. A UDN negou apoio ao governo do Sr. João Cleophas.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Então, vamos defender o PTB. Seu ministro da Agricultura não passa também de auxiliar do presidente.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exa. não tem razão. A UDN não participou do governo; homens do nosso partido serviram ao governo. O PTB participou do governo; é solidário com ele. Deve, portanto, sofrer-lhe os ônus, assim como gozou das vantagens.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — O eminente paredro, que é o senador Krieger, sem os seus valiosos subsídios, talvez não tivéssemos maior facilidade para fazer a história do Brasil contemporâneo. Não se me afigura justificado alegar S. Exa. que a UDN deixou de participar do governo Café Filho. Ao contrário, foi dona, senhora e absoluta, dele.

A presidência do ex-deputado português era condicionada por compromissos e pactos com a União Democrática Nacional até para a revolução branca que derrubou Getúlio Vargas. Abandonou o Sr. Café Filho, que fora companheiro de chapa do presidente Vargas, os deveres que o ligavam a este para servir à oposição que combatia o PSD e o PTB.

A paixão política e o ardor combativo dos gaúchos fazem com que eles se constituam, dentro como fera desta Casa, em *detourneurs* dos caminhos daqueles que se põem a marchar em sua companhia. Seu "charme" romântico nos enfeiteja. Trassviam-nos...

O Sr. Mem de Sá — Para os bens caminhos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário. As vezes para os célerados, como o das revoluções, já me vi transviado pelo Rio Grande do Sul duas vezes.

O Sr. Lima Guimarães — As vezes, Subi à tribuna, Sr. Presidente, a fim de comentar uma afirmativa do antigo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, o engenheiro Plínio Cantanhede. Este é um nome, o qual não pronuncio sem a estíma, que nos merece a sua excepcional capacidade de profissional como as suas virtudes de homem público. Encarna e resume o Dr. Cantanhede o que três estirpes de excelente linhagem maranhense poderiam oferecer de melhor ao Brasil.

O Sr. Francisco Gallotti — Subcrevo a opinião de V. Exa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acaba de declarar o Dr. Cantanhede, em conferência feita em São Paulo, e que li ao regressar de Londres, que a Petrobrás dispõe de 61 milhões de dólares por ano a fim de descobrir o petróleo. Até hoje, porém, ela nada descobriu. O que temos, como filão de óleo, é o que existia antes dela. Foi descoberto por um baiano estabelecido que encontrei um dia na Cidade do Salvador, na porta da casa de um amigo da terra, quando eu recebia dele um escaudado de peru.

O Sr. Lima Teixeira — Oscar Cordeiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Exatamente. O Sr. Oscar Cordeiro, um maluco pitoresco, autor de histórias divertidíssimas, onde a imaginação entrava com noventa e nove e meio por cento e a realidade com meio. Confarei um dia as suas conversas a Edward Poe, no escritório de Samuel Ribeiro, em São Paulo.

O Sr. Mem de Sá — Para os bens caminhos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário. As vezes para os célerados, como o das revoluções, já me vi transviado pelo Rio Grande do Sul duas vezes.

O Sr. Lima Guimarães — As vezes, Subi à tribuna, Sr. Presidente, a fim de comentar uma afirmativa do antigo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, o engenheiro Plínio Cantanhede. Este é um nome, o qual não pronuncio sem a estíma, que nos merece a sua excepcional capacidade de profissional como as suas virtudes de homem público. Encarna e resume o Dr. Cantanhede o que três estirpes de excelente linhagem maranhense poderiam oferecer de melhor ao Brasil.

O Sr. Francisco Gallotti — Subcrevo a opinião de V. Exa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acaba de declarar o Dr. Cantanhede, em conferência feita em São Paulo, e que li ao regressar de Londres, que a Petrobrás dispõe de 61 milhões de dólares por ano a fim de descobrir o petróleo. Até hoje, porém, ela nada descobriu. O que temos, como filão de óleo, é o que existia antes dela. Foi descoberto por um baiano estabelecido que encontrei um dia na Cidade do Salvador, na porta da casa de um amigo da terra, quando eu recebia dele um escaudado de peru.

O Sr. Lima Teixeira — Oscar Cordeiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Exatamente. O Sr. Oscar Cordeiro, um maluco pitoresco, autor de histórias divertidíssimas, onde a imaginação entrava com noventa e nove e meio por cento e a realidade com meio. Confarei um dia as suas conversas a Edward Poe, no escritório de Samuel Ribeiro, em São Paulo.

O Sr. Mem de Sá — Para os bens caminhos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário. As vezes para os célerados, como o das revoluções, já me vi transviado pelo Rio Grande do Sul duas vezes.

O Sr. Lima Guimarães — As vezes, Subi à tribuna, Sr. Presidente, a fim de comentar uma afirmativa do antigo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, o engenheiro Plínio Cantanhede. Este é um nome, o qual não pronuncio sem a estíma, que nos merece a sua excepcional capacidade de profissional como as suas virtudes de homem público. Encarna e resume o Dr. Cantanhede o que três estirpes de excelente linhagem maranhense poderiam oferecer de melhor ao Brasil.

O Sr. Francisco Gallotti — Subcrevo a opinião de V. Exa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acaba de declarar o Dr. Cantanhede, em conferência feita em São Paulo, e que li ao regressar de Londres, que a Petrobrás dispõe de 61 milhões de dólares por ano a fim de descobrir o petróleo. Até hoje, porém, ela nada descobriu. O que temos, como filão de óleo, é o que existia antes dela. Foi descoberto por um baiano estabelecido que encontrei um dia na Cidade do Salvador, na porta da casa de um amigo da terra, quando eu recebia dele um escaudado de peru.

O Sr. Lima Teixeira — Oscar Cordeiro.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Exatamente. O Sr. Oscar Cordeiro, um maluco pitoresco, autor de histórias divertidíssimas, onde a imaginação entrava com noventa e nove e meio por cento e a realidade com meio. Confarei um dia as suas conversas a Edward Poe, no escritório de Samuel Ribeiro, em São Paulo.

O Sr. Mem de Sá — Para os bens caminhos.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Ao contrário. As vezes para os célerados, como o das revoluções, já me vi transviado pelo Rio Grande do Sul duas vezes.

O Sr. Lima Guimarães — As vezes, Subi à tribuna, Sr. Presidente, a fim de comentar uma afirmativa do antigo Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, o engenheiro Plínio Cantanhede. Este é um nome, o qual não pronuncio sem a estíma, que nos merece a sua excepcional capacidade de profissional como as suas virtudes de homem público. Encarna e resume o Dr. Cantanhede o que três estirpes de excelente linhagem maranhense poderiam oferecer de melhor ao Brasil.

O Sr. Francisco Gallotti — Subcrevo a opinião de V. Exa.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Acaba de declarar o Dr. Cantanhede, em conferência feita em São Paulo, e que li ao regressar de Londres, que a Petrobrás dispõe de 61 milhões de dólares por ano a fim de descobrir o petróleo. Até hoje, porém, ela nada descobriu. O que temos, como filão de óleo, é o que existia antes dela. Foi descoberto por um baiano estabelecido que encontrei um dia na Cidade do Salvador, na porta da casa de um amigo da terra, quando eu recebia dele um escaudado de peru.

O Sr. Othon Mäder — Hoje vive completamente desamparado.

ORÇAMENTO DA PETROBRÁS

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Descobriu o petróleo de Lobato. Depois do Sr. Oscar Cordeiro, não se achou mais nada aqui, a não ser a extensão do lençol do Recôncavo. Tudo o mais que por aí anda, por enquanto é fantasia. Pode ser que exista até porque petróleo constitui um misto de surpresa e de loteria.

Examinando o orçamento da Petrobrás, para a aquisição de sondas, verifica-se que essa verba é de seis milhões de dólares. O Dr. Cantanhede tem sólida confiança no imposto sobre combustíveis líquidos, que acaba de ser votado e que, a seu ver, deve produzir onze, doze ou treze bilhões de cruzeiros os quais convertidos em dólares de 18 ou 25 cruzeiros serão suficientes para atender o capítulo de pesquisas da companhia. Não sou nenhum derrotista. Quero petróleo para o meu país, seja tirado por quem for, com ou sem monopólio. Se somos contra o monopólio e contra a Petrobrás é porque julgamos o negócio envolvendo riscos que o Estado não deve tomar. Não é possível tomar a sério a Petrobrás e seus chefes, como os predeterminados a descobrir o ouro negro no Brasil, quando se pensa no pauperismo brasileiro para enfrentar assunto de tamanha magnitude.

Tome-se só o caso do Texas. Preparase o Brasil para enfrentar as atividades do ano vindouro comprando dez milhões de dólares de sondas. (O Dr. Cantanhede pensa em termos de 61 milhões de dólares como verbas da Petrobrás para este ano).

Que representa isto para a execução do programa de um país da extensão e das necessidades do nosso?

Só o Texas nos Estados Unidos fura, em 1955, 20.230 poços! Não é supérfluo dizer que se fale aqui em pesquisa de petróleo com as cifras de Jardim da Infância que nos alinha o monista Dr. Cantanhede? Entre 4.000 wildcaters que se lançaram à falta pioneira do óleo no Texas, o ano findo, oitenta e oito por cento dos poços que eles cavaram foram secos. Um bilhão e trezentos milhões de dólares foram como dinheiro novo em 1955 aplicados, só em petróleo no Texas. E observe-se agora que aspecto fascinante no petróleo livre: oitenta por cento das novas descobertas do óleo no Texas foram feitas pelos operadores independentes! E elas tiveram para oito ou 9 poços vazios um único positivo!

EXPLORAÇÃO NA BOLÍVIA

Com três milhões e meio de terrenos sedimentários no Brasil onde nefuram amerra, entretanto, a Petrobrás do Rio de Janeiro, para tentar descobrir com os bolivianos a nossa presença, como Governo, como autoridade estatal, no planalto da Cochabamba!

A ida do Coronel Janary Nunes a La Paz envolve dois absurdos. O primeiro é que o Código Boliviano do Petróleo é expresso. A nenhum governo, exceto o dele é permitido que extraia óleo no território nacional da Bolívia. O artigo do Código é taxativo.

O segundo é que, tendo o bravo câmbio da indústria estatal do óleo rudes faíscas, que cumprir aqui dentro por que haveremos de o encontrar envolvido em outras atividades extra-nacionais?

Uma atividade não debilitará a outra? Se nobresimos são os meios de que dispomos aqui dentro para trabalhar em óleo com que iríamos operar como governo, lá fora?

Será que se considerando frustrado, no campo doméstico, o mavoritico explorador procura desenvolver lá fora a febre necessitada do organismo econômico nativo.

Por outro lado, com que cara se apresenta ao povoamento aos bolivianos um líder da pureza tamoiá, um

chefe do nacionalismo tupiniquim o mais legítimo, para pedir-lhe o uso de uma concessão que o ciúme nevrótico do nosso Estado veda ao estrangeiro?

Tudo isso parece à primeira vista não haver acontecido, mas na verdade aconteceu.

O Sr. Othon Mäder — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Othon Mäder — Folgo muito em ouvir de V. Ex.^a essa informação, aliás, crítica, porque neste plenário, por duas vezes, cupei a tribuna, para apreciar a atuação do governo brasileiro, relativamente a essa concessão do petróleo da Bolívia. Fiz-lhe ver que era impossível levar a Petrobrás para a Bolívia, à que as leis bolivianas não o permitem. Nem nós poderíamos exigir algo do governo boliviano, porque contratualmente estamos em falta com ele. Não tínhamos o direito de exigir que aquele país aceitasse nossa colaboração. Se a Petrobrás, no Brasil, nada tem feito, como quer descobrir o petróleo boliviano?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não me recordo se foi em 1937 ou 1933, quando o governo boliviano nacionalista desaprovou pela força a Jersey Standard do país. Foi um golpe à mexicana. Fundou-se uma entidade autárquica nacional, sob a denominação de Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos. Em 1935 a empresa elevaria a capacidade de produção a 12 mil barris. Mas o consumo nacional se estabilizou em cinco mil. Fracassando nos seus propósitos, o próprio Y.P.F.B. tentou o apoio de companhias estrangeiras. Um grupo sem maior significação internacional se dispôs a ajudá-lo, o Glenn Mc Carthy e outrossim a Argentina peronista.

A política do monopólio estatal tendo resultado no insucesso que se conhece, decidiu recentemente o governo paz Estensoro volver ao regime da iniciativa privada. A Bolivian Gulf pediu uma concessão, nas vizinhanças da nossa, com a saída de um piper-line para o Pacífico. A Standard Esso, essa, recusou-se de modo terminante a regressar ao país, de onde a política nacionalista do governo de 1937 a erradicara. O atual Código Boliviano, do Petróleo contém um artigo, que proíbe a presença de Estados estrangeiros ocupando qualquer faixa do território nacional para o fim de pesquisar ou explorar o óleo.

O artigo em foco é o seguinte. A sua redação não pode ser mais expressiva:

Artículo 13. Los gobiernos o Estados extranjeros, o las corporaciones y otras entidades que de ellos dependan, bajo ningún título podrán obtener ninguna clase de concesiones, ni derecho alguno sobre las mismas, y sea en forma directa o por interposita persona. Tampoco dichos gobiernos, entidades, o corporaciones, podrán ser admitidos como socios.

Por estas linhas se verifica que está de pé o direito do Brasil utilizar, para buscar, o óleo, sua faixa de 30 quilômetros no território da República vizinha. Como, porém, há de ser esse acesso?

Até desembracando, paradoxalmente o Estado Federal Brasileiro, irá tentar operar com o que a nossa lei não lhe permite fazer dentro da área do seu próprio território, ou seja, com cidadãos brasileiros ou companhias privadas, formadas de brasileiros ou de estrangeiros (pouco importa) decididos a investigar, explorar, refinar e distribuir o óleo, no trecho do território nacional boliviano que nos foi destinado pelo tratado de 1937.

Não há outra forma de o Brasil comparecer em La Paz e discutir com o governo boliviano a questão da exploração com as finalidades acima enumeradas, da parte do seu território,

do qual somos concessionários há dezenove anos.

A idéia cerebrina, neste caso, do presidente da Petrobrás, que partiu para La Paz a fim de discutir com o Executivo nacional boliviano a extensão da concessão brasileira à sua companhia foi, como eu já disse aqui, um golpe frustrado de antemão, e que tanto tinha de caviloso quanto de deplorável. Não podia haver intervenção mais insensata. A sua frustração previa se achava contida no artigo 16 do Código do Petróleo Boliviano, o qual proíbe a presença de Estados estrangeiros dentro dos limites soberanos do território boliviano com o objetivo de praticar os atos, aos quais se dispunha o coronel Janary Nunes.

Cumprir declarar que, no Amapá, o esforço do coronel Janary Nunes, no caso do manganês, envolve uma contradição com a sua conduta à testa da Petrobrás. No governo do Território ele foi um sisudo e impecável "entreguista". Deu o que pôde a "Bethlehem" e deu certo. Eu não faria diferente. Aplaudo-o pela firmeza com que deverá ter resistido à pressão jacobinista. Ele deu o minério de manganês do Território até a última tonelada a uma firma norte-americana, carregando para a sua economia doméstica, segundo seus admiradores insinuam, qualquer coisa como 30 milhões de dólares de "royalties".

Não é, em outras linhas, que desejamos ver igualmente posto o problema do petróleo nacional. E, neste caso, o ex-interventor do Amapá o nosso melhor professor de "entreguismo" — desse entreguismo do qual me considero, desde a primeira hora, um defensor, no que doer à exacerbação dos "jingões" de papo amarelo.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com o prazer de todos os tempos. V. Ex.^a é sempre um brilhante agitador destes debates.

ENTREGUISMO E INVASÃO

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não ouvi o início do discurso de V. Ex.^a Estou, chegando agora. Justamente hoje pretendia ocupar a tribuna para falar sobre o nosso "petróleo fluido", a que V. Ex.^a se referiu, petroleozinho que já produz vinte e cinco mil barris diários, o que faz muitas cegas na Standard Oil e em outras companhias desse jaez. V. Ex.^a, porém, está se referindo ao coronel Janary Nunes, que se esforça para cumprir o programa nacionalista do petróleo, que é a nossa grande iniciativa de redenção nacional.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Quem acusa nestas condições o presidente da Petrobrás é V. Ex.^a mesmo. Pois se ele tem um programa nacionalista no campo do nosso petróleo, por que haverá de volver as costas ao território pátrio para ir ofender o melindre de um país amigo, tão nacionalista quanto o nosso, propondo-lhe a entrada do Estado brasileiro, a fim de ele ir extrair petróleo dentro dos seus limites territoriais? Não reputa V. Ex.^a o coronel Janary Nunes, o "entreguista" do Amapá, um invasor desabotinado da soberania da Bolívia?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a não poderá resolver um problema da natureza do aumento dos nossos suprimentos em petróleo, imediatamente. Estamos diante da conjuntura de Suez, criada pela inépcia dos ingleses, pela extravagança dos franceses e pelo imperialismo internacional. Estamos, repito, diante de uma conjuntura grave, e foi para obviar as dificuldades dela decorrentes, que o coronel Janary Nunes tomou a atitude que V. Ex.^a critica.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas uma tal linha de conduta, o coronel presidente da Petrobrás não a podia nunca ter adotado assim levianamente. Ele não tinha o direito de ignorar a existência do Código Bo-

liviano do Petróleo. Sendo hoje um exaltado nacionalista, da escola de V. Ex.^a, como poderia pretender para o amor-próprio dos bolivianos, aquilo que refuga como capaz de suscetibilizar o melindre patriótico de seus compatriotas? Lance V. Ex.^a os olhos sobre a lista de empresas interessadas no óleo da Bolívia: a Gulf, a Socony, a Shell, a Rochfield, a Standard Oil de California e até a Telkott Oil que é nipônica. Nenhum tem a alarmante peculiaridade estatal da Petrobrás.

Nenhuma vem com a soberania estatal de um Estado estrangeiro na sua estrutura como a Petrobrás.

Pergunto ao nobre colega: a Yacimientos Petrolíferos de Argentina está competindo no páreo? Não. E não por quê? Porque o bom-senso dos nossos vizinhos do Prata logo entendeu que a sua máquina estatal do petróleo, a qual é do odioso cunho monopolístico da nossa, não poderia fazer, sem a repulsa adequada, a tentativa pueril a que temerário se lançou o presidente da Petrobrás, em pessoa, indo de corpo inteiro com botas e esporas pleitear o que os bolivianos jamais poderiam, por dispositivos de lei, entregar-nos, nas condições em que postulava o coronel Presidente da Petrobrás: Nada de que estão procurando fazer os bolivianos em matéria de pesquisa e exploração do óleo autorizava a estranha e antidiplomática visita do chefe da nossa autarquia de petróleo a La Paz. Ela se constituiu, numa das mais impiedosas gafes de que temos notícia, nos últimos tempos, na política internacional do Brasil. Teria com ela concordado o Itamarati?

Não o creio, pois todos sabemos o zeloso, que é o Sr. Macedo Soares em criar práticas diplomáticas, na direção dos assuntos afetos a sua pasta. Dá do ver um soldado hipersensível das coisas da sua pátria, por mera ignorância da lei escrita, haver-se atirado, como um mosqueteiro da Fronça, a uma esquipática excursão internacional que tão mal deixou o prestígio como o bom nome daquele que a fez.

O Sr. Fernandes Távora — A obra de Janary, Amapá, é admirável e merece ser louvada por todos os brasileiros.

O Sr. Coimbra Bueno — Perfeitamente.

O Sr. Coimbra Bueno — De acordo. É uma obra que os brasileiros não podem olvidar.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Mas nada disso tem a ver com o inexecutível "gaffe" da precipitada viagem a La Paz, viagem empreendida com o objetivo de enquadrar a concessão brasileira do petróleo boliviano que temos, no esquema da Petrobrás. A ida do patusco coronel foi anunciada pela mocidade inatenta da Petrobrás num estilo de noite de São Pedro, com garridos painéis pirotécnicos, ardendo dentro da noite, para iluminar o retrato do futuro herói de Cochabamba. A concessão sairia (dizia-se nas rodas do "Ferrabraz") sairia porque a Bolívia não tinha como subtrair-se à sedução do canoro tenor da sinfonia não começada do petróleo brasileiro.

Observe-se o estilo da exploração do petróleo boliviano. É o mesmo da Alemanha; cujos únicos grandes troncos de pipe-line em construção são um americano e outro anglo-holandês! O que os bolivianos agora conjecturam são três oleodutos: o primeiro, da Gulf, entre Sisacisa e Arica (a terminar no Chile, para embarque internacional do cru); o segundo entre a Bolívia e o Chile para abastecimento direto da República chilena; e o terceiro, ligando a Bolívia ao rio Paraguai, para embarque do óleo rumo da Argentina.

Certamente que se fala no oleoduto destinado a trazer o cru a São Paulo e Santos para as nossas refinarias as futuras de Bauru e Três Lagoas e as atuais de Cubatão e Capuava.

Partindo para a Bolívia, era evidente que o presidente da Petrobrás deveria contar ali apresentar-se com um saldo de descobrimentos de óleo, que o ajudassem a impor-se, às autoridades da República vizinha como autêntico herói petrolífero do Vale amazônico, do Recôncavo baiano e da cordilheira andina.

Entretanto, que pobre viajante sem bagagem! Que triste transeunte internacional, que não tem sequer na pasta, uma libra de petróleo achado pela sua administração!

Onde o saldo positivo na esfera do óleo cru, do valente coronel Janary Nunes? Poço de Carolina, no Tocantins; terminal, cristalino; tudo acabado. No Amazonas o poço n.º 2 de Nova Olinda já alcançou 2.414 metros e até agora nada; Nova Olinda, n.º 3, com 1.747 metros de profundidade, nada; Abacaxis, com 2.799 metros, nada; Trindade, com 715 metros, bateu no cristalino, acabado; Cupari, no Pará, atingiu 1.685 metros no cristalino, acabado; Candido Abreu, no Paraná, 2.016 metros, acabado, Testa Branca, no Maranhão, 1.872 metros até agora em expectativa. Cocambo, 2.895 metros, até agora nada. Macau, Rio Grande do Norte, 1.013, nada. Jacuípe na Bahia 2.860 metros, e nada, até agora! Quantos milhões de dólares não perdeu um povo, arruinado como o russo, neste mar de aventuras alucinantes?

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — É fato comum em todas as explorações petrolíferas do mundo.

SAFRA ZERO

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois é por isso mesmo que não queremos ver o Estado nelas envolvido, para perder o dinheiro do contribuinte.

Sr. Presidente, ao cabo de um ano de atividade, a safra da Petrobrás e seu Ferrabraz é zero. Estou de acordo com o Sr. Kerginaldo Cavalcanti. O fato é comum, e não inquieta os bons cidadãos quando o fracasso corre por conta dos capitais privados.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não apoiado! Vai a mais de vinte mil barris diários a safra da Petrobrás.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Vamos de vagar com o andar do Coronel. Não corre por conta dele nem da Petrobrás o que se passa em Mataripe. O que está no Recôncavo foi iniciativa privada. O Estado nada descobriu ali. Depois de Mataripe, tudo o que aparece é a nebulosa de Nova Olinda. Mas ali mesmo, no Vale do Madeira, todas as empresas americanas sempre disseram que havia petróleo. Do ilustre Dr. Plínio Cantanhede, há cinco anos, ouvi esta afirmação: "um dos nossos grandes lençóis petrolíferos está no Madeira". White não tinha opinião diferente.

Se o presidente da Petrobrás dessejava arrancar ao governo da Bolívia uma modificação da estrutura do seu estatuto do petróleo, teria que desembarcar no aeroporto de La Paz como uma forte personalidade dos negócios do petróleo brasileiro, e não como ele é até agora, um fracassado, em sua própria terra.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Não é verdade. A Petrobrás está vitoriosa no Brasil. Ninguém lhe poderá contestar os louros que já conquistou.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Concedo-lhe um, o de ser a maior colaboradora do Estado que tem aqui as companhias estrangeiras que vendem cru e gasolina ao Brasil. Enquanto ela estiver em atividade, a furar 40, 50 poços por ano, o capital estrangeiro aplicado no Brasil na importação de gasolina e óleo combustível e na distribuição desses produtos, terá o direito de se sentir seguro de continuar a colocar aqui 280, 300 ou 400 milhões de dólares de petróleo e seus derivados. Sem, essa glória bem remunerada, temos que conceder a estreiteza de visão dos líderes na-

cionalistas civis e militares do Brasil. O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Isto é hipocrisia das companhias internacionais.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não senhor, é uma decorrência dos fatos, das realidades e do imposto cruel que ao povo do Brasil impõe a doutrina marxista russa do "petróleo é nosso". Põe-se quites com ela, para marchar com as nações de vanguarda da pesquisa do petróleo. Não haveriam de ser as conversas sensaboronas e soporíferas do coronel Janary Nunes que irão torcer os rumos do governo Silas, decorrentes da nova política do óleo da República.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª dá licença para um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo o prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Parece que a Bolívia adotou princípio diferente do Brasil, permitindo que, no seu território, outros países explorem o petróleo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não senhor.

O Sr. Gomes de Oliveira — A Argentina, por exemplo — creio — está explorando o petróleo boliviano.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não há apenas um pipe-line, que leva o excedente de quatro mil barris de petróleo para a Argentina, pequena parcela dos excedentes dos Yacimientos Petrolíferos Bolivianos. É o oleoduto que vai de La Paz a Jacuíba, se não me equivoco.

O coronel Janary Nunes foi à Bolívia, levado por seu temperamento arrebatado, que tem alguma coisa do cadete gascão. Deveria saber que seria repellido em sua pretensão. Considera-se, porém, ele mesmo de tal modo frustrado no Brasil, que só encontra solução para o seu triste caso oferecendo-nos a alternativa do Oriente boliviano.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Apesar de V. Ex.ª ter-me impedido que o apartasse, peço licença para fazê-lo, agora.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não falaria assim, com um colega ilustre a quem tanto prezo. Se há um companheiro na Casa cuja colaboração considero indispensável a estes debates, é o dinâmico e militante senador potiguar. Disse a V. Ex.ª que não receberia apartes longos, pelo fato da hora do expediente se estar esgotando, e eu pretender alinhar as considerações que estou formulando, dentro dele. Permita-me agora um cafuné.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Se V. Ex.ª gosta de ser acarinhado dessa forma, nãoerei eu quem lhe negue um cafuné.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Pois que o estale V. Ex.ª. Foi menino de bagaceira. Em Goiânia (Pernambuco) e Sapé (Paraíba). O cafuné não me deixa de ser familiar.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — O fato é que o Coronel Janary Nunes, como todo bom administrador, diante da crise que se esboça, ou melhor, que já está generalizada, em todo o mundo, procura atalhar as dificuldades que nos poderão advir. Não somos culpados da guerra de Suez; ela é consequência da estupidez dos ingleses e franceses, e temos que arcar com as suas consequências. É o que o Coronel Janary está tratando de obviar.

O Sr. Lourival Fontes — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — A palavra é de V. Ex.ª que tem tanto poder de síntese.

O Sr. Lourival Fontes — O coronel Janary Nunes não foi à Bolívia pedir.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Foi pedir, sim, afirmo-o a V. Ex.ª. É pedir o impossível: a revogação de um artigo fundamental do Código Boliviano do Petróleo. Ele queria a soberania do Estado do Brasil dentro

do Estado boliviano. Ou fôsse, uma soberania nossa, nos negócios nacionais do petróleo. O maior dos absurdos, um perfeito disparate, que o governo de La Paz, rechagou de saída. E rechagou-o muito bem.

O Sr. Lourival Fontes — O Coronel Janary Nunes foi exigir o cumprimento de compromissos assumidos em tratado, que existe desde 1938. Há uma reserva para a exploração brasileira. Tanto o sentimento do povo lá não é nacionalista, como V. Ex.ª diz, que neste instante, estão lá quatro presidentes de grandes companhias petrolíferas para entabolar negociações. Eles cederão o petróleo a este ou àqueles.

PRESTÍGIO DO BRASIL

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não! Eles o cederão também a nós, isto é, a firmas brasileiras que operem por conta própria, na base da iniciativa privada; não ao Estado brasileiro, que a "sua" lei lho proíbe de fazer. E nisto é que residem o disparate e a impertinência do presidente da Petrobrás, pedindo ao governo de La Paz a extensão da nossa concessão a uma companhia estatal brasileira. Quer dizer que ele é tão reiuno, que sai daqui para pedir um absurdo aos bolivianos, tão justamente ciosos dos melindres da sua soberania quanto nós.

Sr. Presidente. Nós aqui brincamos de petróleo, como se petróleo fôsse boneca ou velocípede de criança.acusamo-nos a levar a sério um negócio que se fôsse tratado, não pelo Estado ultradesorganizado e falido do Brasil (falido como administrador mas em termos de iniciativa privada), já nos haveria tirado de muito apuro em que vivemos. Desconheço se a Casa sabe que a Venezuela, o ano passado, exportou, em dólares, mais do que o Brasil. Ela vendeu um bilhão oitocentos e quarenta e seis milhões de dólares, e o Brasil, um bilhão, seiscentos e oitenta e nove. O privilégio, que tivemos, de receber tantos dólares, vendendo tão pouco volume de mercadoria, foi graças às calamidades que caíram sobre o nosso café e aquele dos nossos concorrentes.

O Brasil, outrora zeloso do seu prestígio internacional, passa o pósto de primeira nação latino-americana, a uma pequenina nação, que mal tem cinco milhões de habitantes!

O Sr. Lourival Fontes — O venezuelano é o povo mais pobre da terra americana, com grande índice de analfabetos, sem alfimentação adequada.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — V. Ex.ª se equivoca. Sua fonte de informações deverá ser o senador Kerginaldo Cavalcanti, o qual não ama os Estados que dividem a exploração do seu óleo, com o capital privado.

O Sr. Lourival Fontes — Nas últimas eleições, muitos tiveram que votar em cruz, porque não sabiam ler nem escrever.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Permita o nobre colega que lhe dê um depoimento do que vi, com os meus próprios olhos, nos dias que passei em Caracas e no interior numa povoação que começa a ser civilizada pelo esforço pioneiro do governo. Não estive de indústria, na zona do petróleo. Prefiro visitar uma seção da outra, agrícola e pecuária. Foram dias de verão de 55, e que passei em Caracas. Comemorava-se a "Semana da Pátria". Vi centenas de milhares de homens e de mulheres do interior, que impressionaram a nós, e aos diplomatas estrangeiros, antes de tudo, pela sua robustez. Não encontrei em nenhuma das regiões onde estive e só me levaram aonde eu pedi, sem sugestão de quem quer que fôsse) nada, mas nada que se parecesse com as miseráveis populações subnutridas do in-

terior do Brasil ou das favelas do Rio de Janeiro. Ao contrário, entre um milhão de pessoas da população de Caracas não encontrei nenhum dos espetáculos acabrunhadores, das cenas, de envergonhar que se verificam nos subúrbios e nos morros urbanos das nossas grandes cidades.

Basta dizer que não achei um homem de pés descalços no interior nem na metrópole da Venezuela. O esforço pela redenção alimentar do país é notável por parte do governo. No Brasil não existe por parte do Ministério da Agricultura nem pelas Secretarias da lavoura de Minas, São Paulo e Rio Grande qualquer coisa que se pareça com o que a administração federal venezuelana emprende nas cordilheiras e nos seus "llanos". A parte científica de análise das terras para orientação dos agricultores, nos dá a sensação de que estamos nos Estados Unidos ou na Alemanha. Visitei a província de Turen. Só em uma estação de análises de terras, encontrei seis mil estudos destinados a compradores de glebas. Cuida o governo de adubar as suas terras fracas, como não se tem a mais vaga notícia aqui. Fazem-se obras de irrigação ou desenvolvem canaviais. Está terminada uma grande fábrica de fertilizantes extraídos do petróleo. É espantoso o ritmo acelerado da mecanização agrícola. O país carece de 600 mil toneladas de alimentos. Já produz quatrocentas mil. Só faltam 200 mil para ser auto-suficiente em suprimentos agropecuários. Visitei lavouras que no Brasil só se comparam às de Geremia Lunardelli, Rolim Têles, Aranha Prado, Bianchi, Dario Meirelles e as fazendas "Associadas" de São Paulo e Minas Gerais. Sómente que aqui é exceção, e na Venezuela é a regra. Nossa agricultura é uma das mais atrasadas do mundo nela rotina que a entorpece e esteriliza. São Paulo produz 90 arrobas de algodão, por alqueire. É uma vergonha.

CIENCIA HUMANA E INTERNACIONAL

Na Venezuela conversei com colonos italianos, japoneses, checos, chineses, alemães chegados fazia 4 e 5 anos. Todos, mas todos com quem falava, em três a quatro anos já haviam amortizado com o Ministério da Agricultura propriedades que tinham adquirido pelo prazo de 15 anos. Terras, animais e máquinas agrícolas, dados pelo governo, tudo pago; E pago à custa de quê? Do petróleo bem explorado, por mãos competentes de técnicos conhecedores do problema e suas soluções.

Eu conversava há pouco na Citty em Londres acerca do comércio do Brasil com a Inglaterra.

A Venezuela domina todo o comércio latino-americano com a Grã Bretanha: 55 milhões de libras foi o valor das duas correntes de compra e venda desse comércio, o ano findo. Este ano espera-se de 72 a 75 milhões.

O Sr. Lourival Fontes — V. Ex.ª dá licença para mais um aparte? (Assentimento do orador) — Tudo isto se realizou depois do governo de Romulo Gallegos. Ele criou para o país, com o slogan "sempre pelo petróleo", hospitais e escolas que lá não existiam. Foi do petróleo que ele arrancou dinheiro para essas empreendimentos; e, não obstante — como todos sabem — foi denostado.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Não sei até onde chegou a ação pessoal do presidente Gallegos na expansão da riqueza venezuelana. O que posso contudo afirmar, é que o "pequeno caporal" que ali encontrei em ação, nos enche as medidas. Que animador da grandeza do seu país! Depara-se a sua ação de presença nos mínimos detalhes. Sentiu-o feliz, quando me disse que não queria visitar o seu petróleo, transbordando sobre a terra e sobre

o povo para lhe dar bem-estar, fartura, em sólidos alicerces econômicos.

Um país deste continente com dez anos de taxas de câmbio estáveis! Eis a Venezuela. O petróleo pode ser nosso mas o que acontece conosco é que não temos petróleo, crédito nem prosperidade. Pagamos as nossas dívidas comerciais nos bancos dos Estados Unidos, nos dois quinquênios. Dutra e Vargas, com dólares emprestados pelo Export Import Bank. Não se pode lançar um só empreendimento público, sem o "pires" correr em Washington. Para o último empréstimo externo, o nosso crédito nada valeu, porque ele nada representa, num país de impontualidade clássica. Foi necessário oferecer a garantia de um "negativo pledge", isto é, vincular o não-emprego do fundo ouro do país, durante o período de pagamento da dívida, para lograr o governo Café Filho 300 milhões de dólares do Export Import Bank.

O Sr. Fernandes Távora — Hipotecamo-lo.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Simbolicamente sim, porque nele não poderá o Brasil tocar, enquanto não pagar o último dólar do empréstimo Gudin.

Prefero, Senhor Presidente, ver no Brasil, trezentas companhias estrangeiras de petróleo e vinte mil wild-catters também dominando os negócios do petróleo, a deparar o quadro de fragilidade financeira e de miséria econômica que nos desgraçam, quando a Espanha e a França pesquisam os seus solos com a cooperação americana, e a Alemanha confia a construção das suas formidáveis refinarias à Standard Esso e à Royal Dutch Shell; o Peru já exporta petróleo com capitais estrangeiros, e a Guatemala tem 39 companhias estrangeiras buscando o seu negro de norte a sul e de leste a oeste do território nacional. Somos um povo, acobardado, subjugado pela psicose do medo de nos conquistarem! Era um estado d'alma desconhecido até ontem, em nossa história política. Foi preciso que uma nação estrangeira, a União Soviética, se propusesse a tarefa de nos politizar para que seções consideráveis das elites do Brasil perdessem o sentimento de virilidade da sua noção de soberania.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com todo prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Faça-se tudo isso dentro das modalidades mais convenientes ao Brasil. Que há necessidade de fazer há e a verdade é que V. Ex.^a tem toda a razão.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' com desvanecimento que vejo toda a bancada da Paraíba e também do Maranhão, na Casa, per-

fiar a solução nacional é única, que existe para o petróleo brasileiro. O Senador Argemiro de Figueiredo mantém intactas as nobres tradições de cultura política dos paraibanos. Ele sozinho resgata a passividade da grande maioria dos parlamentares do Norte a uma orientação de camponeses chucros, que é a do nosso Estado Federal, no caso da pesquisa do ouro negro. Não pode o governo do Brasil continuar o se ver privado dos recursos de que precisa para atender a outras pesquisas até menos onerosas que as do óleo, e de que ele fundamentalmente carece.

A economia petrolífera, dizia Louis Baudin, é uma ciência humana. Vou mais adiante: ela é rumana e internacional. Não tem nada, mas nada de nacional. Consegue o Brasil desumanizá-la e jacobinizá-la. Sua política do petróleo é apenas autotragica. Pelo aspecto místico que uma imaginação mórbida lhe atribui, somos privados de recursos para tudo o mais. O que este país hoje empreende ou é com dinheiro dos americanos cu com a aventura inflacionária. Existe um terror ubíquo em em tocar no statu quo do óleo.

Ninguém aposta mais um cruzeiro na mesa da roleta.

Está-se bancando só petróleo, e o banqueiro não dispõe de recursos para abrir outras bancas em que joguem outros pontos.

O cobre baiano, por exemplo, é pobre, mas na situação em que estamos sempre vale explorá-lo, e, entretanto, está abandonado.

O Sr. Lima Teixeira — E' exato.

Contra marcha

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — E' certo que são minas de cobre de teor pobre mas a céu aberto. Poderíamos fazer economia de divisas explorando-as numa base de país pobre. Outro tanto ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, a minigua de qualquer recurso do Estado Federal. O cromo baiano, se não fora a Química Bayer, não estaria sendo exportado. No Rio Grande também existem minas de cobre, onde a iniciativa privada paulista trabalha. Mas, como operar a expansão sequer dos estudos das disponibilidades de minérios do Brasil, se o pouco que se tem vai todo para a especulação do petróleo?

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Com satisfação.

O Sr. Fernandes Távora — O Ceará também tem duas minas de cobre; sobretudo a Coxá, duas léguas distante de Joazeiro, de teor de cobre admirável, verdadeira serra de cobre, que já tem sido procurada por companhias. Não pode ser explorada porque pertence ao Padre Cícero e outros condôminos. E', porém, mina de cobre de alto teor e de grande profundidade.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Já eu menciono, também, o Ceará.

sob cujas disponibilidades em cobre discorreu com um conhecimento que não tinha assim completo, o nobre delegado cearense nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os tampanos) Lembro ao nobre orador que está esgotada a prorrogação da hora do expediente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND — Somos, senhor Presidente, o reino tumultuário da intemperança, a qual se reflete nas atitudes extremas, que tomamos diante da maioria dos problemas do país.

Quase ninguém quer enxergar que o drama da anarquia mental brasileira em face das soluções mais corriqueiras, mais normais da nossa existência, promana da ineptia com que governamos um Estado macrocéfalo. Como o Brasil entende que o Estado Federal é quem lhe deve dar tudo, tudo lhe proporcionar, provendo-o até do superfluo, como faz um avô sem vontade diante do neto caprichoso, o Estado aqui se põe a emitir dinheiro falso, a emitir a todo transe, a fim de cobrir "deficits", que não acabam nunca no seu orçamento e a resolver questões que em nações de muito mais recursos que a nossa, escapam à órbita do interesse estatal.

A quantidade enorme do dinheiro gera a procura, e a procura os custos elevados, com o encarecimento da vida. Assim, preços e salários, subindo vertiginosamente, formam a conhecida espiral inflacionária, que nada detém, até porque a nossa ignorância, a ignorância das nossas elites políticas faz da inflação um negócio atraente, que a preguiça tonta aconselha e a estupidez crassa dos governantes encoraja.

Como sanear a moeda de um país onde 55 milhões de homens tudo o que esperam é da munificência estatal? Por isso a mistificação do papel-moeda esbanjado por coisa nenhuma deste mundo poderá ser detida. Soprem os piores ventos. Ninguém neles acredita.

A nação tendo adotado um funcionalismo que adquiriu direitos de filho, ao Estado patriarcal nada resta para promover o que quer que seja. A Marinha Mercante não mais existe; as estradas de ferro e os portos estão por aí desmoronados, sob o terremoto da triplíce inflação: a da circulação monetária, e do crédito e a de uma burocracia parasitária, ganhando salários acima daqueles que lhe podemos pagar.

Nas rosas dessa "oa" que é o Estado insaciável, sufoca a livre empresa — a livre empresa a quem os Estados Unidos devem as maiores e mais sadias horas da sua existência, sob o governo Eisenhower.

A eficiência do livre empreendimento na restauração dos países atingidos pela guerra, nós a encontramos na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Abandonaram os alemães da República de Bonn o socialismo do Estado nazista e do Estado prusso-alemão.

E' o IV Reich o modelo de restauração econômica e administrativa que sabemos. Nunca a Alemanha Ocidental viveu dentro de um ambiente de bem-estar social, como ela vive hoje. Todos os recursos da produção germânica foram utilizados por uma elite energética de homens de indústria do comércio e agrários para a cura das feridas da guerra.

A Grã-Bretanha quase vai à garra com a socialização dos trabalhadores. Em 1956, o bom-senso do povo inglês rifou o trabalhismo e fez voltar os conservadores ao poder.

A livre empresa tomou a seu cargo a recuperação nacional, que a máquina trabalhista emperrara durante um quinquênio.

O general Eisenhower, duas vezes no governo, significa o pronunciamento do povo americano em face de uma ampla liberdade de comércio de indústria e de trabalho, com um mínimo de interferência do Estado.

Se o Brasil fizer o mesmo, contra-marchando desse Estado patriarcal, que lhe estiola tudo, iremos entrar numa fase de prosperidade duradoura e de bem-estar decente. Uma Petrobrás não cabe nos limites do Estado que virá devolver ao país o seu equilíbrio sem necessidade de assistirmos a pescarias lá fora dos nossos bisonhos piraricus, como foi na Bolívia pescado o inocente coronel Janary Nunes.

(Muito bem! muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATOS DO DIRETOR GERAL

Republica-se por ter saído com incorreção:

O Diretor Geral, por despacho de 12 de maio de 1957, resolveu:

Indeferir o requerimento de Paulo Weguelin Delpech, Conservador da Biblioteca, padrão "N", solicitando abono da falta ocorrida a 8 do mês em curso.

Secretaria do Senado Federal em 20 de maio de 1957. — Ninon Borges Seal, Diretora do Pessoal.

ATOS DO DIRETOR GERAL

O Diretor Geral abonou as seguintes faltas:

— Em 10 do corrente a de Celina Ferreira Franco, Taquígrafo, classe "O", verificada no dia 7.

— Em 14 a de Vital Martins Ferreira, Redator, padrão PL-7, verificada no dia 10; e

— a de Leda Fialho da Silva, Oficial Legislativo, classe "L", verificadas nos dias 3, 6 e 7, considerando como de licença as dos dias 8, 9 e 10 deste mês.

Secretaria do Senado Federal em 24 de maio de 1957. — Ninon Borges Seal, Diretora do Pessoal.